

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

GUSTAVO ALMEIDA MATOS

**Diário do Processo Participativo de um Projeto de Habitação,
Ocupação Dandara em Maceió/AL**

Maceió

2021

GUSTAVO ALMEIDA MATOS

**Diário do Processo Participativo de um Projeto de Habitação,
Ocupação Dandara em Maceió/AL**

Trabalho Final de Graduação submetido ao
corpo docente da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal de
Alagoas.

Orientadora: Profa. Dra. Débora de Barros
Cavalcanti Fonseca.

Maceió

2021

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

M433d Matos, Gustavo Almeida.

Diário do processo participativo de um projeto de habitação, ocupação Dandara em Maceió/AL / Gustavo Almeida Matos. - 2021.

134 f. : il. color.

Orientadora: Débora de Barros Cavalcanti Fonseca.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 122-126.

Anexos: f. 127-134.

1. Direito à moradia. 2. Movimento social. 3. Habitação popular. 4. Ocupação Dandara (Maceió, AL). 5. Participação popular. I. Título

CDU: 728(813.5)

Diário de um Processo Participativo para um Projeto de Habitação

Habitar

O Edificador de Sonhos

Descalço, com os pés na terra foi minha trajetória na cidade das águas, dos becos, às comunidades, para assim, enraizar nas Ocupações minhas crenças e meu credo sobre o “Arquiteto”.

São fortes ideais que movem sonhos, que carregam grandes desafios, e que não se tornariam realidade sem “movimento”.

Esse “movimento” não apenas move uma parte dos meus sonhos, mas reflete na luta de milhares de pessoas, em um processo árduo de conquista, um “movimento transformador”, que não se trata apenas de ideias, mas de justiça.

Talvez meu discurso seja utópico para alguns, não seja rentável a outros, e possa parecer um tanto cheio de paixão, mas qual seria a graça da vida se não houvesse paixões que nos movessem a tentar mudar a realidade e acreditar em um mundo resiliente.

Mas nessa jornada até aqui, carrego comigo histórias de vida de guerreiras, de mães, de pessoas transformadoras, que superam os mais duros obstáculos, construindo um “movimento transformador” que está em constante ressonância no coração de cada um que teve seus sonhos conquistados. São lideranças como Eliane Silva, Marlene Vital, Susi Oliveira e tantas outras, que fazem a diferença, que são a fonte de inspiração, porque o “novo” sempre vem.

É nesses caminhos que acredito que a Arquitetura deva se sustentar, no poder transformador, que possa transformar a vida das pessoas, que seja atrelada a uma ideia de desenvolvimento social, onde sonhos e histórias de vida possam ser partilhados.

Esse “movimento” foi minha escola, e quando me despi das formalidades, e me tornei parte disso tudo, pude enxergar o verdadeiro significado do habitar, que está muito além da planta baixa, nós arquitetos, temos o dom de ouvir histórias e edificar sonhos.

Gustavo Almeida Matos

20/08/2021

Gustavo Matos

AGRADECIMENTOS

Dedico esse Trabalho Final de Graduação à minha família, especialmente a meus avós paternos (*in memoriam*) Noeme Martins Matos e Jonatas Vieira Matos (Nato) que foram essenciais na minha formação pessoal, onde desde a infância estive imerso no trabalho comunitário.

Aos meus avós maternos, Elizabeth Pereira e Elísio Almeida. Pelo amor incondicional e carinho, a minha vó pelas bênçãos proferidas todos os dias pelas manhãs e meu avô aos contos e poesias de areia.

Aos meus pais Jonatas Matos (Jota) e Eliana Almeida, e ao meu irmão Henrique Matos, por todo suporte familiar que me deu total condição de desenvolver minhas pesquisas. Dedico especialmente ao meu pai, é minha imagem-semelhança e inspiração.

Aos meus tios Janeth Martins e Cézar Nascimento, que me acolheram em suas casas, e foram importantes para meu crescimento e amadurecimento, durante a minha mudança para cidade de Nova Canaã na Bahia ainda jovem, e para Vitória da Conquista. A vocês, dedico um imenso carinho.

À minha família do coração, Elane Rocha, Alfredo Sampaio (*in memoriam*) Leonardo Rocha e Daniel Rocha, faço um agradecimento não apenas pelo suporte dado, mas pela amizade e recepção em todos os momentos.

Às minhas primas Keici de Almeida e Marília Limoeiro, que as considero como irmãs, obrigado pelo apoio em todas as fases da minha vida. Em toda a minha graduação, estiveram presentes com sábios conselhos nos momentos em que pensei em desistir.

Ao Professor Jarbas (*in memoriam*), uma homenagem a uma das pessoas que me deu apoio que eu pudesse estar onde estou hoje. Meus profundos agradecimentos.

Às amigas e amigos que a arquitetura me trouxe e que agora levo comigo para a vida: Jeanderson Lourenço, Vanessa Lilian, Renata Lacerda, Aleksa Eller. Obrigado pelas boas risadas e companheirismo durante o curso de Arquitetura e Urbanismo, além das discussões e desentendimentos naturais no processo.

À Profa. Débora, pela orientação no trabalho de pesquisa e extensão realizado durante os quase cinco anos de parceria. Faço uma saudação pela eminente importância na minha formação

acadêmica, onde me possibilitou a imersão nos trabalhos que desenvolvi nas comunidades e ocupações de Maceió. Reitero todo o meu carinho e agradecimento.

Aos colegas do NEST (Núcleo de Estudos do Estatuto da Cidade) e LABiboca (Laboratório de Intervenção em Bairros e Ocupações de Alagoas), especialmente à minha amiga Jéssica Muniz, pela colaboração na concepção de todos os processos deste TFG, as longas discussões e trabalhos publicados.

Ao Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST-AL), reitero meu carinho e profundo agradecimento a Eliane Silva, por me recepcionar e me permitir trabalhar coletivamente nas ocupações de Alagoas. Faço um agradecimento aos moradores da Ocupação Dandara que se colocaram à disposição para participar do processo participativo, cuja colaboração foi essencial para conclusão desse trabalho. Faço um agradecimento pessoal, especialmente às minhas amigas coordenadoras comprometidas e engajadas na Ocupação Dandara, Marlene, Susi, Zezé e as pessoas que admiro também que participam da Cozinha Solidária, Clara, Ana e Lenira. Meus profundos agradecimentos e admiração, vocês foram responsáveis por uma parcela da minha formação social e política.

À minha amiga Nicole que foi essencial no processo de conclusão e análise de Trabalho Final de Graduação, agradeço a você por nossa amizade construída durante congressos científicos, compartilhando o título de excelência acadêmica. Por fim agradeço a todas as pessoas que entraram em minha vida durante esse processo, e por todo apoio e entusiasmo durante o desenvolvimento desse trabalho que aconteceu no momento sensível da humanidade na pandemia da COVID-19.

RESUMO

O “Diário de um Processo Participativo para um Projeto de Habitação na Ocupação Dandara em Maceió/AL” tem por objetivo geral estudar formas de produção da habitação de interesse social que envolvam a participação popular. A partir de referenciais teóricos foi possível compreender a problemática da produção de HIS em Maceió através do entendimento do direito à cidade, do contexto urbano e das condicionantes estruturais dos conjuntos habitacionais já edificados, destacando a participação popular na produção da habitação e da cidade, como alternativa à problemática da segregação urbana, e como forma de legitimar a garantia dos direitos sociais. Ao analisar o caso da Ocupação Dandara foi possível vislumbrar os desafios da transição da habitação social temporária no processo político de ocupação até a conquista da casa. O processo participativo de elaboração de uma proposta preliminar arquitetônica e urbanística para aquela comunidade, levou em conta as características imprescindíveis para o desenvolvimento social por intermédio da moradia, desvendadas através da imersão na rotina dos moradores das periferias de Maceió. Em conjunto com a proposta preliminar elaborada, houve aplicação de metodologias de caracterização social e abordagens voltadas ao desenvolvimento social e urbano, a fim de promover práticas comunitárias associativas e o fortalecimento das relações sociais para o bem-estar dos moradores. A proposta pretende servir como um instrumento de luta no processo de discussão acerca da construção de moradia para as famílias da Ocupação Dandara. Dessa forma, este Trabalho Final de Graduação, enfatiza a ampla participação como modo de trabalho fundamental para a compreensão das dinâmicas que abrangem a produção e discussão da habitação de interesse social e o papel social do arquiteto e urbanista.

Palavras-chave: Direito à Moradia. Movimentos Sociais. Habitação de Interesse Social. Processo Participativo. Ocupação Dandara.

ABSTRACT

The “Diary of a Participatory Process for a Housing Project in the Dandara Occupation in Maceió/AL” aims to study forms of production of social interest housing that involve popular participation. From theoretical references, it was possible to understand the problem of HIS production in Maceió through the understanding of the right to the city, the urban context and the structural conditions of the already built housing complexes, highlighting the popular participation in the production of housing and the city, such as alternative to the problem of urban segregation, and as a way to legitimize the guarantee of social rights. By analyzing the case of the Dandara Occupation, it was possible to glimpse the challenges of the transition from temporary social housing in the political occupation process to the conquest of the house. The participatory process of preparing a preliminary architectural and urban proposal for that community took into account the essential characteristics for social development through housing, unveiled through the immersion in the routine of the residents of the suburbs of Maceió. Together with the draft proposal, social characterization methodologies and approaches aimed at social and urban development were applied, in order to promote associative community practices and the strengthening of social relations for the well-being of residents. The proposal intends to serve as an instrument of struggle in the process of discussion about the construction of housing for the families of the Dandara Occupation. Thus, this Final Undergraduate Work emphasizes broad participation as a fundamental way of working to understand the dynamics that encompass the production and discussion of housing of social interest and the social role of the architect and urban planner.

Keywords: Right to Housing. Social movements. Housing of Social Interest. Participatory Process. Dandara occupation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Escada da participação cidadã segundo Sherry Arnstein (1969).....	32
Figura 2 – Escada da participação cidadã segundo Miguel Verdejo (2006).....	34
Figura 3 – Localização da Ocupação Dandara na Zona Rural de Maceió.....	42
Figura 4 – Distâncias entre a Ocupação Dandara e equipamentos públicos, comércio e serviços no Benedito Bentes.....	44
Figura 5 – Caracterização geral da Ocupação Dandara.....	46
Figura 6 – Gênero na Ocupação Dandara.....	47
Figura 7 – Estado civil na Ocupação Dandara.....	47
Figura 8 – Processo de construção de barracos na Ocupação Dandara.....	48
Figura 9 – Emprego e desemprego na Ocupação Dandara.....	49
Figura 10 – Relações trabalhistas na Ocupação Dandara.....	50
Figura 11 – Benefícios governamentais dos moradores da Ocupação Dandara.....	52
Figura 12 – Renda familiar na Ocupação Dandara.....	53
Figura 13 – Hortas comunitárias no Residencial Dandara – São Paulo.....	55
Figura 14 – Setorização de atividades.....	56
Figura 15 – Motivos para participar e permanecer na Ocupação Dandara.....	58
Figura 16 – Matriz FOFA.....	58
Figura 17 – Aplicação da Matriz SWOT (FOFA).....	59
Figura 18 – Cultivo de coentro na horta coletiva da Ocupação Dandara.....	60
Figura 19 – Observação Participante das atividades agrícolas.....	62
Figura 20 – Hortas coletivas no sistema de estufa na Ocupação Dandara.....	63
Figura 21 – Lavoura de milho e macaxeira na Ocupação Dandara.....	63

Figura 22 – Localização da Ocupação Dandara.....	65
Figura 23 – Mapeamento da área e entorno imediato da Ocupação Dandara.....	66
Figura 24 – Rio do Solano nas imediações da Ocupação Dandara.....	67
Figura 25 – Vista da APA do Pratagy a partir da Ocupação Dandara.....	67
Figura 26 – Rosa dos ventos de Maceió-AL (2021).....	68
Figura 27 – Temperatura média de Maceió e da região da Ocupação Dandara, 2021.....	69
Figura 28 – Integração entre natureza e ocupação.....	69
Figura 29 – Barracos em lona da Ocupação Dandara.....	70
Figura 30 – Barraco em boas condições de manutenção.....	71
Figura 31 – Barraco abandonado.....	71
Figura 32 – Barracos em madeira.....	72
Figura 33 – Barraco em PVC.....	73
Figura 34 – Barraco em alumínio e telhado em fibrocimento.....	73
Figura 35 – Equipamento utilizado para realização das medições.....	74
Figura 36 – Análise térmica da lona fina, da lona grossa, do telhado em fibrocimento, em zinco ou em lona.....	75
Figura 37 – Análise térmica do PVC, do metal e da madeira.....	75
Figura 38 – Chuveiro em funcionamento e reservatório de água.....	77
Figura 39 – Rede improvisada de energia elétrica e de iluminação pública da Ocupação.....	78
Figura 40 – Rede improvisada de iluminação pública da Ocupação Dandara.....	78
Figura 41 – Esquematização do processo participativo.....	
Figura 42 – Obrigatoriedade do uso de máscaras nas atividades e na cozinha comunitária.....	81
Figura 43 – Processo de construção do Programa de Necessidades.....	83
Figura 44 – Grupos de discussão.....	84

Figura 45 – Processo participativo de definição do <i>layout</i> da Unidade Habitacional.....	85
Figura 46 – Apresentação 1 das propostas de <i>layout</i> na Ocupação Dandara.....	86
Figura 47 – Apresentação 2 das propostas de <i>layout</i> na Ocupação Dandara.....	87
Figura 48 – <i>Layouts</i> das UHs desenvolvidas na Ocupação Dandara 01.....	88
Figura 49 – <i>Layouts</i> das UHs desenvolvidas na Ocupação Dandara 02.....	88
Figura 50 – Proposta Final.....	89
Figura 51 – Residencial Parque dos Caetés, Maceió, Alagoas.....	91
Figura 52 – Conjunto Morada do Planalto, Maceió, Alagoas.....	91
Figura 53 – Dimensionamento participativo 01.....	92
Figura 54 – Dimensionamento participativo 02.....	92
Figura 55 – Apresentação da Proposta Preliminar 01.....	94
Figura 56 – Apresentação da Proposta Preliminar 02.....	95
Figura 57 – Exercício de demarcação das paredes da proposta preliminar na Ocupação Dandara.....	96
Figura 58 – Leitura da planta baixa na Ocupação Dandara.....	97
Figura 59 – Planta baixa do pavimento tipo da Ocupação Dandara.....	98
Figura 60 – Planta baixa humanizada da UH da Ocupação Dandara.....	99
Figura 61 – Perspectivas internas da sala de estar e cozinha integrada.....	100
Figura 62 – Perspectivas internas do quarto 01.....	101
Figura 63 – Perspectiva interna do quarto 02.....	102
Figura 64 – Fachada principal do edifício multifamiliar da Ocupação Dandara.....	103
Figura 65 – Perspectiva do edifício multifamiliar da Ocupação Dandara.....	103
Figura 66 – Perspectivas gerais da integração entre os recuos horta.....	104
Figura 67 – Perspectiva frontal do edifício multifamiliar da Ocupação Dandara.....	105

Figura 68 – Planta baixa do pavimento tipo térreo com especificações.....	106
Figura 69 – <i>Layout</i> da planta baixa do pavimento tipo.....	107
Figura 70 – Planta de cobertura.....	108
Figura 71 – Detalhamento da impermeabilização.....	108
Figura 72 – Fachadas Norte, Sul, Leste e Oeste.....	110
Figura 73 – Cortes AA', BB', CC' e DD'.....	111
Figura 74 – Perspectiva aérea da Implantação Urbanística da proposta.....	112
Figura 75 – Perspectivas Gerais da Implantação Urbanística.....	113
Figura 76 – Perspectiva das Hortas e Pergolado.....	116
Figura 77 – Praças 01.....	117
Figura 78 – Praças 02.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Alagoas
APA	Área de Proteção Ambiental
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EBCT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LABiboca	Laboratório de Intervenção em Bairros e Ocupações de Alagoas
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTST/AL	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Alagoas
NIS	Número de Identificação Social
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNE	Portador de Necessidades Especiais
SM	Salário Mínimo
SMHPS	Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UH	Unidades Habitacionais
ZIAP	Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Metodologia.....	18
1.2 Estrutura da monografia	20
2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM MACEIÓ: DA POLÍTICA E PRODUÇÃO À PARTICIPAÇÃO COMO ALTERNATIVA.....	21
2.1 O Direito à moradia.....	21
2.2 O problema da Habitação de Interesse Social (HIS) em Maceió	24
2.3 A participação como alternativa na produção de HIS.....	29
2.4 Conceitos de participação	31
2.4.1 Níveis de participação	32
2.4.2 Dificuldades no alcance da participação	35
3 DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DA OCUPAÇÃO DANDARA.....	40
3.1 História e inserção urbana da Ocupação Dandara	41
3.2 Caracterização socioeconômica.....	45
3.3 Princípios de organização, linha política e convivência do MTST/AL	55
3.4 Matriz FOFA como ferramenta de diagnóstico.....	57
3.4.1 Forças	59
3.4.2 Fraquezas	60
3.4.3 Oportunidades.....	61
3.4.4 Ameaças	61
3.5 Levantamento dos conhecimentos locais sobre produção agrícola.....	61
3.6 Caracterização espacial da área de estudo.....	64
3.6.1 Infraestrutura	69
3.6.2 Materiais utilizados na construção dos barracos	69
3.6.3 Acesso à água, rede de esgoto e energia elétrica.....	76

4 PROCESSO PARTICIPATIVO DA PROPOSTA DE HABITAÇÃO PARA A OCUPAÇÃO DANDARA.....	80
4.1 Definição do Programa de Necessidades.	82
4.2 Definição do <i>layout</i> da unidade habitacional	83
4.3 Vivência do cotidiano: projetista e comunidade para dimensionamento participativo	89
4.4 Apresentação da proposta preliminar para a comunidade	93
4.5 Proposta de projeto arquitetônico.....	98
4.5.1 Implantação Urbanística	112
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE	127

1 INTRODUÇÃO

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a moradia é considerada um direito fundamental, devendo ser garantida sem impedimento para o cumprimento de outros direitos. Além disso, trata-se de um direito constitucional, por implicar na promoção de programas de construção de moradias e na proposta de melhores condições habitacionais e de saneamento básico (BRASIL, 1988).

No entanto, a habitação, como deve ser tratada, não considera apenas a edificação da unidade habitacional, mas deve ser abordada de forma integrada ao espaço urbano. O direito à cidade é uma proposição de luta popular para a organização dos espaços urbanos, visando uma estruturação contrária à produção capitalista da cidade, que a transforma em um elemento a serviço do capital (TRINDADE, 2012). Tal conceito visa o acesso universal à cidade, onde todos possam integrar-se à vida urbana e fazer uso de seus espaços e serviços.

O direito a um ambiente construído sustentável e saudável deve ser acessível a todas as pessoas. Este refere-se a um conjunto de estruturas e políticas para a realização de atividades humanas, contemplando funções de lazer, transporte, atividade física, alimentação, trabalho, assistência e acesso a recursos básicos essenciais. As cidades por sua vez devem possibilitar o acesso universal e equitativo, sem limitações estruturais ou espaciais (IMRIE, 2012).

Em Maceió, a postura majoritariamente adotada por suas gestões municipais visando a construção de uma cidade para turistas, produz discrepâncias nos recursos investidos nos bairros periféricos como Benedito Bentes e Cidade Universitária, comparada com os valores destinados aos bairros mais centrais. Deste modo, pode-se entender que há uma tendência ao que Maricato (2000) nomeia de embelezamento paisagístico e urbanismo moderno “à moda da periferia”, contrapondo-se ao direito à cidade:

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Realizaram-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros da cidade (MARICATO, 2000, p. 22).

Portanto, o direito à cidade vê-se ameaçado por um modelo de produção urbana segregacionista que não leva em consideração a relação do indivíduo com a moradia, os

costumes, crenças e histórias de vida, produzindo habitação de baixa qualidade, com insuficiência nas dimensões, levando as pessoas a não estarem satisfeitas e via de regra realizarem permuta de suas casas. Esse modelo de produção habitacional contribui com o estabelecimento de favelas, tornando os indivíduos reféns de espaços de pobreza, cada vez mais distantes do direito à cidade.

Nesse contexto, acredita-se que a participação enquanto direito, se configura como um instrumento de transformação, para Gavronski (2006) a participação popular deve ser entendida como a soberania do povo em ação, sua expressão concreta como efetivo exercício do poder, indispensável à democracia contemporânea. Gavronski (2006) ainda afirma que, a participação popular é a “tomada de parte” dos cidadãos no governo de seu país e funda-se na percepção de que por meio dela melhor se protegem e efetivam os direitos fundamentais. O pleno envolvimento nas tomadas de decisão que formam a cidade, aproximam a população dos espaços de discussão, valorizando o conhecimento popular como alternativa aos problemas urbanos que assolam as periferias, e à cidade em um contexto geral.

Dessa forma, considera-se que por meio do processo participativo é possível construir uma moradia mais próxima das aspirações e necessidades dos seus futuros residentes, facilitando a apropriação e conservação do espaço. Para Lemos (1996, p. 9) “a casa é o palco permanente das atividades condicionadas à cultura de seus usuários” e, nesse sentido, é através da ampla participação popular, que podemos aproximar essas características à produção da habitação. Para tanto, a imersão na rotina dos moradores é indispensável para o reconhecimento da realidade existente, sendo possível através do projeto, transcrever sonhos que contemplem o desejo por uma moradia adequada. Para Tenório (2002), o projeto deve ter uma estratégia de ação na qual a comunidade deixe de ser o sujeito passivo para ser o sujeito determinante do processo de transformação. Tenório (2002) ainda afirma que o projeto só alcançará resultados positivos se a população a ser beneficiada se envolver em todas as etapas de sua elaboração. Por esse motivo, esta pesquisa buscou entender as questões da participação na HIS e assim desenvolver uma proposta de processo participativo para se pensar coletivamente a habitação com os moradores da Ocupação Dandara, localizada na Zona Rural de Maceió, nas proximidades do bairro Benedito Bentes em Maceió, cujos princípios de organização e linha política são estabelecidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Alagoas (MTST/AL).

Fundado em 1997, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) se configura como um movimento de cunho social, embasado no direito constitucional à propriedade.

Desenvolve sua luta urbana por meio de ocupações em prol do direito social de moradia a todo cidadão brasileiro, luta contra o capital e o estado que representa os interesses capitalistas, propondo a reforma urbana e defendendo uma transformação política e social nas cidades, antagônica à construção de favelas pelo estado. Para Valadares (1980, p. 44):

[...] a concepção subjacente das diversas intervenções governamentais sempre foi a de tratar a favela como uma questão puramente habitacional e de uso do solo, sem levar em consideração as características de sua população e os fatores que a levam a morar em favelas. A favela não é simplesmente resultante de uma crise habitacional no contexto de um processo de urbanização acelerado. Não se trata apenas de uma questão de déficit de moradia ou de incapacidade do mercado imobiliário (setores público e privado) de produzir habitações populares em ritmo capaz de atender a uma demanda crescente (VALADARES, 1980, p. 44).

A justificativa para o desenvolvimento desse trabalho se dá pela necessidade de realizar uma análise da qualidade da habitação social na cidade de Maceió. Com o apoio do MTST/AL, movimento social com o qual o autor vem trabalhando ao longo de quatro anos, imergindo na rotina dos assentamentos precários, despertou-se a necessidade de propor alternativas de moradia em coalizão com um projeto urbanístico bem estruturado, que aproxima as pessoas através da interação social.

O objetivo geral deste trabalho final de graduação é estudar formas de produção da habitação de interesse social que envolvam participação popular. Quanto aos objetivos específicos: compreender a problemática da produção de HIS em Maceió através do entendimento do direito à cidade, do contexto urbano e das condicionantes estruturais dos conjuntos habitacionais já edificadas, destacando a participação popular na produção da habitação e da cidade, como alternativa à problemática da segregação urbana, e como forma de legitimar a garantia dos direitos sociais. Em segundo lugar, analisar o caso da Ocupação Dandara e por fim relatar o processo participativo de elaboração de uma proposta preliminar arquitetônica e urbanística para aquela comunidade, levando em conta as características imprescindíveis para o desenvolvimento social por intermédio da moradia. A proposta pretende servir como um instrumento de luta no processo de discussão acerca da construção de moradia para as famílias da Ocupação Dandara.

1.1 Metodologia

A metodologia utilizada neste TFG consiste na revisão da literatura utilizada para fundamentar a discussão sobre os problemas da produção da habitação de interesse social (HIS); metodologias de participação popular, que visem referenciar as atividades realizadas e metodologias de planejamento habitacional, que combatam a superficialidade nos processos ditos participativos, apesar da constatada ausência da população nos diferentes projetos habitacionais já implantados.

A seguir foi realizado um levantamento local de dados, através de questionário de perfil socioeconômico e familiar aplicado de modo presencial à população da Ocupação Dandara. A partir da tabulação de dados foi possível traçar o perfil social, familiar e econômico das famílias. Tais dados fundamentaram o conjunto de estratégias necessárias para construir os processos participativos de acordo com o perfil da população.

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) foi a estratégia escolhida como norteadora dos processos que envolveram a participação popular neste TFG. De acordo com Miguel Verdejo, autor do Guia Prático DRP (2006), trata-se de um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Nesta estratégia os participantes podem compartilhar experiências e analisar seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Embora tenha sido concebido para uso em zonas rurais, pode ser utilizado em comunidades urbanas. Verdejo (2006), complementa que o DRP desenvolve processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação. Verdejo (2006) define “Os 7 Princípios e Conceitos-chave do DRP”: i) respeito à sabedoria e à cultura do grupo; ii) análise e entendimento das diferentes percepções; iii) escutar todos da comunidade; iv) visualização; v) triangulação; vi) ignorância ótima e vii) análise e apresentação na comunidade.

A escolha do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) nesta pesquisa se justifica por possibilitar a integração entre agentes comunitários e técnicos durante todo o processo do diagnóstico, além de facilitar o intercâmbio de informação entre os diferentes grupos da comunidade, garantindo a participação igualitária entre homens e mulheres. Consiste em uma metodologia multidisciplinar, que estabelece conexões entre a cidade e o mundo agrário, tratando de questões sobre saúde, educação, mobilidade, meio ambiente, agricultura, cultura e

educação. A origem rural de seus ocupantes e mesmo a localização, em zona rural, da Ocupação Dandara reforçam a pertinência do uso da estratégia no caso em questão. A “observação participante” foi a metodologia complementar em todas as atividades de campo, por adotar uma abordagem que consiste na inserção do pesquisador na comunidade, tornando-se parte dela, buscando compreender as nuances sociais.

Os dados obtidos permitiram realizar a descrição da comunidade e seu registro histórico, explicar a inserção urbana da Ocupação Dandara e sua caracterização socioeconômica. Como elemento fundamental para a compreensão do caso, detalhou-se a linha política, os princípios de organização e de convivência do MTST/AL. De forma a iniciar o processo participativo elaborou-se a Matriz FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), tradução de SWOT, como ferramenta de diagnóstico. Foi realizada também a aferição da temperatura de superfície dos materiais mais utilizados para a construção de barracos, o levantamento dos conhecimentos locais da produção agrícola e a caracterização espacial da área de estudo que, de forma também participativa, formaram o Diagnóstico Participativo da Ocupação Dandara.

O processo participativo para a proposta de habitação da Ocupação Dandara, foi dividido em cinco etapas: definição do Programa de Necessidades; definição do *layout* da unidade habitacional; vivência do cotidiano: projetista e comunidade; apresentação da proposta preliminar para a comunidade; proposta de projeto arquitetônico e de implantação urbanística. O projeto habitacional foi elaborado tendo como base e referência os resultados obtidos nos processos participativos. Os produtos desenvolvidos foram uma proposta preliminar de unidade habitacional, de pavimento tipo e do prédio, além da implantação urbanística. A proposta final foi apresentada aos moradores com o intuito de receber *feedback* e realizar um debate sobre o processo e o projeto final.

Todas as atividades de cunho participativo deste TFG: convivência, levantamentos de dados e fotográficos, discussões, conversas informais e eventos coletivos, se enquadram nas atividades do projeto de pesquisa Territórios da Pobreza de Maceió, financiado pelo CNPq e do projeto de extensão Laboratório de Intervenção em Bairros e Ocupações de Alagoas (LABiboca), portanto, obedece às exigências do Comitê de Ética.

1.2 Estrutura da monografia

Este trabalho está subdividido em cinco partes: esta introdução; o capítulo 2 que corresponde ao referencial teórico, onde são discutidos alguns conceitos acerca do direito à cidade e à moradia e da participação, além de reflexões sobre processos participativos e democracia na habitação; o capítulo 3 aborda o diagnóstico da Ocupação Dandara, indicando seu surgimento e sua caracterização socioeconômica e espacial; o capítulo 4, onde está descrito o processo participativo para construção da proposta de projeto, incluindo as cinco etapas, e, por fim, as considerações finais.

2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM MACEIÓ: DA POLÍTICA E PRODUÇÃO À PARTICIPAÇÃO COMO ALTERNATIVA

Neste capítulo, foram abordadas referências para embasar e tecer questionamentos sobre as concepções, técnicas e instrumentos necessários para o desenvolvimento de processos participativos.

2.1 O Direito à moradia

O processo de luta pela conquista da moradia é um avanço no combate à desigualdade e à segregação espacial. De acordo com Lefebvre (2008), o direito à cidade somente é alcançado a partir de diversas transformações individuais e coletivas que vão além da garantia da casa, como abordado na citação a seguir:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser dissociada dos tipos de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2008, p.74).

Em um contexto de desigualdade e exclusão social, as propriedades públicas e privadas em situação de abandono e/ou irregularidade, incluídas no escopo especulativo do mercado imobiliário, são ocupadas por famílias sem outra opção. Essas ocupações são uma resposta à negação do direito à moradia. A construção dessa relação de negação de direitos pode ser vista nos conjuntos habitacionais de promoção pública localizados em áreas periféricas, com precariedade de infraestrutura e pouca relação com a cidade, demandando longos deslocamentos para garantir o acesso a equipamentos urbanos de saúde e educação.

Em termos das dinâmicas internas comunitárias convencionais observadas nos conjuntos habitacionais já consolidados na cidade de Maceió, a exemplo, Cidade Sorriso I, Cidade Sorriso II, Complexo Gama Lins e Parque dos Caetés, o direito à cidade como forma de emancipação e transformação, sendo um instrumento constitucional necessário para

contrabalancear o processo de expansão desigual das cidades, hoje encontra-se ameaçado frente ao enfraquecimento das associações e movimentos de luta pela moradia. Para Rolnik (2004):

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da cidade trazem elementos fundamentais para reverter o processo histórico de desenvolvimento desigual das nossas cidades: a função social da cidade e da propriedade e a participação popular no planejamento e gestão das cidades. [...] tornar viáveis e efetivar esses elementos é o grande desafio a superar, para construir o processo de gestão democrática, com participação ampla dos habitantes na condução do destino das cidades (ROLNIK, 2004, p. 43).

No caso brasileiro, a busca pelo cumprimento das funções sociais da cidade pelo estado ocorre através da pressão política, por meio, por exemplo, da ocupação dos espaços urbanos. Ressalta-se que o direito à moradia deve ser concedido não apenas em termos quantitativos, mas na sua plenitude enquanto direito humano. A Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo XXV (1948) diz:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Diante da inclusão da habitação como direito fundamental, é de suma importância que ela seja pautada nas necessidades humanas e com equidade. Contudo, o processo de construção de um conjunto habitacional, fruto de uma demanda individual ou coletiva através de movimentos sociais, envolve uma série de condicionantes, incluindo a ausência de acesso à terra próxima das centralidades, orçamento financeiro limitado, o não atendimento ao déficit habitacional por meio da oferta de moradia que não supre a demanda em termos quantitativos e qualitativos do público-alvo, entre outros. Para Rolnik (2015) “é preciso entender a moradia como direito [...]”, e não como uma mercadoria qualquer, pois o que se vê é uma transformação do direito à moradia num mecanismo de maximização de lucros.

Entretanto, o que se busca é um planejamento habitacional inclusivo, destacando o setor social e cooperativo, sem que ocorra a sobreposição do lucro pela produção em massa, associados ao cumprimento deste direito. Desta forma, convergindo os estudos e a observação

do desenvolvimento do processo de conquista habitacional, pode-se indagar enquanto academia que a chegada do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi uma conquista no acesso a esse direito, ao mesmo tempo em que foi um dos responsáveis pelo aprofundamento do modelo de espraiamento urbano baseado no ganho dos setores privados, tanto financeiro, quanto imobiliário e empresarial. Klintowitz e Rufino (2014) afirmam que:

Quando se passou a analisar o processo de implementação dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas, verificou-se a predominância de localizações periféricas, muitas vezes fora dos municípios polos, e o predomínio de grandes conjuntos habitacionais. Tais características tendem a reforçar, em territórios já precários, situações de exclusão socioterritorial, comprometendo a qualidade de vida das famílias beneficiadas frente a ampliação de dificuldades de acesso a equipamentos, serviços e emprego (KLINTOWITZ, RUFINO, 2014, p. 118).

Em complemento, Vicente (2015), pondera a consolidação das empresas que têm uma parcela de responsabilidade nesse processo de construção desigual das cidades, financiado pelo estado dentro da lógica capitalista:

As primeiras empresas de construção civil brasileiras iniciaram suas atividades com a especulação urbana, mas foi na ditadura militar que o desenvolvimento desse tipo de empresa se consolidou vinculado organicamente ao Estado brasileiro, por meio da construção de habitações populares, garantindo sua sustentabilidade, apoiada no fundo público (VICENTE, 2015, p. 569).

Neste enquadramento, parte-se do pressuposto que a ação do mercado, representado pelas empresas da construção civil e do setor imobiliário, é danosa ao direito pleno à moradia e ajudam a compreender os problemas construtivos nos conjuntos habitacionais. Em contrapartida, o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, criado em 2009, durante o Governo Lula, e extinto no Governo Bolsonaro em 2020, apresentava uma alternativa ao modelo de empreiteira, e abriu espaço para a autogestão comunitária, incentivando modelos de economia solidária para levantar recursos para a construção de HIS, com menores custos e maior qualidade quando comparado ao que era entregue pelo mesmo PMCMV versão Empresas.

2.2 O problema da Habitação de Interesse Social (HIS) em Maceió

Esta seção aborda a questão da Habitação de Interesse Social (HIS) produzida no Estado de Alagoas, que apesar de pressionada pelos movimentos populares locais, não vêm implementando ampla participação popular na sua definição enquanto política pública, tendo como lócus de instalação as periferias da cidade de Maceió.

Neste TFG considera-se HIS como a produção habitacional de qualidade que promova o desenvolvimento social e econômico. Considerada aqui como valor de uso, “a moradia garante abrigo, privacidade, relações afetivas entre pessoas, local de trabalho. Os valores de uso servem diretamente como meios de existência” (MARX *apud* HARVEY, 1980, p.132). Não deve, portanto, ser massificada, e deve ser norteadas pela participação, em antagonismo à produção de habitação de demanda, que segundo Palermo e colaboradores (2007) as construções “[...] são de qualidade plástica duvidosa e constituem espaços minúsculos, dispostos em edifícios tecnicamente mal acabados e mal executados”.

De acordo com Marroquim (2017), a produção estatal de habitação em Alagoas, durante 20 anos (1946 a 1966), foram de apenas 337 casas e 36 apartamentos para população de classe média assalariada, funcionários públicos ou da indústria ou de bancos. Um dos primeiros empreendimentos habitacionais de Alagoas foi o financiamento de 52 casas, realizado no ano de 1946 pela Fundação da Casa Popular (FCP). Constam também no ano de 1954, a construção do Conjunto Residencial do Farol pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) com 18 casas. Em 1954 foi construído 36 apartamentos do Conjunto Residencial José Raimundo, no bairro do Poço, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), já em 1955 foi construída a Vila Bancária Raul Ramos, no bairro do Poço pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) com 20 casas. Em 1966 foram construídas 66 casas também pelo (IAPB), além de 56 pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (IAPFESP) e 125 pelo IAPI.

Com o advento do Banco Nacional de Habitação, na esteira do Golpe Militar de 1964, foram construídos em Maceió pela Companhia de Habitação Popular (COHAB), entre 1967 e 1999, 19.069 casas e 1.884 apartamentos em Maceió e 6.484 casas no interior do Estado de Alagoas, entre eles estão o Jardim Beira Mar, Projeto Mutirão, Projeto Benedito Bentes e Virgem dos Pobres (MARROQUIM, 2017). O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Alagoas (IPASEAL) entre 1965 e 1987 construiu 437 casas e 6.140 apartamentos. Vale destacar que estas UHs, apesar de construídas pela COHAB, supostamente de habitação

popular, não atenderam as demandas da população que recebe abaixo de três salários mínimos, o que vai começar a acontecer após o processo de redemocratização, através de prefeituras progressistas com os mutirões e assistência técnica por ONGs, durante os anos 1990. Após o fim do BNH e sua substituição como financiador de habitação pela Caixa Econômica Federal (CEF) e os novos programas federais, inclusive o PMCMV, o Estado de Alagoas, construiu através da Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social (SETAS), 3.000 casas entre 1991 a 1995, 780 casas pela Agência Alagoana de Habitação e Urbanismo (AGAHU) entre 2001 a 2007, e 2.744 casas e 390 apartamentos pela Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINFRA) em 2008. Já a Prefeitura Municipal de Maceió no período de 2004 até 2016, só no bairro Benedito Bentes construiu 6.542 casas e 4.492 apartamentos, no bairro Cidade Universitária foram construídos 1.503 casas e 3.900 apartamentos, e nos outros bairros da cidade de Maceió, foram construídos 200 casas e 1.770 apartamentos. Ou seja, houve uma melhoria considerável em termos de produção quantitativa de HIS, devida, principalmente à organização dos movimentos sociais e à sequência de governos progressistas, de 2003 até 2016.

Tabela 1. Habitação de Interesse Social em Maceió entre 1946 e 2016

Período	Casas	Apartamentos	Orgão
1946-1966	337	36	FCP/IPASE/IAPB/IAPFESP/IAPL
1967-1999	19.069	1.884	IPASEAL / COHAB / SETAS / AGAHU
2001-2016	10.989	10.552	ESTADO / PREFEITURA

Fonte: adaptado de Marroquim (2017).

Os movimentos populares, conforme já mencionado, associados com organizações progressistas da sociedade, tais como IAB, universidades, ONGs, sindicatos, foram precursores e motores do processo de organização de lutas urbanas pelo direito à moradia. O 1º Relatório de Atividades do projeto de extensão Laboratório de Intervenção em Bairros e Ocupações de Alagoas – LABiboca, detalha a história de um dos movimentos populares urbanos mais atuantes na luta pelo direito à moradia em Maceió: a União dos Movimentos de Moradia de Alagoas (UMM-AL). Esta entidade do movimento popular tinha como objetivo a articulação das políticas públicas urbanas, de forma a buscar alternativas para uma política habitacional voltada aos interesses da população trabalhadora alagoana de baixa renda. A entidade esteve instalada por 12 anos no Sindicato dos Bancários de Alagoas, no centro de Maceió. Atuava nos

municípios de União dos Palmares, São Sebastião, Joaquim Gomes, Maceió e Palmeira dos Índios. A primeira conquista registrada foi a construção do Conjunto Denisson Menezes, em 2002, o conjunto foi escolhido como projeto piloto para as ações do Programa Habitar Brasil/BID em Maceió buscando elevar os padrões de moradia e de qualidade de vida de seus moradores. A UMM-AL também participou ativamente da luta pela construção dos Loteamentos Aracauã e Marechais, dos Conjuntos Santa Helena, Selma Bandeira, Rosane Collor, Sônia Sampaio, Cidade Sorriso I e II, Aprígio Vilela. Maria José Alves da Silva, uma das fundadoras do movimento, destacou também a inserção de famílias no Residencial Parque dos Caetés, Morada dos Planaltos, Vale do São Francisco, Tocantins e Maceió I. José Cláudio, uma de suas principais lideranças afirma que a UMM-AL viabilizou moradias para aproximadamente 10.000 famílias.

A provisão de habitação de interesse social através da ação dos movimentos sociais surge em Maceió devido à inércia dos setores governamentais no atendimento de direitos; ao avanço das desigualdades e a impossibilidade de arcar com custos para obter, manter ou alugar uma casa através do mercado. Dessa forma, a implantação de HIS em Maceió se tornou possível devido à união da população residente nas periferias e liderada por movimentos sociais, que organizam ocupações e pressionam o poder público através de manifestações públicas com o objetivo de constituir um diálogo.

No entanto, este processo não garante a chamada casa com cidade, pois não há tomada de decisões partilhadas, sendo normalmente circunscrita à conquista do teto, de modo antagônico à formação de uma estrutura completa de desenvolvimento social e econômico, que não condicionasse as periferias ao esquecimento, seguindo os interesses do mercado imobiliário, dentro da ótica capitalista.

No caso de Maceió, os resultados das pressões e negociações dos movimentos populares sobre o poder público vem se limitando ao uso do Cadastro Único (CadÚnico)¹, para a constituição do Dossiê enviado para Caixa Econômica Federal (CEF) dos pré-selecionados para participar do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O processo de elaboração do Dossiê recebe a ingerência de vereadores e alguns líderes comunitários que atuam como cabos eleitorais, não garantindo a conquista da moradia por

¹ Trata-se de um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e pobreza extrema, usadas pelos Municípios, Estados e União para a promoção de políticas públicas.

aqueles que estão envolvidos de forma efetiva na luta, mas para outros que são beneficiados em troca de voto eleitoral. Esta situação ocorre por não se ter a conquista da casa como a realização de um direito, e sim a inserção em uma fila de espera e permuta do direito através de um sistema de favorecimento e controle de currais eleitorais em troca da casa, como é explanado no relato a seguir:

LIDERANÇA A: Porque assim, tem gente que faz esses projetos, né? e vende os apartamentos, faz um cadastro vamos dizer meu, aí pega meu cadastro e vende para outra pessoa. Como aconteceu há um tempo, pegaram parece que foi 5 ou 6 pessoas (6 mulheres e um homem) lá no BIU² vendendo apartamento, antes de ser entregue né, aí já pegou. Antes disso de vender, já pega 3 mil adiantados, que é pra quando o apartamento sair, dizem que sai no nome da pessoa né, sem fazer cadastro, sem fazer nada. [sic].

No depoimento apresentado, percebe-se que o processo se tornou uma política de favorecimento pessoal, devido à mercantilização dos direitos coletivos, enfraquecendo as associações comunitárias, cujo papel é fundamental na reivindicação dos acessos aos equipamentos e serviços urbanos, sobretudo nas periferias. Apesar de reparações, através de denúncias, coloca-se em questionamento a credibilidade do processo de seleção dos beneficiários, desacreditando o processo.

Logo após a entrega das casas, os conjuntos habitacionais começam a apresentar sinais de desgaste na infraestrutura. Além da baixa qualidade arquitetônica, a precariedade urbana se apresenta pela insuficiência de espaços de convívio/lazer e recreação infantil, localização periférica que leva a longos deslocamentos diários, acesso limitado ao transporte público, ausência de equipamentos sociais e culturais, entre outros aspectos que dificultam a permanência e o desenvolvimento do indivíduo naquele lugar. Conforme Rolnik e Nakano (2009):

O modo de produção de moradias populares para além dos limites da cidade tem consequências graves que acabam prejudicando a todos. Além de encarecer a extensão das infraestruturas urbanas, que precisam alcançar locais cada vez mais distantes, o afastamento entre os locais de trabalho, os equipamentos urbanos e as áreas de moradia aprofundam as segregações socioespaciais e encarecem os custos da mobilidade urbana. As longas viagens diárias entre a residência e os locais de trabalho ou de ensino congestionam as vias e os transportes coletivos, prejudicando a qualidade

² O nome próprio Benedito recebe o apelido BIU em Alagoas, sendo a forma como a população costuma chamar o bairro Benedito Bentes na cidade de Maceió.

de vida coletiva (ROLNIK e NAKANO, 2009).

Tratam-se de projetos que não consideram a diversidade e as necessidades das famílias, oriundos de um planejamento técnico excludente e antidemocrático, responsável por uma política de habitação que “promove” favelas. Maricato (2001, p. 19) fundamenta esse processo:

[...] ausência de debates com a sociedade, característica do autoritarismo e da gestão centralizadora leva desarticulação entre planejamento e gestão, o que aliena os planejadores em relação à realidade concreta de uso e ocupação do solo e o autoritarismo próprio daqueles que, a partir de argumentos técnicos, julgam saber o que é melhor para todos os moradores da cidade (MARICATO, 2001, p.19).

Analisando a configuração arquitetônica das unidades habitacionais dos conjuntos produzidos pelo poder público, verifica-se que o dimensionamento reduzido e/ou ausência de cômodos, fomenta a apropriação ilegal dos espaços públicos, como a construção de “puxadinhos” nas calçadas e nos recuos. Em alguns casos, a UH é entregue parcialmente sem revestimentos nas paredes e no piso, considerando apenas as áreas molhadas na finalização da obra, como cozinha e banheiro.

Do ponto de vista espacial e social as UHs entregues não correspondem às demandas habitacionais necessárias para o bem-estar social, agravando-se ao deslocar população da sua área de origem para regiões distantes e sem infraestrutura, impossibilitando o sustento das famílias, gerando problemas e abandono da moradia. Para Rolnik (2004):

[...] a política habitacional não pode ser compreendida simplesmente como política de construção de conjuntos habitacionais, reurbanização e requalificação de edificações. Seu objetivo deve ser satisfazer uma das necessidades básicas da população – um povo com carências habitacionais sérias é um povo amputado na sua capacidade de desenvolvimento e progresso. (ROLNIK, 2004, p.73)

Nesse sentido, não é aceitável que após um período curto (cerca de dois anos após a entrega), o espaço urbano esteja deteriorado e as casas com patologias construtivas. Compreendendo que a problemática da HIS se configura como uma coalizão de fatores negativos, envolvendo desde a construção de políticas públicas que marginalizam a população pobre, às ações ilícitas promovidas por lideranças políticas, ambos presentes em um contexto

de financeirização da moradia e do espaço urbano e de busca por lucro acima de tudo, Fagnani (2007, p. 189 *apud* MELO, 1998) relata que:

Um dos indícios da privatização no setor da habitação é o papel “fundamental” desempenhado por representantes dos interesses empresariais, da indústria da construção civil e do sistema financeiro, na formulação e na implementação dessa política no pós-64. (FAGNANI, 2007, p.189 *apud* MELO, 1988).

Em razão das condições expostas acima, os efeitos perversos da HIS em Maceió se mantêm em um ciclo vicioso, se manifestando pelo abandono, venda ou troca das casas, levando as pessoas a retornarem à situação de pobreza e vulnerabilidade, desta vez sem a oportunidade de receberem o benefício novamente, pois o CadÚnico registra os atendimentos dos programas sociais recebidos por cada cidadão.

Sabe-se que a entrega da casa não garante a efetivação dos demais direitos fundamentais à vida, como trabalho, saúde, educação. Entretanto, a moradia adequada, bem localizada, com acessos a serviços e equipamentos urbanos de qualidade, facilita o desenvolvimento social e econômico do indivíduo. Para tanto, a participação dos moradores na construção do direito à cidade deve estar no centro das políticas urbanas, a fim de se construir cidades mais inclusivas, justas e sustentáveis.

2.3 A participação como alternativa na produção de HIS

Contrapondo-se ao modelo citado na seção anterior, a participação popular aparece como alternativa à produção habitacional hegemônica. A inserção dos moradores no processo participativo permite a formação de um senso de pertencimento ao espaço construído, que possibilita a proposição de soluções condizentes com o perfil das famílias. A participação possibilita que as pessoas se aproximem do processo criativo e das decisões na concepção e construção da casa. Para Malard (2006), deverá ser assegurado nesse modelo:

[...] a efetiva participação da comunidade beneficiária nas decisões relativas ao planejamento físico da área e ao projeto das moradias; a capacitação profissional de jovens e adultos; a inclusão digital; a associação cooperativa a geração de emprego e renda; o desenvolvimento comunitário; a sustentabilidade habitacional; o exercício pleno da cidadania. (MALARD *et al* 2006, p.4)

A arquitetura sem participação é isenta de historicidade e dos aspectos sociais de determinada população. Por este motivo, devem ser estimuladas e realizadas metodologias que aproximem o morador do projeto de sua futura residência. A participação não se resume à discussão e inserção da habitação no orçamento público, mas na tomada de decisão sobre o programa de necessidades, dimensionamento dos ambientes, além de outras etapas que devem contar com a participação dos indivíduos, onde responderão pelo que produziram, formando um senso coletivo. A ampla participação da população nessas etapas, devem garantir o senso de pertencimento e a transparência de todas as etapas perante a população. Para Bonduki (1997):

A participação da população no orçamento municipal, nos planos locais, ou até mesmo no projeto e na gestão dos recursos de sua futura casa, é a alternativa mais ética, mais solidária e também mais sustentável pelos seus efeitos ambientais sinérgicos. Do ponto de vista econômico, garante-se a eficácia na aplicação dos recursos e sua fiscalização (BONDUKI, 1997, p. 41).

Dentro do modelo aqui discutido de conquista do direito à moradia via movimentos sociais organizados, a participação é predominante em todo processo, que pode durar normalmente entre cinco a dez anos de luta para a materialização do direito, demandando organização social, política e participação democrática na tomada de decisões. Isto deve ocorrer não apenas para a obtenção da casa, mas pelo reconhecimento da coletividade, tomada de decisões em comunidade, valorização do conhecimento popular, considerando o conceito de repertório de ação coletiva, definido por Tilly (1995, p. 26), como o "campo limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha". Esse conceito refere-se à valorização do saber e ação coletiva, que é responsável pelo conjunto de decisões tomadas durante o processo de ocupação, onde se vigora um modelo colaborativo de gestão social dos conjuntos de moradia, pautado na produção de qualidade de vida e não de favelas. Para Tenório (2003):

Vemos a avaliação de projetos como um processo de interação social no qual os diferentes atores (população beneficiada, agentes comunitários, financiadores etc.) negociam os saberes, isto é, colocam-os "sobre a mesa" visando o bem comum da comunidade (TENÓRIO, 2003, p. 17).

A simples oferta da casa a transforma em um teto, isento de valor sentimental e social, sendo facilmente trocado. Desta forma, a participação durante a conquista pela moradia, pode evitar esta ocorrência, pois o processo é feito com luta, na qual os indivíduos constroem identificação com o espaço.

2.4 Conceitos de participação

Para Gavronski (2003), a participação popular é relatada como a soberania do povo e o efetivo exercício do poder político, indispensável à democracia contemporânea. Contudo, o conceito de participação pode ser conceitualizado de outras formas. Rios (1987), por exemplo, acredita que a participação é um conceito genérico utilizado para indicar o grau de integração, a natureza e a incorporação do indivíduo ao grupo, podendo ser avaliados pelos tipos de organização de natureza social, econômica e política.

Blundell-Jones, Till e Petrescu (2005 *apud* BASTOS, 2007, p.27) definem que a participação associada à arquitetura acontece com o envolvimento do cliente em algum estágio no processo de desenvolvimento projetual. Os autores indagam que o processo participativo não garante a sustentabilidade, mas uma aproximação que assume riscos. Além da estrutura técnica e econômica da arquitetura, a participação também deduz um envolvimento político, um termo pouco pautado pelos arquitetos no seu trabalho.

De acordo com Alves (2013) a participação é concretizada quando permite que os agentes façam parte da tomada de decisões que lhes dizem respeito, nos aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos. No processo participativo, é imprescindível considerar os níveis de participação pretendidos e atingidos, porque em muitos casos participação não alcança o que foi proposto. O processo pode compreender ações, implícitas ou não, que limitam a liberdade do participante, comprometendo a eficácia do processo (BASTOS, 2007).

Lana (2007) afirma que no processo participativo projetam-se aspectos além da necessidade dos usuários, como cultura, aspirações e o estilo de vida de um grupo. Durante a participação, são desenvolvidas relações de pertencimento com o lugar e com os agentes envolvidos no processo. A participação permite reforçar a cidadania pelo compromisso do cidadão com a sua cidade:

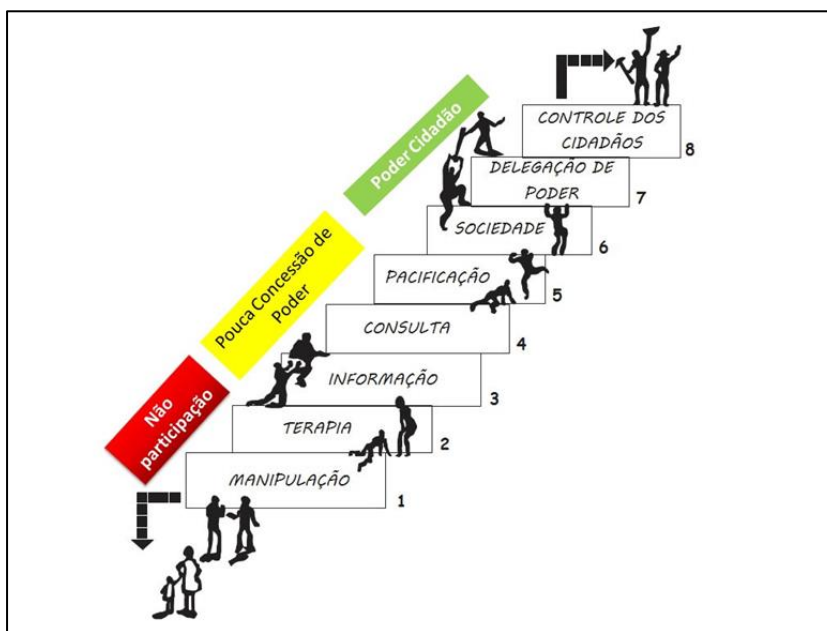
Os processos de participação [...] constituem um dos mais importantes indicadores de que cada cidade se esforça para ser mais sustentável, mais humana e mais atenta com

sua realidade, diversidade e memória; demonstra que se trabalha com o objetivo de alcançar benefícios comuns e expressa o desejo da maior parte da cidadania de formar explicitamente parte da cidade, de reconhecer-se em suas transformações (MONTANER e MUXÍ, 2013, p. 218).

2.4.1 Níveis de participação

Em 1969, Sherry Arnstein publicou o artigo, *Ladder of Citizen*, “Escada da Participação Cidadã” (Figura 1), apresentando a teoria da participação cidadã nos processos de planejamento nos Estados Unidos. A escada é um guia sobre os níveis de participação, para identificar nos processos de tomada de decisões a participação efetiva dos agentes.

Figura 1 – Escada da participação cidadã segundo Sherry Arnstein (1969).



Fonte: WWW-Brasil, 2013.

Segundo Arnstein (1969), manipulação e terapia descrevem níveis de "não-participação" que foram inventados para substituir a participação genuína. O objetivo real destes níveis é não permitir que as pessoas participem do planejamento ou realização de programas, mas habilitar os detentores do poder para “educar” ou “curar” os participantes. Para

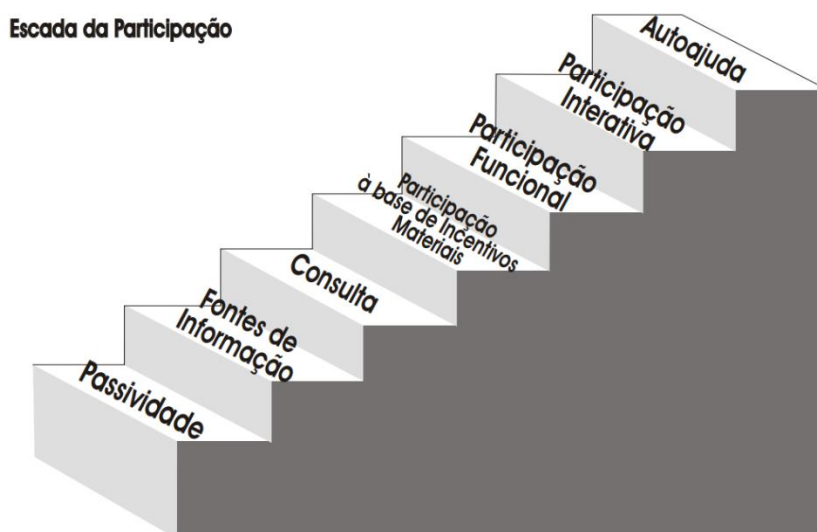
Arnstein (1969), a Informação, Consulta e Pacificação, constituem níveis em que há uma pseudoparticipação ou pouca concessão de poder.

A Informação (3) é uma importante etapa para alcançar a participação. Entretanto, ainda é considerado “Pseudo-Participação”, devido a informação unidirecional de cima para baixo, sem influência dos cidadãos. A Consulta (4) consiste no desenvolvimento de pesquisas, consultas públicas e reuniões, mas não há a garantia que as opiniões serão levadas em consideração. Com isso, pode ser considerada como um dos níveis de “Pseudo-Participação”. A pacificação (5) consiste na negociação entre o poder político e sociedade. O planejamento é estabelecido e a tomada de decisões é compartilhada entre as partes, com o intuito de “dar voz” à comunidade. Há um equilíbrio entre as partes, mas pode ser apenas uma negociação de ‘fachada’, sendo ignorada ou rejeitada nas decisões finais.

Conforme a autora, é apenas a partir do nível 6 que os cidadãos passam a ter algum controle. O nível Sociedade (6) é um avanço na participação, porque confere à população poderes reais para tomar decisões através da delegação. Dessa forma, a sociedade tem amplas condições de garantir a responsabilização dela nas decisões concretas. A Delegação de Poder (7), as negociações entre cidadãos e funcionários públicos podem resultar em cidadãos que conquistam autoridade dominante em um determinado programa. No nível Controle dos Cidadãos (8), todas as demandas são controladas pela própria comunidade, como escolas, controle do bairro pela vizinhança. As pessoas exigem um grau de poder que garanta a ampla participação em programas ou instituições, onde tenham plena responsabilidade de aspectos políticos e gerenciais.

Em 2006, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) lança o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), um guia prático, versão adaptada e revisada de Miguel Verdejo (2006) para o planejamento participativo de atividades comunitárias. O guia apresenta uma releitura da “Escada da Participação” de acordo com as características do DRP (Figura 2), estratégia de participação utilizada neste Trabalho Final de Graduação (TFG).

Figura 2 – Escada da participação cidadã segundo Miguel Verdejo (2006).



Fonte: VERDEJO, 2006.

Segundo a Figura 2 o menor grau de participação é a “Passividade”, o planejador (técnico envolvido) define os objetivos e decide sobre a execução das atividades. Dessa forma, a informação necessária é gerada sem a consulta popular dos beneficiários. No grau “Fontes de Informação”, o planejador pergunta ao beneficiário, porém não há participação no processo de elaboração do questionário e nem garantia que as respostas serão levadas em consideração no processo de tomada de decisões. No grau “Consulta”, a opinião do beneficiário faz parte do planejamento e é integrada na pesquisa, mas a população de fato, não tem poder de decisão. O quarto degrau seria a “Participação à base de Incentivos Materiais” onde propõe-se a participação através da permuta, seja da compra da produção ou de colocar à disposição terras, mas não há a possibilidade de intervenção real nas decisões. A “Participação Funcional”, o quinto grau, os beneficiários se dividem em grupos para alcançar objetivos definido pelo projeto. Durante a execução do projeto participam da tomada de decisões e se tornam independentes. Na “Participação Interativa”, a população é incluída na fase de análise e definição do projeto e tem plena participação no planejamento e execução. O maior grau de participação é a “Auto-ajuda”, onde a comunidade toma a iniciativa e age independentemente. Para Verdejo (2006), O DRP promove a participação dos beneficiários em todas as fases de um projeto, o que só efetivamente se realiza se houver vontade política e institucional de todos os envolvidos.

2.4.2 Dificuldades no alcance da participação

Nos territórios de pobreza (CAVALCANTI, 2009), onde está instalada a segregação espacial e social, são construídas barreiras para o amplo acesso aos direitos humanos, tais como a educação, saúde, alimentação, moradia, além de outros serviços públicos essenciais. Nestes territórios, onde os direitos e acessos mínimos não são atendidos, ocorre um descrédito nos processos democráticos de planejamento que envolvem a participação da comunidade. Em relação à moradia, o planejamento habitacional deveria compatibilizar adequação técnica aos anseios e necessidades locais, através da participação das famílias nas decisões de projeto e acompanhamento da construção. No entanto, os programas de habitação são comumente atrelados a políticas assistencialistas onde há apenas a entrega do produto final, sem a inclusão dos futuros moradores no processo.

A participação e organização popular são ferramentas de luta no combate às desigualdades, uma vez que reivindica o acesso à função social da terra e da moradia, em denúncia à segregação socioespacial, caracterizada pelo afastamento dos centros urbanos, providos de infraestrutura, serviços essenciais e polos geradores de trabalho. Além disso, a conformação desses territórios acarreta a falta de segurança, devido ao controle pelo tráfico de drogas e milícias, tornando os moradores reféns da pobreza e violência. Para Felix, Couto e Machado (2015):

A participação popular é fruto do regime democrático conquistado com muita luta e resistência dos cidadãos brasileiros na elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas ganhou amplitude sem precedentes, contribuindo para aumentar tanto a eficácia e abrangência das ações públicas, como a capacidade de formulação dos movimentos sociais (FELIX; COUTO; MACHADO, 2015, p. 4).

Contudo, a negação da participação e a falta de organização política e social, atreladas às condições de vulnerabilidade, resulta no não reconhecimento dos direitos e silenciamento da população. Tal condição leva à formação de políticas assistencialistas com entregas de insumos e projetos, por vezes, de baixa qualidade, e diante de condições de vida precárias, os indivíduos tendem a não questionar por medo de perder as mínimas condições que lhes foram ofertadas.

É imprescindível que a população tenha condições de sobrevivência e qualidade de vida, para que a participação seja uma ruptura do sistema opressor. Doyal e Gough (1991) destacam o papel da saúde como a categoria básica para permitir a participação visando à libertação

humana da opressão. A negação da participação social resulta em falta de autonomia, pela ausência de processos democráticos. Sobre a localização dos processos participativos no processo social, Milani (2008) ressalta que:

[...] a participação é parte integrante da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Sua ação é relacional; ela é construção da/na transformação social. As práticas participativas e suas bases sociais evoluem, variando de acordo com os contextos sociais, históricos e geográficos (MILANI 2008, p. 560).

Nesse contexto, os movimentos sociais se configuram como instrumento importante no alcance da participação e autonomia durante os processos reivindicatórios, revertendo a supremacia do assistencialismo por silenciamento em detrimento da luta por direitos. Para Pereira (2006) a autonomia pode ser capaz de libertar o indivíduo da opressão, miséria e desamparo.

Ademais, deve-se ressaltar as dificuldades da participação por parte dos atores políticos, acadêmicos e comunitários no alcance da plena autonomia para planejamento e construção de propostas de desenvolvimento coletivo dentro de espaços de segregação socioespacial. Para um processo participativo efetivo, é necessária uma imersão nos territórios por parte dos agentes envolvidos, a fim de romper estereótipos, através do reconhecimento da realidade cotidiana, necessidades e aspirações dos indivíduos.

Quando a participação em processos de HIS não ocorre ou se limita à informação e consulta, enquanto níveis com pouca concessão de poder, segundo a escada de Arnstein (1969), o sentimento de pertencimento e apropriação são ameaçados pelo abandono e troca da moradia. Como exemplo, cita-se o processo de não apropriação por parte de moradores nos conjuntos habitacionais Cidade Sorriso e Parque dos Caetés, localizados no bairro Benedito Bentes em Maceió (AL), que fizeram permutas de suas residências por instrumentos de trabalho (como carroças de transporte de materiais) ou por outras moradias precárias, porém localizadas em áreas mais centrais da cidade, por oferecerem melhor ajuste à rotina dos indivíduos.

A permuta ou venda das UHs representa um problema comum nos territórios citados. Acredita-se, por meio de conversas com os moradores, que isso ocorre devido à falta de adequação às necessidades, apropriação, integração e reconhecimento da comunidade ao espaço construído oferecido. Nesse sentido, percebe-se que o abandono ou venda irregular das

UHs, majoritariamente justificadas, gera dificuldades no atendimento de outros direitos ou benefícios, conforme já mencionado, levando os indivíduos a retornarem à situação de vulnerabilidade.

Apesar das críticas relativas ao não cumprimento da participação nos processos de planejamento, acredita-se que é necessário apontar os agentes que dificultam a efetivação do direito à participação. Verifica-se que um dos problemas, é a criminalidade e o conflito com facções do tráfico de drogas. Tais atritos geram inseguranças nos moradores, onde na ausência de um estado de bem-estar social, as organizações criminosas agem como estado alternativo, gerenciando o território. Dessa forma, alguns preconceitos sobre ocupações divulgados pela mídia são reforçados, dificultando a adesão de novas pessoas nos processos de ocupação e de participação efetiva. Para Martins (2016):

[...] as imagens construídas pela mídia, geralmente, privilegiavam a violência, ressaltavam questões referentes ao tráfico de drogas, além de rotular, na maioria das vezes, os moradores como invasores oportunistas que já tinham suas casas e estavam à procura de ganhar dinheiro invadindo aquele espaço (MARTINS, 2016, p.26).

Sendo mais específico com relação à ausência de políticas públicas efetivas nos territórios de pobreza, Auyero (2015) busca compreender de que forma a violência se manifesta nas periferias, ocorrendo dentro e fora de casa, como a violência contra mulheres e crianças, além da violência provocada por grupos criminosos e agentes do estado através da repressão policial. Estes atos, em geral, não são fatos isolados, pois ocorrem como consequência de diversos fatores econômicos e sociais associados à desestruturação das relações familiares e comunitárias, à perda de confiança no estado, além da falta de oportunidade de empregos, baixo nível de escolaridade, em decorrência da negação dos direitos e/ou precariedade dos serviços oferecidos, gerando sentimento de abandono e esquecimento.

Outro ponto é a ilusão, por parte dos moradores, do alcance de resultados imediatos durante o processo de luta pela moradia, pois este é um trabalho de longa duração e que requer coesão social, necessitando de grande engajamento da comunidade. Porém, o individualismo dificulta a compreensão do conceito de coletividade nos processos decisórios. Este sentimento nega a organização social, espacial e política dos territórios, dificultando a participação e a luta pela reivindicação e conquista dos direitos humanos fundamentais à sobrevivência.

Outro problema que prejudica a participação e o reconhecimento dos direitos nos territórios é a forte presença do machismo, ocorrendo o silenciamento feminino em detrimento da desvalorização da fala das mulheres pelos homens. De acordo com a publicação de Baster (2018):

As vozes de mulheres no campo em áreas de conflito vêm ao longo dos anos sendo silenciadas, por serem invisibilizadas e pelas vidas cruelmente ceifadas. Ao mesmo tempo ocorre um crescimento significativo do protagonismo das mulheres no campo, a partir de suas auto-organizações, principalmente nos enfrentamentos às inúmeras retiradas de direitos (BASTER, 2018, p. 85).

Tais relações requerem a separação destes grupos nos processos participativos, pois é visualizada uma postura masculina distraída, desinteressada e sem iniciativa para discutir habitação, cidade e qualidade de vida, além de falas dotadas de preconceito.

Mesmo em territórios organizados, como nas ocupações gerenciadas pelo MTST/AL, ocorre a invalidação da fala das mulheres, onde muitas vezes a liderança feminina tem seu discurso contestado, tendo que assumir uma postura não didática, mais ríspida e firme. Fontenele-Mourão (2006) relata que o preconceito dos homens em relação às mulheres, ato que geralmente desvaloriza a mulher como trabalhadora, ainda é forte, pois eles projetam uma imagem de mulher basicamente ligada à família e a casa. A adoção de uma postura autoritária pelas mulheres é reflexo de uma sociedade patriarcal, na qual este grupo precisa demonstrar características sobressalentes para serem reconhecidas com respeito.

A falta de consciência de classe dificulta a participação nas atividades coletivas. Entretanto, pode-se considerar que é um problema estrutural, o comportamento individualista e situacionista de muitos acampados, que confrontam o ideal de desenvolvimento coletivo. Dessa forma, muitas pessoas almejam o direito à habitação, com base na força de trabalho de outras pessoas. Em referência a esse problema, para as lideranças comunitárias, a população que mora nas periferias de Alagoas, não se compromete verdadeiramente com a luta, porque querem apenas ganhar, mas não conquistar.

Liderança B: Existe uma diferença na luta daqui de Alagoas para outros Estados, quando passei alguns dias em um coletivo do MTST de São Paulo, fiquei impressionada com a diferença, o movimento recebe muitas doações todos os dias, e não é de coisa velha ou comida perto da validade, mas de coisa boa, são fornadas de pão novo todos os dias. Nossos empresários tem uma visão muito atrasada, e isso reflete nas pessoas da ocupação, elas precisam entender que barraco não faz luta,

peessoas sim, o povo aqui só quer ganhar a casa, não quer participar da luta, o povo em Alagoas só sabe ganhar e não conquistar, é muito difícil avançar assim.

Dessa forma, compreender as nuances da produção habitacional de Maceió, que transitou do modelo de financiamento de habitação para servidores públicos, até o atual modelo de construção de conjuntos habitacionais com recursos federais, é fulcral para traçar estratégias participativas e diretrizes habitacionais. Para que houvesse um diálogo com o setor público, a insatisfação popular organizada em movimentos sociais, realizou diversas ocupações de terra e mobilizações sociais. Entretanto, a lógica capitalista das construtoras aplicada à pseudoparticipação popular nos processos de construção e idealização dos conjuntos, produziu HIS de péssima qualidade, nas periferias da cidade, que naturalmente foram dominadas pela criminalidade. Dessa forma, esse modelo de política habitacional de alcance restrito e apenas voltado para a construção de conjuntos (construção de casa nova) contribui para a produção de favelas nas periferias de Maceió, trazendo questionamentos sobre a amplitude do direito à cidade, que não é alcançado apenas com a conquista da casa por uma parte da população.

3 DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DA OCUPAÇÃO DANDARA

O diagnóstico da área foi iniciado a partir do projeto de extensão LABiboca (Laboratório de Intervenção em Bairros e Ocupações de Alagoas), que busca contrapor um modelo de planejamento tecnocrático através de propostas que visam a inclusão da comunidade no processo de planejamento. Para isso, foram realizadas várias visitas *in loco* a fim de imergir na rotina dos moradores e assim construir uma relação de confiança que possibilitou a organização dos grupos focais, onde foram discutidas as necessidades e aspirações individuais e coletivas relativas à casa e à comunidade.

Para realização de todos os processos participativos, o Diagnóstico Rural Participativo DRP, foi considerado como fundamental para o trabalho na Ocupação Dandara, na qual uma parcela dos acampados é migrante do campo e possui amplo conhecimento do trato com a terra. Dessa forma, adotaram-se os já mencionados Princípios e Conceitos-chave do DRP.

Segundo Verdejo (2006), o **respeito à sabedoria e à cultura do grupo** considera que o conhecimento cultural é importante para a gestão dos recursos naturais e assim chegar à sustentabilidade e à organização social. Portanto conceitua-se a identidade cultural como um conjunto de valores, normas, visões, conhecimentos e costumes, que produz vias endógenas de desenvolvimento. Os técnicos não devem agir como instrutores, mas, sim, como observadores interessados em aprender com os agricultores e obter conhecimentos técnicos e sociais.

A **análise e entendimento das diferentes percepções** pondera que cada sujeito, imerso em uma cultura, vê a realidade de forma subjetiva. O técnico por meio da comunicação e aprendizado, pode compreender as diferentes percepções e elaborar formas de agir em conjunto com a comunidade. De forma prática, o técnico deve, “se colocar no lugar”, para poder entender a percepção de cada um (VERDEJO, 2006).

Escutar todos da comunidade é fundamental para incluir as posições dos grupos mais vulneráveis, que por vezes são os menos participativos, ou seja, que não têm a possibilidade ou facilidade de se comunicarem. O envolvimento dessas pessoas pode acontecer através de dinâmicas de acolhimento, aproximação e em alguns casos, até a divisão de grupos para evitar qualquer tipo de intimidação (VERDEJO, 2006).

O princípio da **Visualização** refere-se à utilização de meios baseados na visualização de um assunto, utilizando mapas, diagramas ou modelo que refletem o assunto discutido. Desta

maneira, toda a comunidade tem a oportunidade de se envolver ativamente no processo, propondo critérios, intervenções nos mapas e enfatizando os problemas (VERDEJO, 2006).

A **Triangulação** é uma forma de confrontar ou complementar as informações obtidas, ao confrontar diferentes fontes de informação, como por exemplo, membros de diferentes comunidades, grupos sociais, homens e mulheres etc. Este processo permite que uma determinada situação seja analisada por diversos pontos de vista, para aproximar os resultados da realidade (VERDEJO, 2006).

A **Ignorância Ótima**, significa que o técnico, deve evitar perguntas redundantes na coleta dos dados, definindo como ponto de partida do diagnóstico as metas a serem alcançadas e o espaço definido para adaptações. Dessa forma, não se acumula uma quantidade exacerbada de dados, podendo focar nas questões mais importantes (VERDEJO, 2006).

O último princípio diz respeito à **Análise e Apresentação na comunidade**, que é referente à apresentação dos resultados para a população envolvida no diagnóstico, podendo ser redigido durante o trabalho de campo junto com a comunidade (VERDEJO, 2006).

Nas próximas sessões deste capítulo apresenta-se a história da Ocupação Dandara, sua inserção urbana e caracterização socioeconômica através de tabulação e análise de dados, os princípios da organização social do MTST, e por fim o detalhamento do diagnóstico participativo: matriz SWOT, o levantamento dos conhecimentos locais sobre produção agrícola e a caracterização espacial da área de estudo.

3.1 História e inserção urbana da Ocupação Dandara

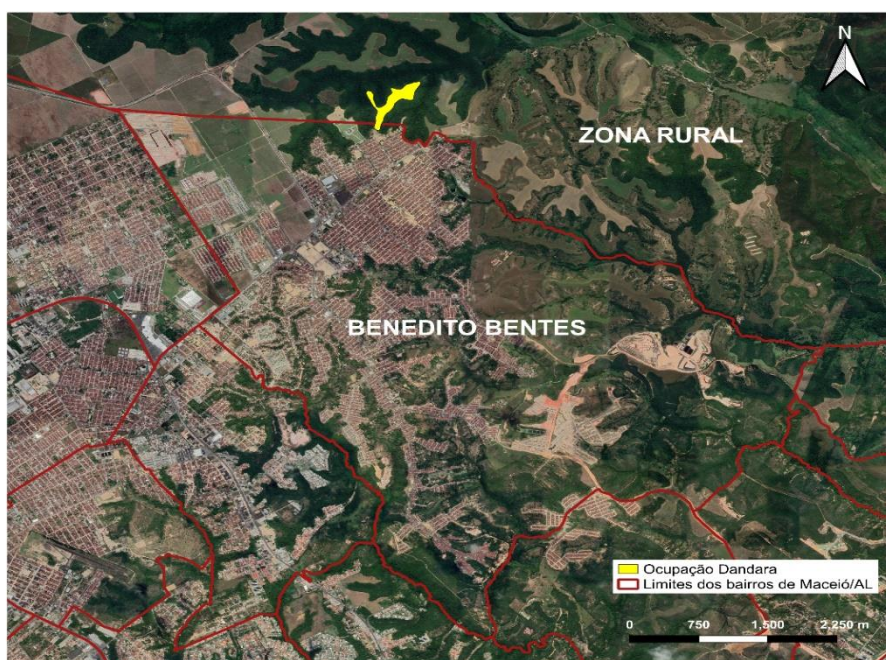
A Ocupação Dandara nasceu no dia em que se comemora a Emancipação Política de Alagoas (16 de setembro) em 2017, em um terreno localizado no Distrito Industrial pertencente ao Governo do Estado de Alagoas, e que estava destinado ao uso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT-Correios). A ocupação naquele local não perdurou, sofrendo uma Reintegração de Posse no mês de novembro do mesmo ano, tendo o terreno sido desocupado sob comando das próprias lideranças, sem violência.

Em março de 2018, os integrantes da 1ª ocupação se reorganizaram e ocuparam um terreno vazio, pertencente à uma faculdade particular da cidade, havendo novamente o pedido de Reintegração de Posse, desta vez contando com violenta ação policial. Após esse

acontecimento, os integrantes da Ocupação Dandara se deslocaram para a Praça dos Martírios, onde se localiza a sede do Governo do Estado, no centro de Maceió, a fim de pressionar representantes do Governo para abertura de um canal de negociação com as lideranças do MTST.

As negociações com o Governo culminaram em uma concessão definitiva de um terreno com 14 hectares, situado na Zona Rural de Maceió, nas proximidades do bairro Benedito Bentes (Figura 3), aliado à promessa de construção de 500 unidades habitacionais (UH) nessa região. Cabe ressaltar que a área destinada pelo Governo se localiza afastada das centralidades do bairro, que por sua vez possuem dinâmicas urbanas importantes para a qualidade de vida das pessoas. A distância das centralidades é marca usual da implementação, pelo poder público, de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda. Além dos aspectos ligados à localização, o Governo de Alagoas, não fez caso às reivindicações de elaboração de um projeto habitacional com a participação da comunidade, apresentando uma solução habitacional de baixa qualidade arquitetônica e urbanística, como usualmente ocorre, em forma de projeto padrão, que não considera as demandas dos futuros moradores.

Figura 3 – Localização da Ocupação Dandara na Zona Rural de Maceió.



Fonte: Google Earth, elaboração autoral, 2021.

Após aproximadamente dois anos de Ocupação Dandara naquele local, em pleno momento de pandemia do Covid-19, o Governo de Alagoas informou à coordenação do

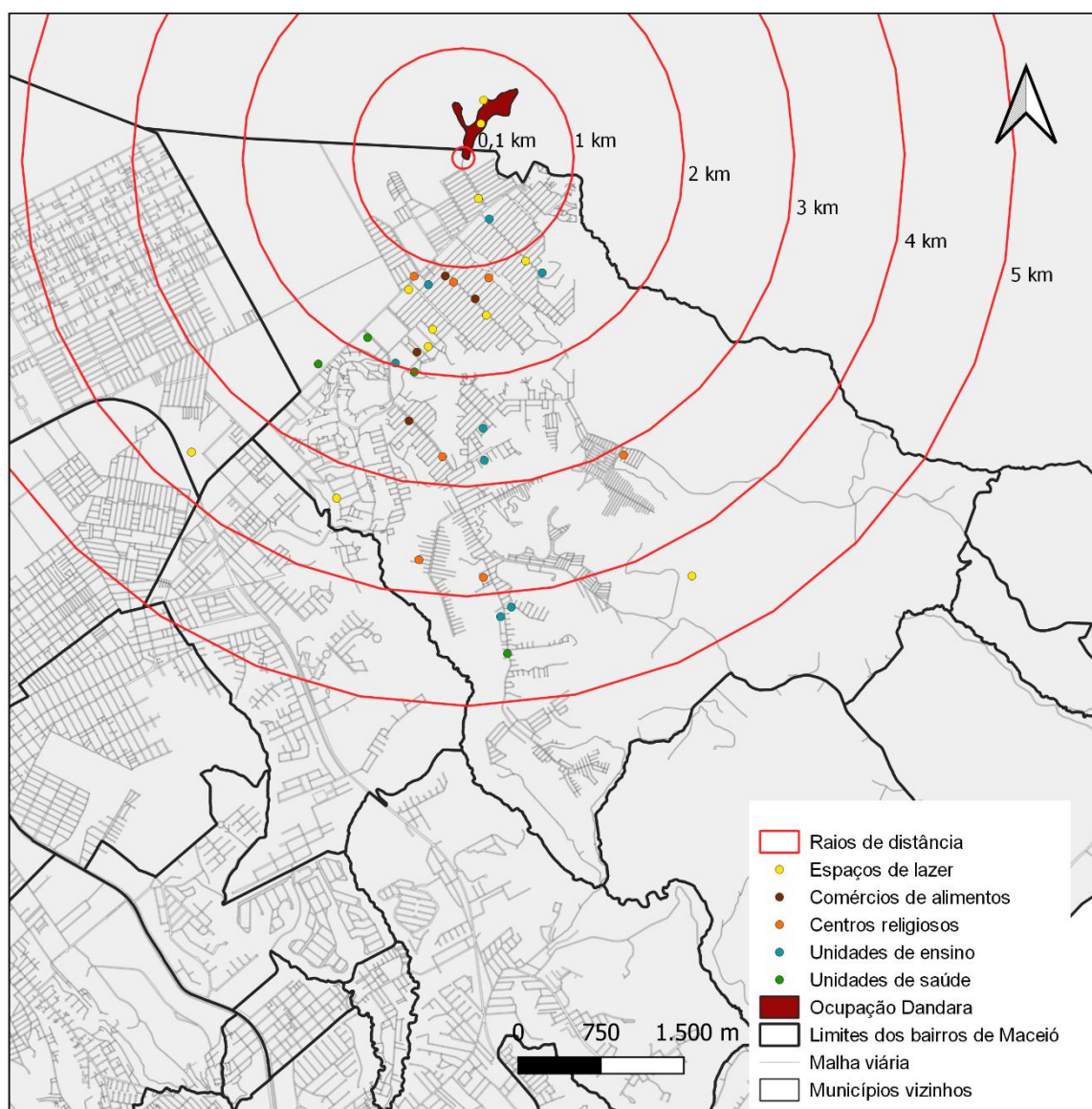
MTST/AL que o terreno concedido e ocupado estando localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratagy, segundo o Governo, impossibilitaria a construção do projeto habitacional para 500 famílias. Essa notícia desencadeou uma série de manifestações, levando os integrantes da Ocupação Dandara a acampar outra vez na frente do Palácio do Governo durante 26 dias em outubro de 2020. Diante do retrocesso quanto à utilização do terreno, das reivindicações anteriormente negociadas com o Governo, e do aumento da crise habitacional foi então acordada a construção de 1.500 UHs para as famílias atendidas pelo MTST/AL e outros movimentos sociais, no próprio bairro Benedito Bentes.

Originalmente criadas pela Lei nº. 6902/1981, as Áreas de Proteção Ambiental (APA) são hoje reguladas pela Lei nº. 9.985/00, que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma área natural destinada à proteção e conservação dos atributos bióticos (fauna e flora), estéticos ou culturais ali existentes, importantes para a qualidade de vida da população local e para a proteção dos ecossistemas regionais. O objetivo dessas Unidades de Preservação é a conservação de processos da biodiversidade, através do desenvolvimento e da adequação responsável das atividades humanas às características ambientais da área. Como Unidade de Conservação (UC) da categoria Uso Sustentável, a APA permite a interação humana. Estas Unidades existem para conciliar a ordenada ocupação humana da área e o uso sustentável dos seus recursos naturais. Dessa forma, o MTST/AL enquanto ocupante da APA do Pratagy agiu em prol da preservação ambiental, pois impediu a grilagem e a invasão ilegal das grotas, atuando fortemente na conservação da UC, aproveitando áreas já desmatadas, para o plantio de alimentos. A concessão de uso dada pelo Governo do Estado de Alagoas beneficia ambas as partes, estando dentro dos limites permitidos de uso desse tipo de Unidade de Conservação. Além do mais, constata-se que a alegação de não poder construir na área não é totalmente exata, há limites na ocupação, mas pode haver construções.

Quanto ao bairro mais próximo, o Benedito Bentes, construído nos anos 1980, é o maior bairro de Maceió em área, com aproximadamente 24.627 Km², limita-se ao norte com o município de Rio Largo, ao sul com os bairros Serraria e Jacarecica, ao Leste com Guaxuma, Garça Torta e Riacho Doce, a Oeste com Antares e Cidade Universitária. Atualmente, este bairro agrega muitos conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público, entre eles estão o Conjunto Benício Mendes, Frei Damião, Jardim Paraíso, João Sampaio II, Luís Pedro III, Moacir Andrade, Selma Bandeira, Cidade Sorriso I, Cidade Sorriso II, Parque dos Caetés, Jorge Quintela e Planalto, além de apresentar em seu território aproximadamente 19 grotas ocupadas

por habitação irregular, na sua maioria. Esses conjuntos habitacionais foram inseridos em uma região afastada do núcleo urbano do próprio bairro, habitado majoritariamente por população de baixa renda, por vezes oriunda de remoções de áreas mais nobres e mais bem localizadas no tecido urbano da cidade. Os moradores da Ocupação Dandara se localizam, identificam e resolvem suas demandas pessoais no Benedito Bentes que se constitui em uma centralidade, por sua extensão, estrutura comercial e equipamentos urbanos de saúde e educação. A Figura 4 apresenta um mapa com as distâncias que os moradores percorrem entre a Ocupação Dandara e os equipamentos públicos, comércio e serviços, tanto no bairro como na cidade.

Figura 4 – Distâncias entre a Ocupação Dandara e equipamentos públicos, comércio e serviços no Benedito Bentes.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Excluindo as praias, em média localizadas a 13km de distância da Ocupação Dandara, os pontos de lazer utilizados pelos moradores estão no Benedito Bentes, mas devido às limitações financeiras, as famílias recorrem às áreas de lazer e pontos de encontro da própria Ocupação. Os centros religiosos de matriz africana também estão em sua maioria localizados no bairro, outros dois estão localizados no bairro Clima Bom. Não foi possível identificar todos os terreiros de umbanda e candomblé, pois as pessoas não manifestam a sua fé por medo de repressão ou julgamento, o que não acontece, no caso das igrejas católicas ou evangélicas. Dentro do bairro estão instaladas escolas estaduais e municipais, além de um Campus do Centro Universitário Tiradentes e do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). As mães ponderaram que antes do desastre técnico-industrial provocado pela mineradora Braskem que causou a subsidência³ de cinco bairros, até agora, uma grande parte das crianças e adolescentes eram matriculadas no CEPA (complexo escolar estadual no bairro do Farol), e foram realocadas para a estrutura educacional do próprio bairro. Em relação ao atendimento básico de saúde, os postos do Benedito Bentes atendem à demanda da Ocupação, mas de forma precária e insuficiente. São disponibilizadas em outros bairros unidades especializadas em saúde mental como o Hospital Portugal Ramalho, além do Hospital Geral do Estado e o Hospital Universitário, onde são realizados procedimentos cirúrgicos e exames.

3.2 Caracterização socioeconômica

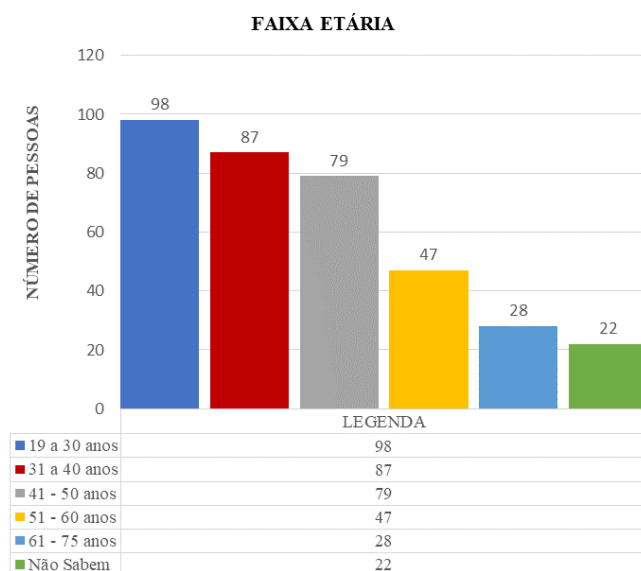
Foi realizada a coleta de dados através de um questionário (Apêndice A) para a caracterização socioeconômica das famílias que compõem a Ocupação Dandara. Os dados estão dispostos sob a forma de gráficos ou imagens (Figuras 5 a 11). Os resultados foram oferecidos ao MTST/AL para registro da história da Ocupação Dandara.

A caracterização construída está baseada nas observações do autor, no cruzamento com os dados socioeconômicos levantados e nos resultados do questionário aplicado pelo autor enquanto bolsista de extensão do LABiboca. O questionário objetivou traçar o perfil socioeconômico dos moradores dos territórios da pobreza de Maceió, com a finalidade de constatar as desigualdades presentes nestes territórios, a ausência do estado e a luta pela

³ Afundamento abrupto ou gradativo da superfície da terra, com pouco ou nenhum movimento horizontal.

sobrevivência e pelo direito à moradia. Na Figura 5 são apresentadas características gerais das famílias acampadas.

Figura 5 – Caracterização geral da Ocupação Dandara.



FAMÍLIAS:

473 (Acampadas)

361 (Entrevistadas)

ORGANIZAÇÃO:

Sistema de G's (Grupos Familiares)

Dividido em 8 G's

NÚMERO DE FILHOS:

1 a 2 por Família (Média)

COMPONENTES:

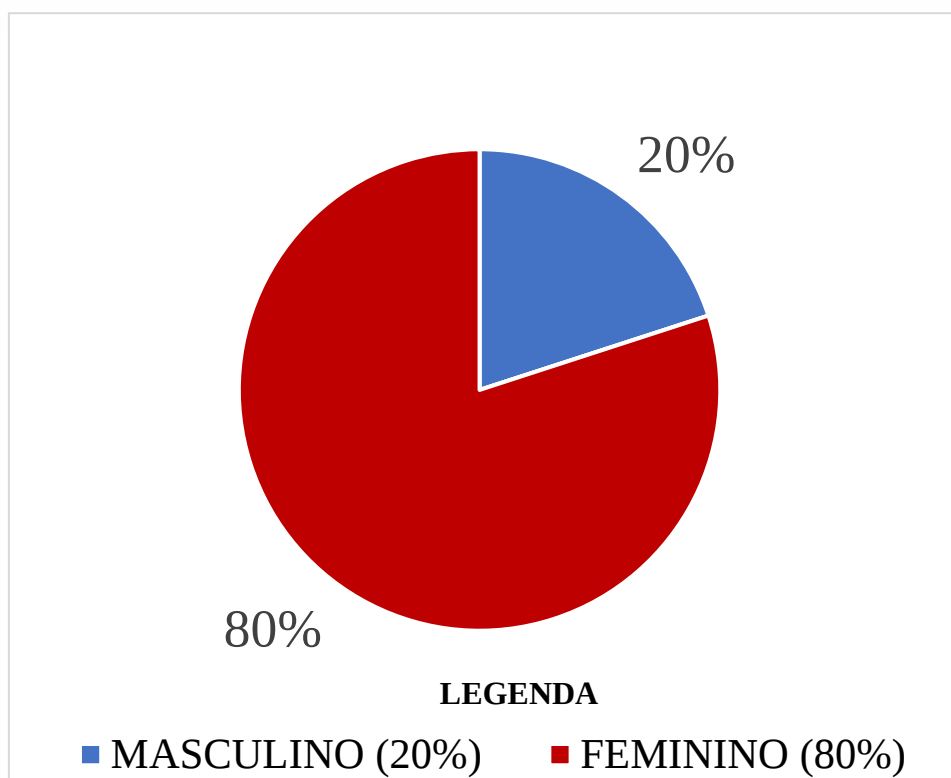
2 a 3 por Família (Média)

TRABALHO COLABORATIVO:

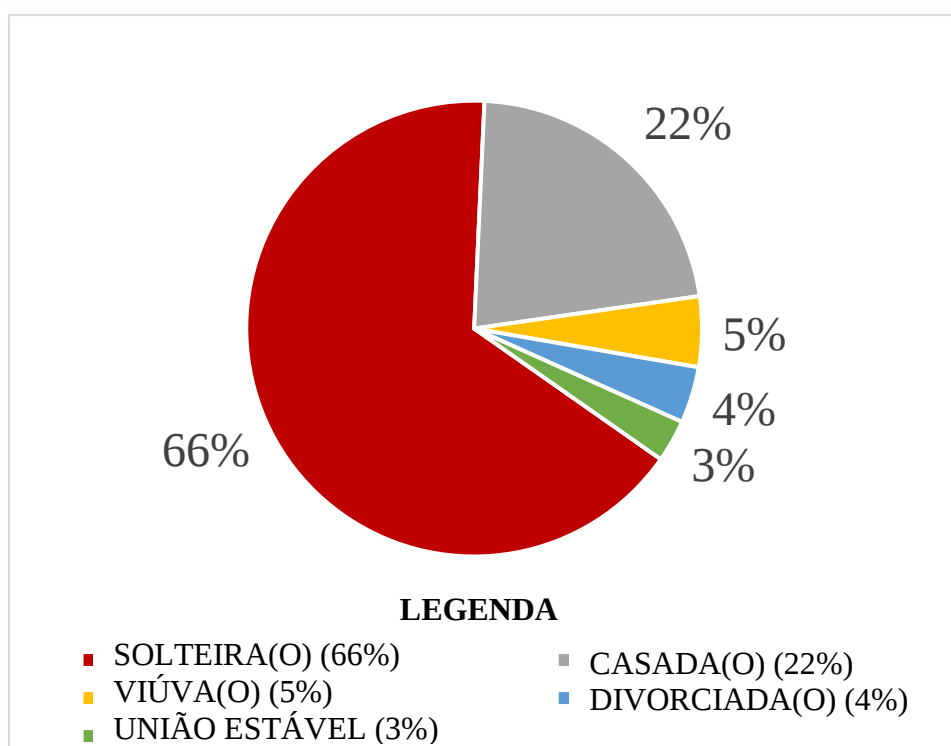
Mutirão

Fonte: Elaboração autoral, 2021.

As entrevistas foram realizadas na Ocupação Dandara durante duas semanas, no período da manhã, onde foram organizadas três equipes (envolvendo alunos pertencentes ao grupo de pesquisa e extensão NEST) para dinamizar o processo de aplicação do questionário. O questionário foi realizado com base no representante familiar portador do NIS, das 473 famílias registradas e com barracos construídos, foi possível entrevistar 361 indivíduos. A Figura 5 apresenta a estrutura social da Ocupação Dandara, incluindo um conjunto de problemáticas a serem resolvidas, tais como a presença de moradores com idades variadas como reflexo da dificuldade de emergir socialmente nos territórios da pobreza (CAVALCANTI, 2009). Ao traçar um perfil do morador médio da Ocupação Dandara através das Figuras 5 a 7, pode-se concluir que as famílias em sua maioria são constituídas por uma mãe solteira e um filho. Para realizar a tabulação de Gênero na Ocupação Dandara, o autor levou em consideração todos os integrantes das famílias. Por se tratar de um levantamento social numa área com pouco letramento, deve-se levar em consideração as nuances do processo, que mesmo com empenho para garantir a exatidão das informações, é possível ocorrer imprecisões nas respostas.

Figura 6 - Gênero na Ocupação Dandara.

Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 7 - Estado civil na Ocupação Dandara.

Fonte: Elaboração autoral, 2021.

A Ocupação Dandara apresenta um forte protagonismo feminino (Figura 6), sendo notável a importância do trabalho da mulher na organização do coletivo. A necessidade de articulação e gestão da população feminina na Ocupação expõe a força e a ampla capacidade das mulheres de liderarem comunidades sociais, que em cenários passados, eram predominantemente masculinas (Figura 8).

Figura 8 - Processo de construção de barracos na Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

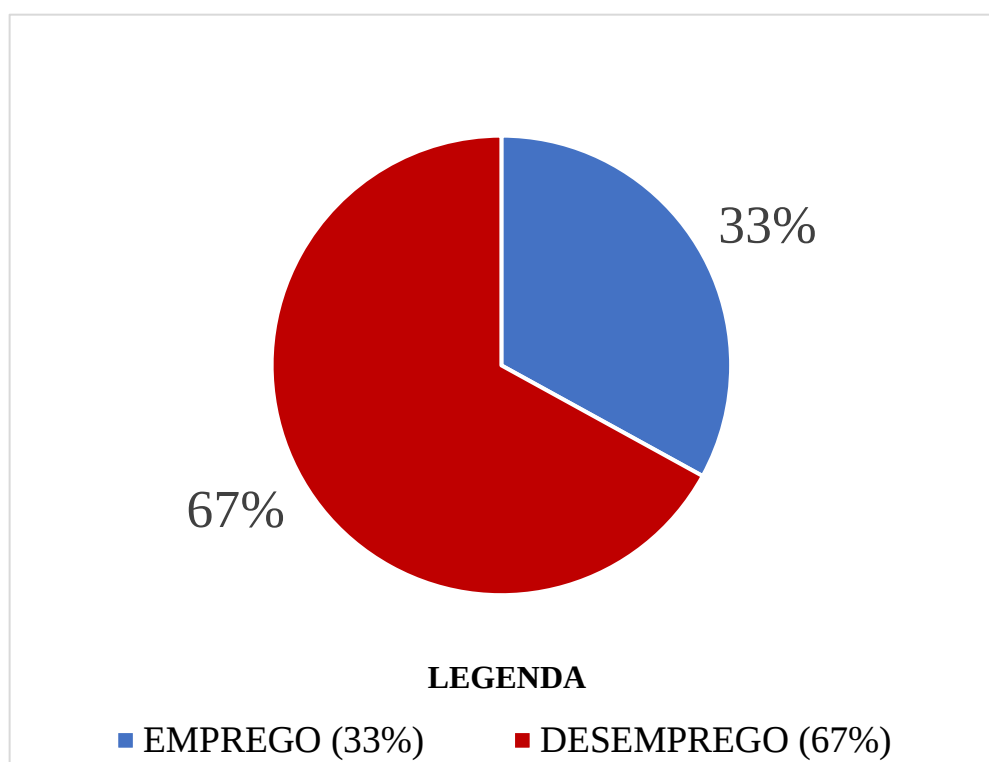
Por outro lado, através dos relatos e dos dados, é possível perceber que a desigualdade atinge sobretudo as mulheres nestes territórios, representadas pela dificuldade de conseguir um emprego em qualquer setor que não seja nos serviços domésticos, o abandono dos companheiros após uma gravidez, a violência social e uma cultura estruturalmente misógina. Desta forma, possuem a responsabilidade exclusiva pela criação dos filhos, sendo afetadas por fortes pressões sociais, pelos desafios da maternidade, pela dificuldade de emergir socialmente, e pela subjugação leviana do seu valor social, por não estar acompanhada de uma figura masculina, ou atrelada a um credo conservador.

A imersão nesses territórios permite compreender a importância da afirmação da mulher à frente de espaços que antes era predominado por homens, e dada essa situação, é um ato subversivo em um sistema machista consolidado nas lideranças sociais. O rompimento dessas

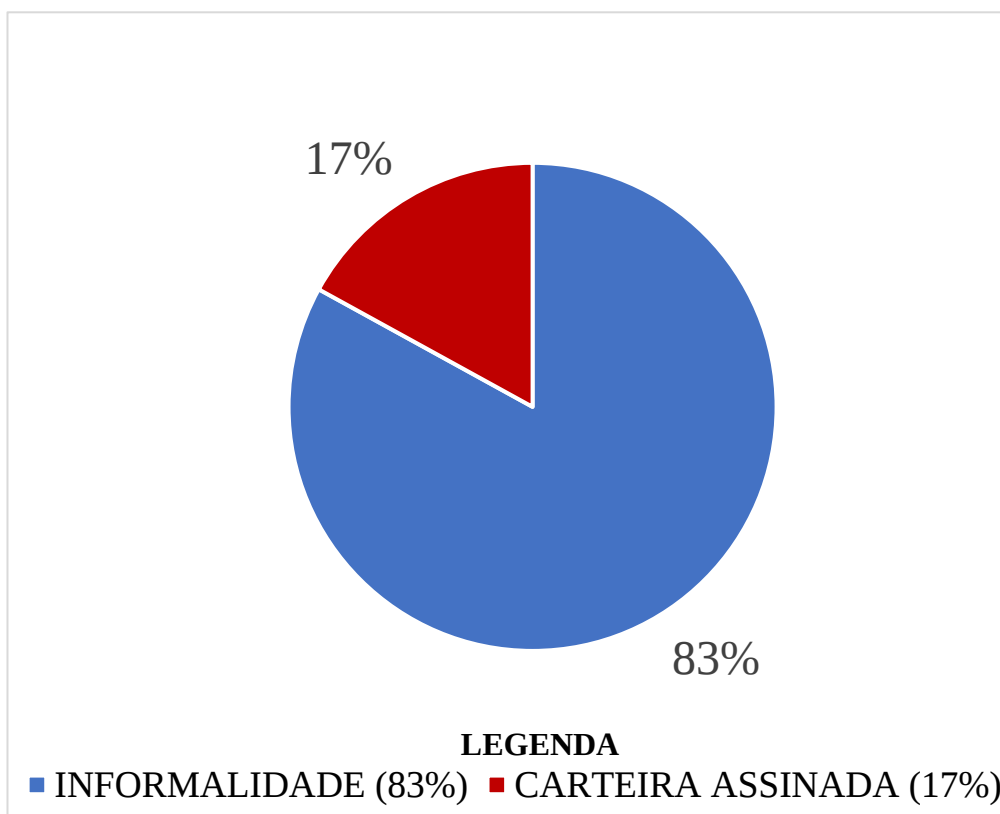
relações é necessário no desenvolvimento do espaço, assim como o enfrentamento ao silenciamento feminino na sociedade, em destaque nos territórios populares, onde a pobreza não tem voz, apenas grita em silêncio (CAVALCANTI, 2009).

Os dados relacionados às relações de trabalho (Figuras 9 e 10) apresentam um panorama de desigualdade social. Entre os moradores da Ocupação Dandara, 67% dos indivíduos estão desempregados e dos 33% que trabalham, apenas 17% estão vinculados à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou seja, na formalidade, e outros 83% vivem na informalidade. Conclui-se que a ausência de oportunidades e precarização do trabalho são elementos responsáveis pela pobreza urbana, e dessa forma, obrigam os moradores a realizarem atividades informais para obtenção de renda.

Figura 9 - Emprego e desemprego na Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 10 - Relações trabalhistas na Ocupação Dandara.

Fonte: Elaboração autoral, 2021.

De acordo com o documento “Síntese de Indicadores Sociais”, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), no Brasil, entre pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, a proporção de informais era de 62,4%. As atividades que mais concentraram pessoas em ocupações informais, no ano passado, foram serviços domésticos (72,5%), agropecuária (67,2%) e construção (64,5%). Em 2019, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 61,6% na Região Norte e 56,9% no Nordeste. Desta forma, este documento auxilia na compreensão do fenômeno do desemprego em massa nos territórios de pobreza urbana (CAVALCANTI, 2009; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020). No entanto, cabe ressaltar que os dados da ocupação Dandara, a partir das informações coletadas, são mais graves, justificados por tratar-se de um grupo em vulnerabilidade socioeconômica.

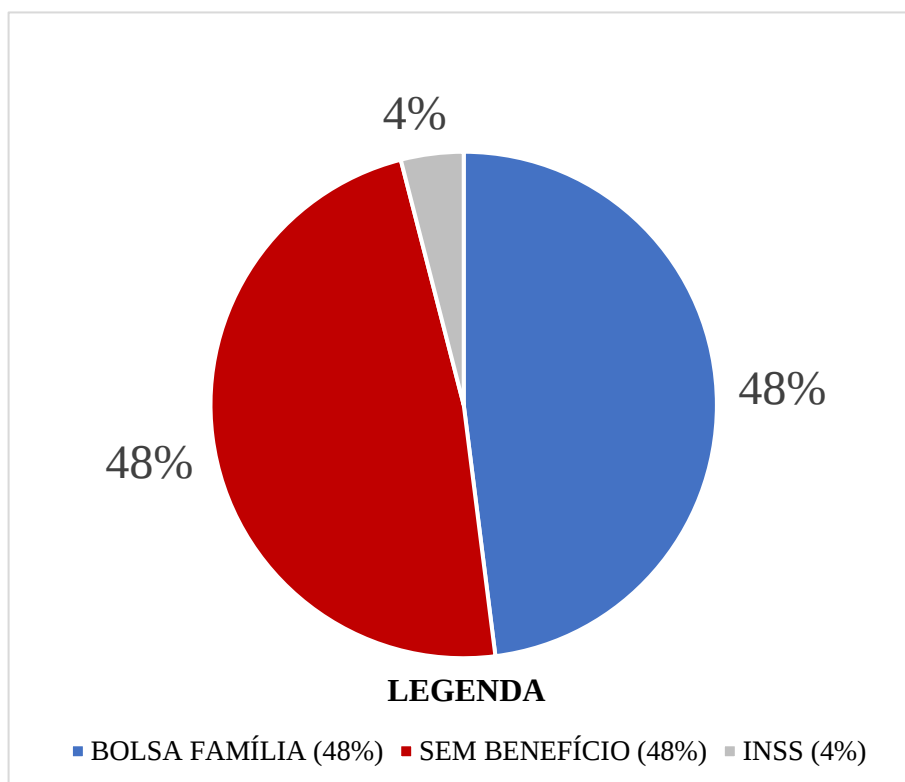
Diante de tais informações, pode-se concluir que a crise social e política de destruição do primitivo estado de bem estar brasileiro, iniciado em 2015 a partir da aprovação do desmonte da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e da reforma da Previdência, somadas com a ascensão da extrema-direita no Brasil, culminou no empobrecimento da população, resultando

no crescimento da informalidade e a volta do Brasil ao Mapa da Fome (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

De acordo com o IBGE, a insegurança alimentar grave esteve presente no lar de 10,3 milhões de brasileiros entre 2017 e 2018, representando aproximadamente 5% da população brasileira vivendo em situação de fome. Os dados são ainda mais graves em comunidades rurais, onde a fome ultrapassa 7% da população. Tais achados sendo mais frequentes em domicílios chefiados pela população negra, feminina e da Região Nordeste, demonstrando a ineficiência de políticas de alimentação e nutrição nestes espaços (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020). Estes dados confirmam a importância das ações desenvolvidas pelo MTST na luta contra a fome através de suas cozinhas coletivas espalhadas por todo o país, inclusive na Ocupação Dandara.

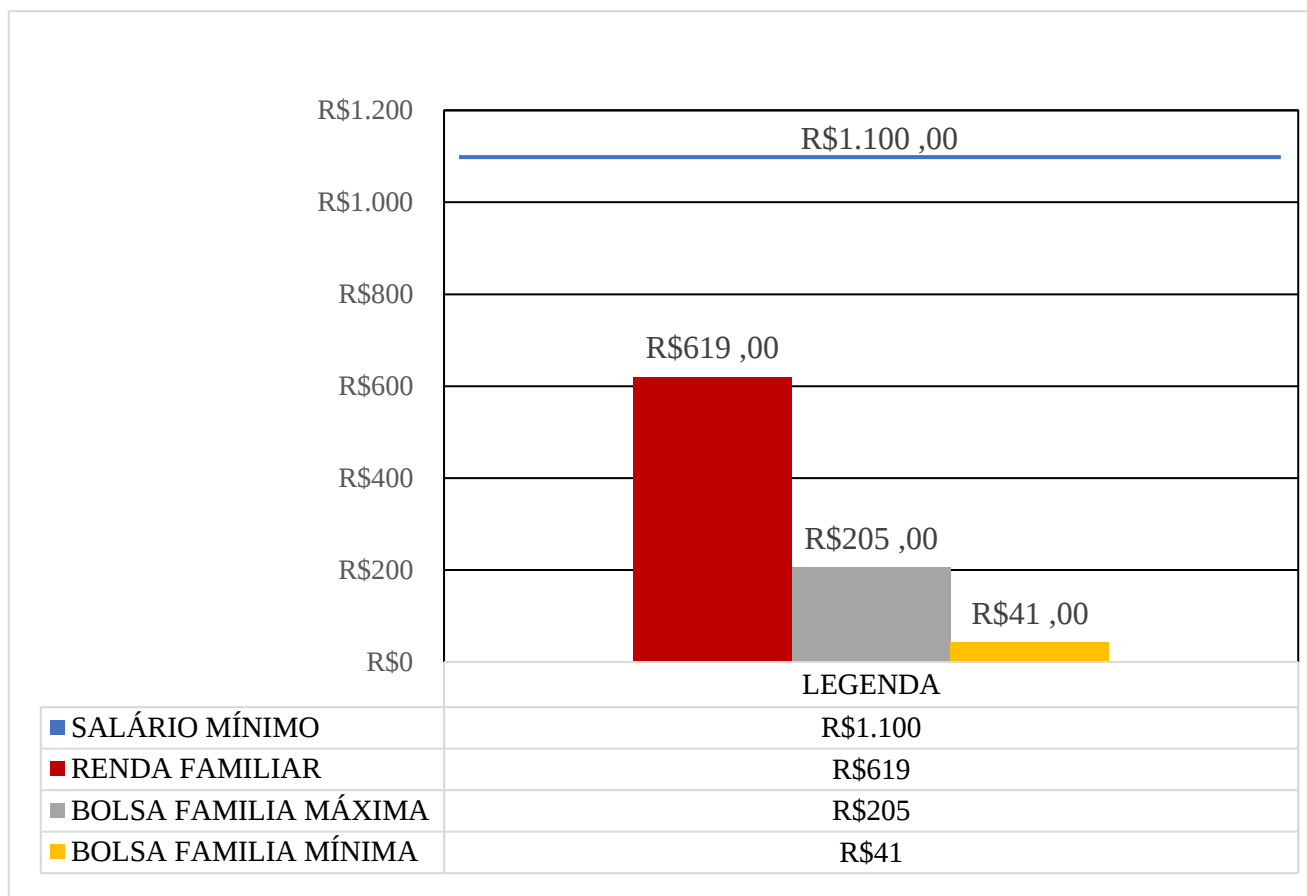
A distribuição de renda através de programas governamentais é de extrema importância para a sobrevivência das famílias, mesmo com 67% da população desempregada (Figura 9), apenas 45% da população é contemplada pelo Programa Bolsa Família, além de 7% da população que recebe qualquer benefício vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os 48% da população que não recebem nenhum tipo de renda dependem da cozinha comunitária para realizarem as refeições diárias (Figura 11).

Figura 11 - Benefícios governamentais dos moradores da Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Todos os moradores estão cadastrados e possuem o Número de Identificação Social (NIS), no entanto, apesar do crescente desemprego e aumento da informalidade, aproximadamente metade dos moradores não recebem qualquer apoio financeiro do poder público, como reflexo da política de corte dos benefícios por parte do Governo Federal e a necessidade de articulação com a Secretaria de Assistência Social para a inclusão destes indivíduos em programas de transferência direta de renda. Na Figura 12, realiza-se um comparativo entre a variação máxima e mínima do Bolsa Família, o atual salário-mínimo (SM) e a renda média mensal familiar da Ocupação Dandara, alertando que são valores inferiores às necessidades básicas de sobrevivência na atual situação de inflação. Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o SM nominal de R\$1.100,00 é insuficiente para o sustento familiar e de acordo com a inflação, o valor previsto para garantir o suprimento mínimo de uma família de dois adultos e duas crianças seria de aproximadamente R\$ 5.315,00, valor muito distante do valor atual.

Figura 12 - Renda familiar na Ocupação Dandara.

Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Na Tabela 1, observa-se que a média do valor da cesta básica do Nordeste é de aproximadamente a metade do SM líquido, demonstrando a dificuldade da aquisição de alimentos e o comprometimento de grande parte da renda para alimentação, além de outras necessidades do indivíduo, tais como manutenção da moradia, transporte, e cuidados pessoais consigo e família. Este dado torna compreensível o crescimento e a maior adesão das pessoas às lutas urbanas, diante do avanço da fome e desigualdade social e da insuficiência do SM.

Tabela 2 - Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (tomada especial): custo e variação da cesta básica em 17 capitais – Brasil – abril de 2021.

Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Custo e variação da cesta básica em 16 capitais - Brasil – maio de 2021						
Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
Porto Alegre	636,96	1,73	62,60	127h23m	3,46	22,82
São Paulo	636,40	0,60	62,55	127h17m	0,78	14,39
Florianópolis	636,37	0,29	62,54	127h16m	3,38	21,43
Rio de Janeiro	622,76	0,12	61,20	124h33m	0,27	11,44
Vitória	616,96	0,98	60,63	123h23m	2,78	14,95
Curitiba	608,89	4,33	59,84	121h47m	12,68	14,61
Brasília	588,24	0,15	57,81	117h39m	-0,60	33,36
Campo Grande	575,01	-1,92	56,51	115h00m	-0,25	26,28
Goiânia	564,04	1,40	55,43	112h49m	0,04	11,47
Belo Horizonte ¹						
Fortaleza	532,21	1,32	52,31	106h26m	-0,51	16,92
Belém	515,84	1,97	50,70	103h10m	2,98	13,78
Natal	501,70	4,91	49,31	100h20m	9,35	16,79
João Pessoa	491,63	0,32	48,32	98h20m	3,46	11,67
Recife	480,80	1,97	47,25	96h10m	2,43	6,50
Salvador	470,14	2,75	46,21	94h02m	-1,87	14,58
Aracaju	468,43	-0,26	46,04	93h41m	3,37	17,06

Fonte: DIEESE, 2021.

Além dos dados levantados através dos questionários, a imersão do autor na rotina das ocupações e comunidade possibilitou uma visão ampla e interna da situação de acordo com os princípios da metodologia de observação participante, compreendendo a importância de associar a habitação ao desenvolvimento econômico. Quando a produção de HIS é associada ao atendimento das necessidades sociais e econômicas das comunidades, em tese, é possível projetar, enquanto planejadores e arquitetos, conjuntos habitacionais autônomos. Exemplos desta abordagem, são o empreendimento Dandara, destinado à 216 famílias na Zona Leste de São Paulo, que incluiu no projeto arquitetônico hortas comunitárias para consumo coletivo (Figura 13), e a construção de 109 casas populares com materiais ecológicos no sistema de mutirão na área administrada de Ceilândia, no bairro Sol Nascente, Brasília-DF, que utilizou materiais ecológicos de produção própria para diminuir os custos das residências e realizar um projeto sustentável. Neste sentido, a moradia deve estar preparada para possibilitar uma multiplicidade de usos, se adaptando à necessidade do morador, como forma de obtenção de renda, de combate ao desemprego e ascensão social. Uma das formas mais comuns de agregar

moradia e sobrevivência econômica nos conjuntos já edificadas e ocupações em processo de luta é a implantação de pontos comerciais nas residências.

Figura 13 – Hortas comunitárias no Residencial Dandara – São Paulo.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

3.3 Princípios de organização, linha política e convivência do MTST/AL

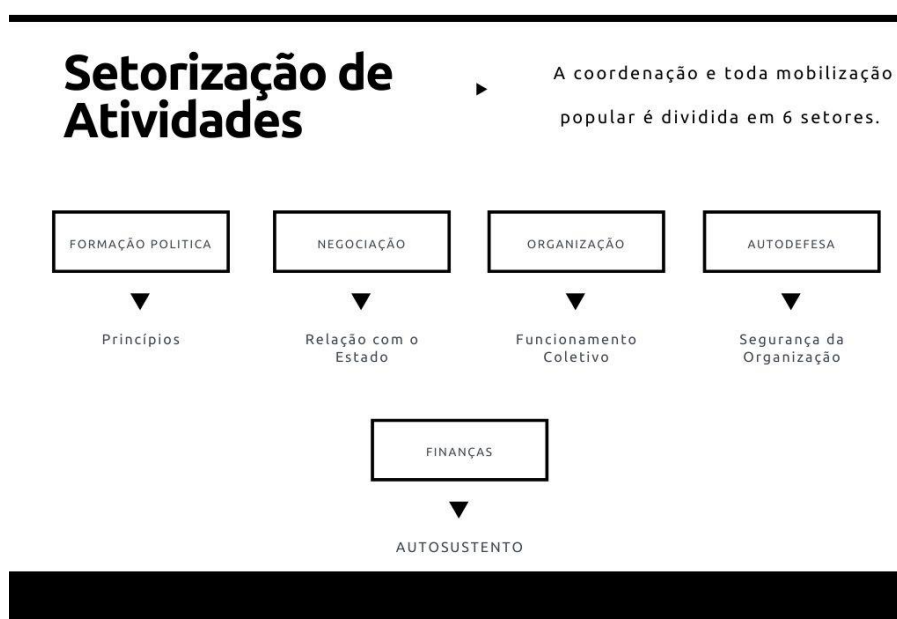
De acordo com a Cartilha de Princípios e Linha Política do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), o MTST está em constante negociação e luta pela construção de conjuntos habitacionais, por ser um movimento social que reivindica o direito à moradia e à terra urbana. Desta forma, sua visibilidade é promovida por meio de ocupações em terras públicas que não estão cumprindo sua função social, em prol da reforma urbana e da luta contra o capitalismo, defendendo uma outra forma de organização urbana e social nas cidades.

Os princípios de organização são estruturados pelas Coordenações em escala nacional, regional e local, e apresenta como base organizacional o trabalho comunitário. Todas as decisões devem ser tomadas considerando demandas e necessidades coletivas. Desta forma, determinados espaços e atividades, como manutenção da cozinha, ronda de segurança noturna, limpeza, cultivo das hortas são geridos considerando habilidades individuais organizadas em grupos.

O trabalho é organizado por frequência e participação, e aqueles moradores assíduos nos processos de desenvolvimento e manutenção da estrutura física e nas manifestações populares, acumulam pontos de prioridade na conquista da habitação. Todos os integrantes da Ocupação Dandara contribuem com a doação de alimentos cultivados coletivamente e individualmente. Desse modo, toda força de trabalho e conhecimento são compartilhados com os demais, as especialidades estão presentes na cozinha, jardinagem, vigilância, instalações elétricas, encanamento, artesanato, limpeza, cultivo, atividades domésticas e marcenaria. Portanto, a diversidade de atividades possibilita o desenvolvimento da autonomia e emancipação coletiva.

Na Figura 14, é esquematizada a setorização dos grupos de trabalho que organizam o espaço, estrutura necessária para a garantia do amplo funcionamento das ocupações e da articulação para construção de novas lutas urbanas.

Figura 14 - Setorização de atividades.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

O processo de construção de uma ocupação urbana com princípios de organização e linha política são imprescindíveis para o desenvolvimento de uma estrutura associativa robusta nos territórios de pobreza. Quando não há na base dos movimentos sociais de moradia um

processo de formação política e de fortalecimento das atividades associativas, enfraquecem-se as associações, dependendo dos agentes políticos para a implantação dos serviços públicos, geralmente precários, que num círculo vicioso, enfraquece a autonomia popular das comunidades, acentuando a pobreza urbana.

3.4 Matriz FOFA como ferramenta de diagnóstico

Para entender as demandas coletivas dos moradores, organizar e analisar as informações coletadas, foram levantados os motivos que fizeram as pessoas morarem na Ocupação Dandara e o que as fazem permanecer lá (Figura 15). Esse levantamento iniciou o processo de diagnóstico participativo, complementando a Matriz FOFA (Figura 16), que é uma ferramenta de planejamento estratégico que tem o objetivo de assessorar pessoas, instituições ou coletivos a identificar forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (FOFA) relacionadas ao planejamento de projetos. A população da Ocupação Dandara foi capaz de participar de um diálogo construtivo sobre as relações sociais estabelecidas, e em um processo de autocritica coletiva, buscar soluções para eventuais adversidades, utilizando a ferramenta.

Os principais motivos que fazem as pessoas morarem na Ocupação, são o sonho da casa própria, o despejo, o desemprego, o aumento da cesta básica e o preço do aluguel. Os benefícios governamentais, tais como o Bolsa Família, não tem o objetivo de sustentar uma família. Além disso, muitas pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas, devido a condições insalubres, desastres e à criminalidade. No mais, a luta por moradia é sustentada pelo sonho de conquistar um lugar para criar os filhos em vida, e garantir que tenham um teto no futuro. Já os motivos que os fazem permanecer na Ocupação, estão relacionados com o fato de não precisarem arcar com custos de aluguel, água e energia, além da alimentação que é fornecida diariamente pela cozinha comunitária. Dessa forma, se reúnem os elementos para aprender e se relacionar com união, fraternidade, trabalho coletivo, motivação, igualdade e alegria, pois com as questões básicas resolvidas, consegue-se entender a origem da pobreza, a consciência de classe, a preservação do meio ambiente e a luta contra os preconceitos sociais. Contudo, o motivo prioritário que lhes fazem permanecer na Ocupação é o sonho da casa própria, os outros ganhos fazem parte da formação política dentro das ocupações.

Figura 15 – Motivos para participar e permanecer na Ocupação Dandara.

PORQUE VOCÊ VEIO MORAR NA OCUPAÇÃO?	O QUE FAZ VOCÊ PERMANECER NA OCUPAÇÃO?
LUTA PELA MORADIA DA FILHA.	LUTA COLETIVA PELA HABITAÇÃO
SONHO DA CASA PRÓPRIA.	APRENDIZADO SOBRE: (UNIÃO, IRMANDADE, TRABALHO COLETIVO, MOTIVAÇÃO, IGUALDADE, ALEGRIA E PRESERVAÇÃO).
SEM CONDIÇÕES DE PAGAR O ALUGUEL.	OPORTUNIDADE DE DEBATER SOBRE A MORADIA.
DESEMPREGO.	ACOLHIMENTO.
MORADIA EM SITUAÇÃO DE RISCO (EXPLORAÇÃO DA BRASKEM).	CONDIÇÕES DE MORAR SEM PAGAR ALUGUEL, ENERGIA E ÁGUA.
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (EXPULSÃO).	GARANTIA DE UMA REFEIÇÃO DIÁRIA NA COZINHA COMUNITÁRIA.
MORADIA CEDIDA (EXPULSÃO)	HONESTIDADE DO MOVIMENTO SOCIAL.

Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 16 - Matriz FOFA.

Fonte: Elaboração autoral, 2021.

3.4.1 Forças

As forças identificadas têm relação com os princípios de organização do MTST e as características do terreno, e por isso pode-se considerar que os ideais e aspectos políticos de luta são refletidos diretamente na identidade coletiva da Ocupação Dandara. A organização coletiva foi definida como a força de consolidação da base social que mantém a estrutura social em amplo funcionamento (Figura 17).

Figura 17 – Aplicação da Matriz SWOT (FOFA)



Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

Segundo a população, a qualidade do solo, adequado para plantio de alimentos, com acesso fácil a recursos hídricos, fortalece o trabalho coletivo agrícola, diminuindo a dependência de doações externas, garantindo o funcionamento das cozinhas comunitárias. O trabalho e os conhecimentos sobre agricultura familiar orgânica, através do plantio e colheita (Figura 18), fortalecem as relações coletivas. Essas dinâmicas comunitárias foram veemente enfatizadas pelas lideranças do MTST/AL, presentes na atividade, afirmando a necessidade de participação da população, como aspecto fulcral na incessante luta contra a desigualdade social.

Figura 18 – Cultivo de coentro na horta coletiva da Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

As lideranças femininas, as normas de convivência, a organização associativa e a comunicação transparente são adotadas como estratégias de ação por parte do MTST/AL. Essas questões são a força fundamental, que mantém a credibilidade da gestão associativa da Ocupação Dandara, composta majoritariamente por mulheres, que durante a atividade foram ovacionadas pelos acampados devido aos trabalhos voluntários prestados. Diante deste alto nível de engajamento e compromisso, os moradores são motivados a serem mais assíduos nas atividades coletivas e como consequência, conseguem solucionar problemas de convívio social. Dessa forma, durante a caracterização das forças da ocupação, foram pontuados problemas remanescentes, e através do diálogo, foram propostas soluções.

3.4.2 Fraquezas

As fraquezas apontadas pelos moradores são relativas a atitudes individuais que comprometem a organização e a harmonia dos grupos. Difamações e histórias inventadas direcionadas às lideranças, preconceitos e julgamentos relacionados às crenças e à opção sexual

dos moradores, são identificados como os principais riscos dentro da convivência da comunidade. Esse grupo de pessoas que agem de forma destoante ao princípio da boa convivência coletiva foi intitulado como “Rádio Peão”, termo dado a pessoas que não estão imersas nas atividades comunitárias, mas ficam causando confrontos desnecessários entre os acampados. A comunidade em consenso, confrontou essas fraquezas, para propor soluções flexíveis, tais como aconselhamentos e formação social, e em casos mais extremos, o afastamento e retirada daquela pessoa ou grupo da Ocupação Dandara, respeitando o coletivo e as normas impostas ao integrar a comunidade. A população chegou ao consenso que resolver esses conflitos enquanto acampados é essencial para que no futuro haja uma coesão social comunitária após a conclusão do processo de luta e conquista da casa.

3.4.3 Oportunidades

As oportunidades relatadas configuram-se, basicamente, através de atitudes e serviços externos, oferecidos pela Universidade Federal de Alagoas, por instituições municipais e estaduais, e doações realizadas por organizações e grupos filantrópicos.

3.4.4 Ameaças

As ameaças fazem parte da rotina das ocupações, tais como a ação policial violenta e discriminatória que tem como alvo pessoas pobres dentro de espaços comunitários por meio de uma política de segurança pública que incentiva e reafirma os preconceitos que as pessoas vivem dentro desses territórios. A Ocupação Dandara já foi alvo de ações ilegais por parte da Polícia Militar, com ameaças, violência física e verbal. A resposta dos governos, de forma geral, em termos de políticas públicas é insatisfatória e traz poucos resultados práticos para a vida das pessoas. A condenação do pobre com o intuito de acabar ou esconder a pobreza, ergue muros através de uma política higienista, que esconde ou maquia um problema social para não o resolver, levando a uma culpabilização da vítima, do pobre, como forma de estigmatizar e promover a perpetuação da pobreza.

3.5 Levantamento dos conhecimentos locais sobre produção agrícola

O levantamento dos conhecimentos agrícolas seguiu o princípio do DRP de análise e entendimento das diferentes percepções, para apreender os conhecimentos locais sobre produção agrícola. O diagnóstico aconteceu durante o acompanhamento do autor às atividades de campo, através da observação e anotação, sem intervenções (Figura 19).

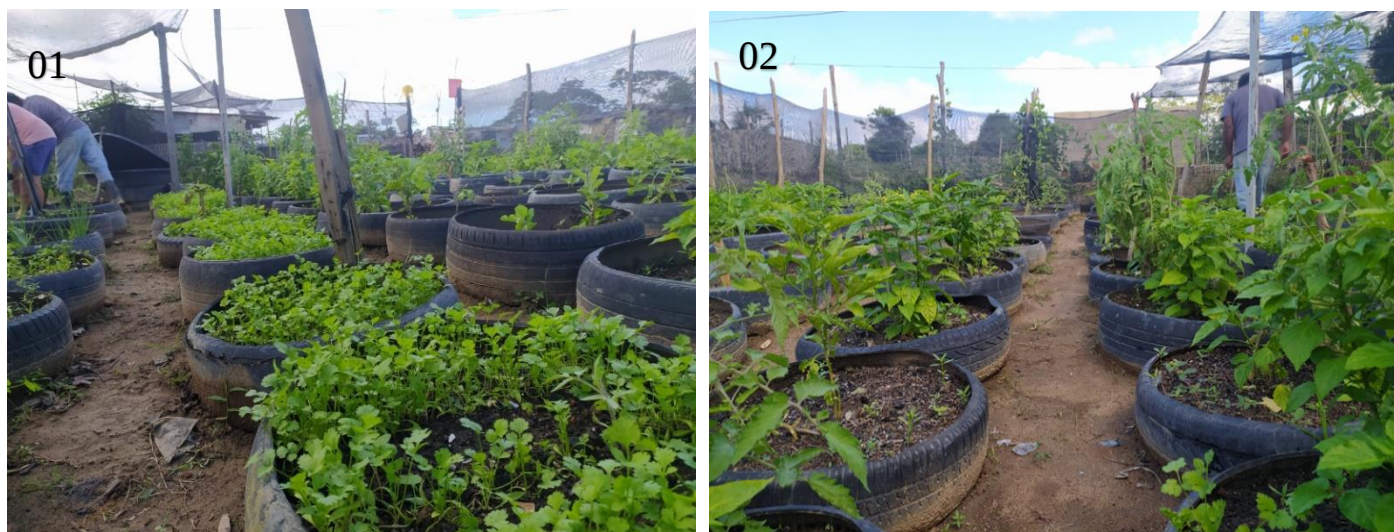
Figura 19 – Observação Participante das atividades agrícolas.



Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

De acordo com os moradores da Ocupação Dandara que são agricultores, as plantações são divididas em 'lavouras' (Figura 21): milho, macaxeira, feijão fradinho, feijão de corda, feijão andu, inhame, cará e hortas (Figura 20): coentro, cebolinha, pimentão, tomate, manjerição, pimenta, plantas medicinais, plantas para chá, hortelã, maxixe, quiabo, couve e alface.

Figura 20 – Hortas Coletivas no sistema de estufa na Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 21 – Lavoura de milho e macaxeira na Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Muitos conhecimentos populares foram utilizados para conferir as condições, qualidade do solo e definir as estações apropriadas para cada tipo de cultura, e esses métodos se configuram em forma de ditados populares, tais como “terra que dá muita vassoura de botão

não é boa”; “numa terra boa todo gengibre que planta nasce bonito, mas se nascer amarelado a terra é ruim”; “terra com minhoca é adequada para plantar”; “não se podem cortar as árvores, toda plantação feita embaixo de uma árvore é mais fértil porque as folhas adubam a terra”. Os meses do ano são caracterizados através de datas festivas e religiosas. O mês de março é chamado de “São José “, e “caso não chova até o dia 19 de março, é um sinal de que a produção do ano não vai ser boa”; o mês de junho é chamado de “São João” e julho de “Santana devido ao dia de Santa Ana”. Todos esses ditados fazem parte da cultura local, de pessoas que mesmo morando na cidade, tiveram a infância trabalhando com agricultura no interior de Alagoas.

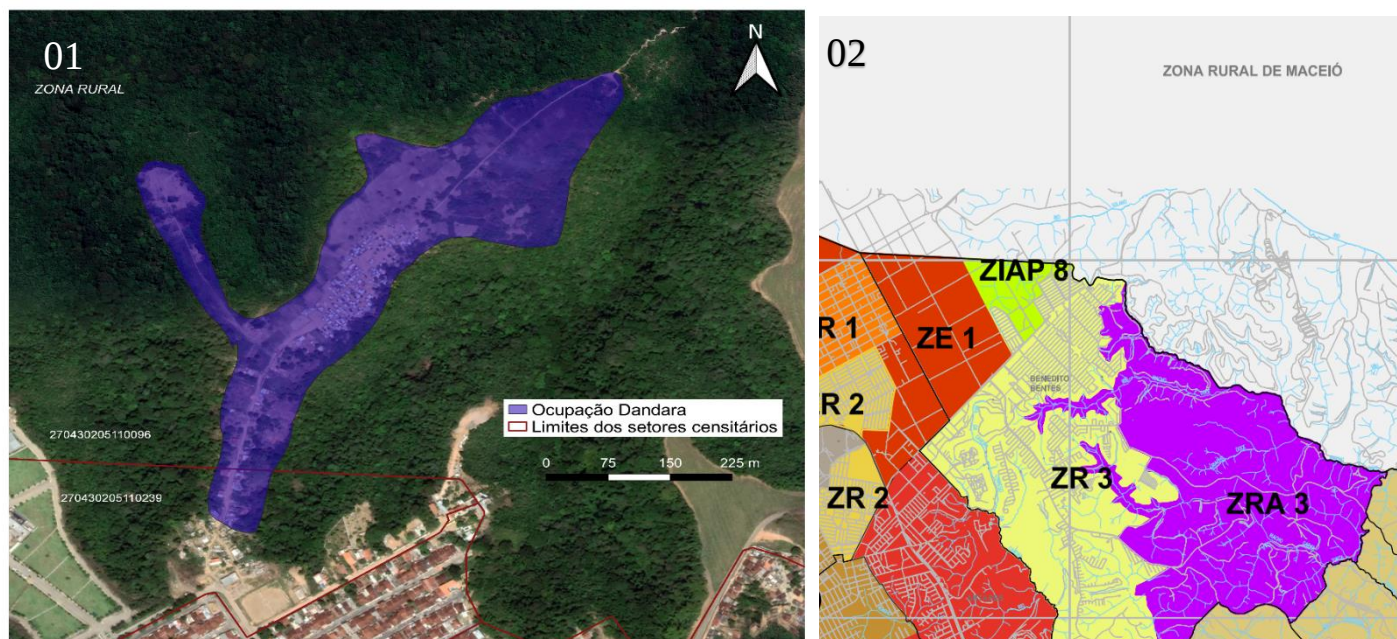
As lavouras e as hortas garantem o abastecimento das cozinhas comunitárias. Contudo, existem muitas dificuldades para manter a produção, devido à falta de ferramentas de cultivo e os custos das sementes de feijão para plantar o feijão, o baté para o milho e a maniva para a macaxeira, além do preço do adubo. No entanto, fica claro o potencial e a vocação dos moradores da Ocupação Dandara para as atividades agrícolas

3.6 Caracterização espacial da área de estudo

O terreno está localizado na Avenida do Contorno, próximo ao Cemitério Memorial Parque Maceió, inserido na Zona Rural de Maceió, nas proximidades do bairro Benedito Bentes, que apresenta uma dinâmica urbana particular, predominantemente composta por conjuntos habitacionais e ocupações informais de Maceió. A inserção da Ocupação Dandara em uma área próxima ao Benedito Bentes é reflexo da formação do próprio bairro, que está em constante crescimento econômico e territorial.

Segundo o Plano Diretor de Maceió (2005), uma pequena parcela da Ocupação Dandara localiza-se na Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico 8 (ZIAP) (Figura 22), sendo estes territórios importantes para o equilíbrio ecológico, são áreas de preservação de mananciais e encostas, prevendo atividades consideradas de baixo impacto ambiental (Quadro 1).

Figura 22 - Localização da Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Quadro 1 - Uso por Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico.

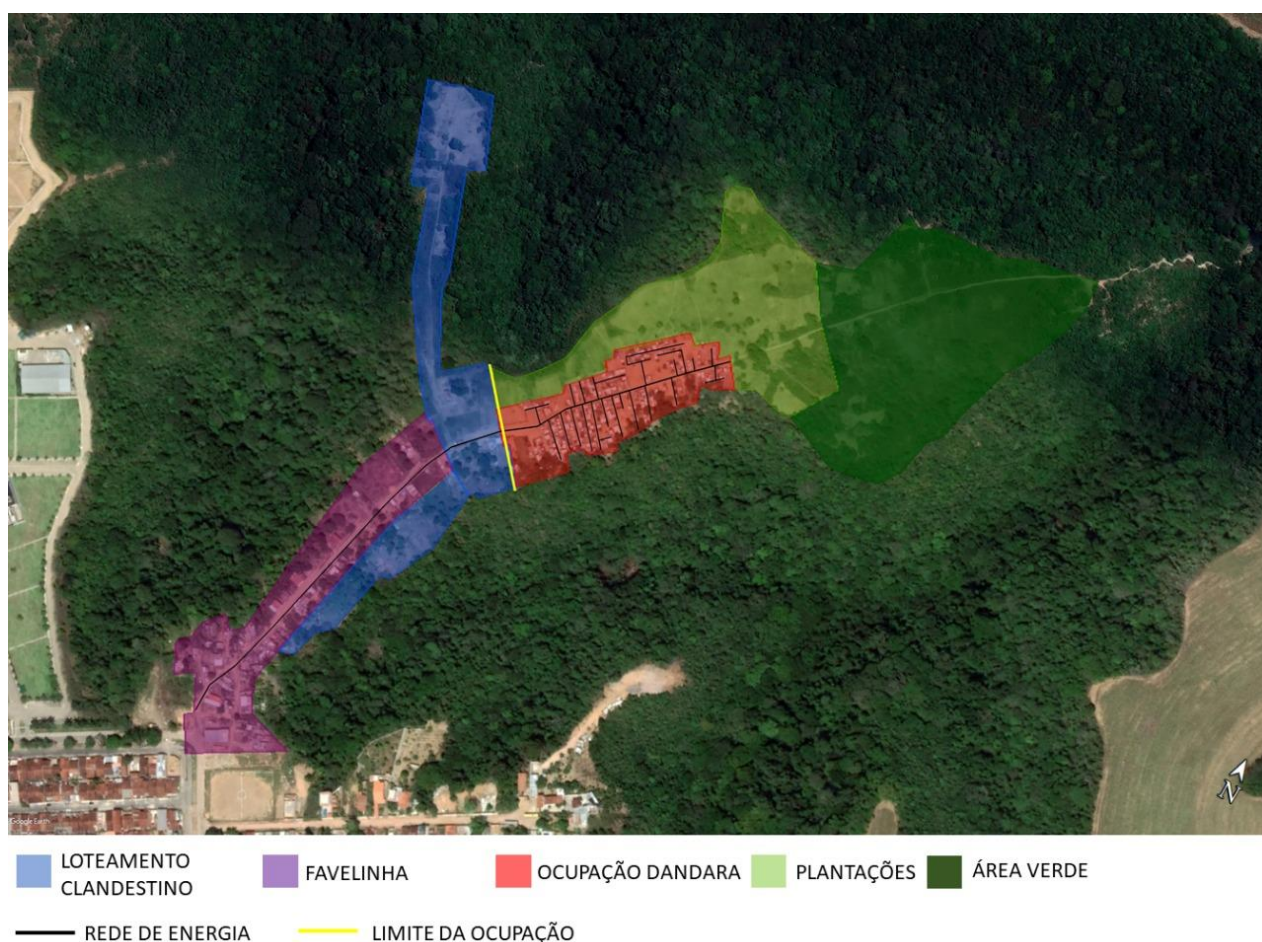
Zonas de Interesse Ambiental e Paisagístico	Usos
ZIAP-1 Pontal da Barra	Preservação rigorosa
ZIAP-2 Cinturão Verde do Pontal	Preservação rigorosa
ZIAP-3 Parque Municipal de Maceió	Atividades recreativas, científicas, culturais, tecnológicas e filosóficas
ZIAP-4 Reserva Florestal do IBAMA	Atividades recreativas, científicas, culturais, tecnológicas e filosóficas
ZIAP-5 Foz do Pratygy	Atividades recreativas, científicas, culturais, tecnológicas e filosóficas
ZIAP-6 Foz do Jacarecica	Atividades recreativas, científicas, culturais, tecnológicas e filosóficas
ZIAP-7 Catolé	Atividades recreativas, científicas, culturais, tecnológicas, filosóficas e agrícolas.
ZIAP-8 Benedito Bentes /Pratygy	Atividades recreativas, científicas, culturais, tecnológicas e filosóficas

Fonte: Plano Diretor, 2006.

Por ser uma região rica em recursos naturais, e em um terreno acidentado, mas com ampla área plana, permite o plantio de várias culturas para subsistência dos moradores, além da

instalação dos barracos em lona. Por estar localizada na Zona Rural de Maceió, permite atividades agrícolas que estão intimamente relacionadas aos próprios saberes dos moradores da Ocupação Dandara. Na Figura 23 estão as delimitações do terreno da Ocupação Dandara, onde evidencia-se o traçado de uma via principal com a rede improvisada de energia elétrica; o loteamento clandestino; a chamada Favelinha, ocupação realizada pelo MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) que antecede a Ocupação Dandara, as áreas de plantio e a área verde.

Figura 23 – Mapeamento da área e do entorno imediato da Ocupação Dandara.



Fonte: elaboração autoral, 2021.

Por ser um terreno em declive não há empocamento de água, o escoamento ocorre naturalmente. O solo não é compactado, o que permite a preparação da terra para a atividade agrícola sem a necessidade de maquinários. A água utilizada pelos acampados, não é oriunda do Rio do Solano (Figura 24 e 25), por haver acesso à rede de água da companhia de fornecimento local. A porção do Rio do Solano que passa nas proximidades da Ocupação se

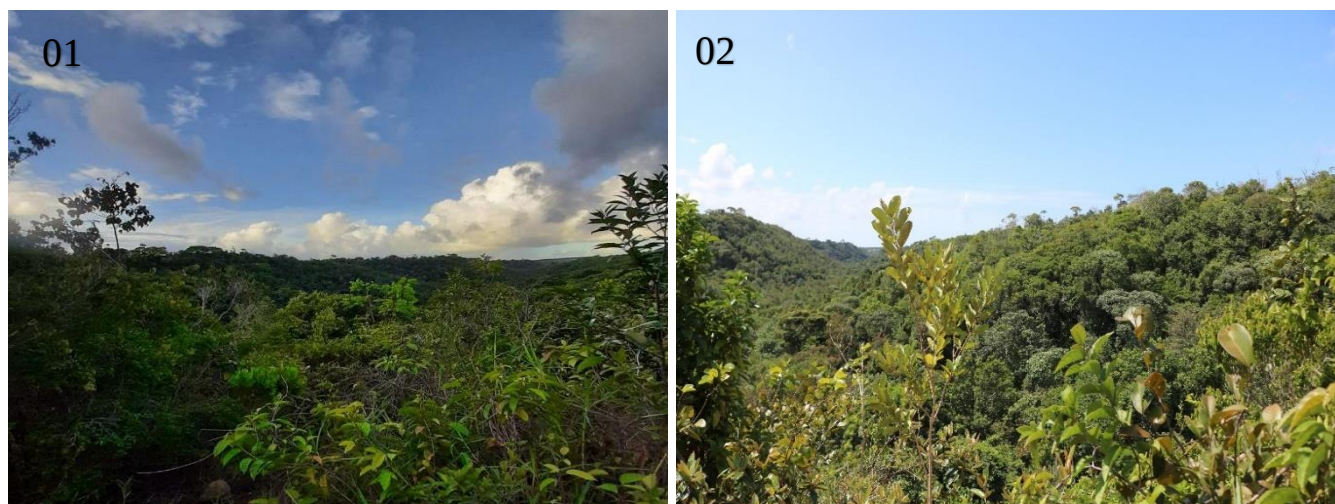
constitui no principal espaço de lazer da população, que inclusive faz a limpeza das margens e do rio.

Figura 24 – Rio do Solano nas imediações da Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

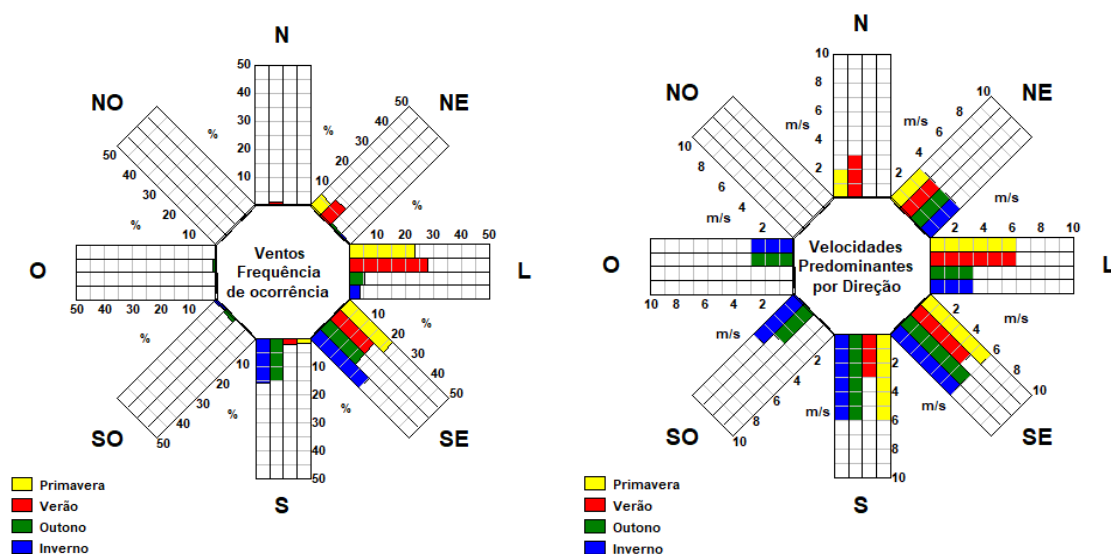
Figura 25 – Vista da APA do Pratagy a partir da Ocupação Dandara.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Segundo Barbirato (2006), Maceió está sob influência alternada dos ventos alísios de Sudeste, mais frequentes (de velocidade fraca a moderada) e os ventos de retorno do Nordeste nos meses mais quentes (janeiro, fevereiro e março). O valor médio mensal da velocidade de vento é de 2,8m/s, podendo chegar a valores absolutos mais intensos de 10m/s na direção Nordeste (Figura 26).

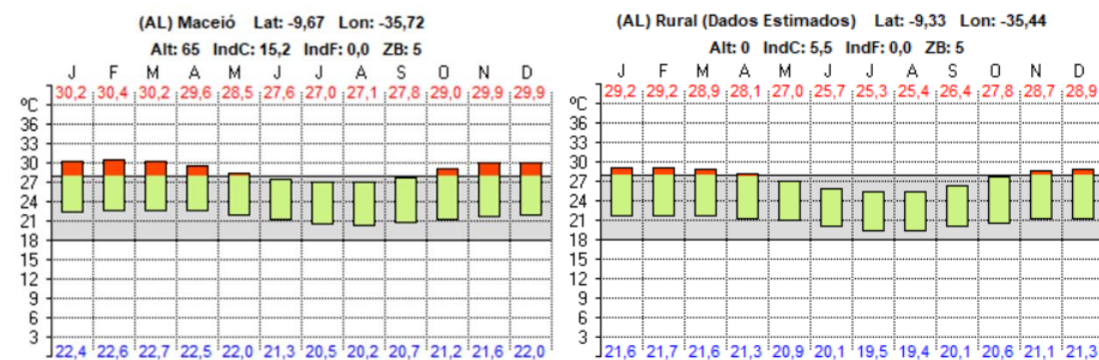
Figura 26 - Rosa dos ventos de Maceió-AL (2021).



Fonte: SolAr, 2021.

Em termos de insolação, devido à topografia, não há nenhuma barreira natural que impeça a incidência total do sol, sendo muito intenso durante todo o dia. Apenas próximo à gruta há sombreamento por causa da intensa vegetação existente, que produz um microcosmo que de acordo com medições realizadas pelo autor, pode reduzir a temperatura em um dia dublado de 39,8C° para 32,3C°. A Zona Rural de Maceió onde está localizada a Ocupação Dandara tem suas temperaturas mensais mais amenas do que a Zona Urbana (Figura 27). Essa condição se dá, por estar dentro de uma região de alta densidade de mata virgem, com um corpo hídrico importante nas suas proximidades.

Figura 27 - Temperatura média de Maceió e da região da Ocupação Dandara, 2021.



Fonte: REVZbBR, 2021.

As grotas são fundos de vales ambientalmente vulneráveis e historicamente ocupados pela população de baixa renda na cidade, que circundam o terreno plano continuam ainda preservadas também por meio da delimitação da área de expansão da ocupação definida pelo MTST-AL, que ao adotar uma política educativa de preservação ambiental, garante mais segurança e proteção contra o desabamento de encostas (Figura 28).

Figura 28 – Interação entre natureza e ocupação.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

3.6.1 Infraestrutura

A infraestrutura da Ocupação Dandara é precária, por não ser uma região edificada e nem fazer parte da área urbana de Maceió, não há rede legalizada de energia elétrica, de abastecimento de água encanada, de drenagem e de esgotamento sanitário, não há malha viária, faltam equipamentos e mobiliários urbanos. No entanto, os moradores organizados tomaram medidas adaptativas através de ligações clandestinas para ter acesso a serviços básicos. A seguir serão detalhadas as soluções adotadas em termos de infraestrutura da Ocupação Dandara, para garantir uma melhor qualidade de vida durante o processo de luta.

3.6.2 Materiais utilizados na construção dos barracos

A Ocupação Dandara é um acampamento típico, encontrado nas ocupações do país, formado por barracos para habitação e equipamentos coletivos (Figura 29). A construção do barraco está relacionada com a reciclagem, não utilizando-se apenas de lona, mas reutilizando materiais encontrados no lixo. A lona grossa é mais durável, suporta vento, frio e chuva, é mais utilizada para a parte externa do barraco, e pode ser retirada de *banners* e piscinas infláveis. A lona fina é mais frágil, não suporta as intempéries climáticas, é mais utilizada na parte interna dos barracos, além de ser mais barata, caso não seja encontrada no lixo. As ocupações coordenadas pelo MTST são feitas de forma consciente e alinhada com a natureza, transformando o lixo em moradia provisória, a partir do uso de vários materiais reaproveitáveis.

Figura 29 - Barracos em lona da Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

A manutenção dos barracos precisa ser diária para garantir sua durabilidade. Na Figura 30 identifica-se um barraco onde é feita a manutenção e os cuidados diários, assemelhando-se à uma habitação convencional. A Figura 31 mostra um barraco onde não houve investimento, que esteve constantemente fechado, sendo comum estar nesta situação, após a desistência da luta, ou o não cumprimento das obrigações do morador com a Ocupação Dandara, que recebe uma advertência da Coordenação, e caso não haja a estruturação do barraco e a participação nas atividades coletivas, as pessoas são convidadas a se retirarem da ocupação.

Figura 30 – Barraco em boas condições de manutenção.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 31 – Barraco abandonado.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

A madeira maciça é utilizada para fazer os esteios, ripas, caibros e estacas, é o material mais caro, porque proporciona estrutura e sustentação dos barracos. O MDF (*Medium Density Fiberboard*) é um painel de fibras de média densidade, que é obtido através do reaproveitamento de móveis e de *pallets*, são materiais de boa resistência e de baixo custo, que são utilizados para as vedações internas e externas dos barracos (Figura 32).

Figura 32 - Barracos em madeira.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

O prego com cabeça como elemento de junção das diversas partes que fazem a estrutura do barraco é muito utilizado por sua maleabilidade. São utilizados também grampos a depender da espessura, das dimensões e condições da madeira utilizada. A borracha que muitas vezes é extraída de sandálias usadas, é utilizada como base para o prego, evitando a corrosão do metal e o escoamento da água da chuva na estrutura dos barracos.

O forro de PVC é outro material bastante utilizado como estrutura e paredes dos barracos (Figura 33), por sua leveza e dispensa de acabamentos. Não necessita de grandes estruturas de sustentação, mas seu maior problema é a ineficiência térmica. Em um barraco em PVC, em dias de sol, não se consegue permanecer nele, devido às altas temperaturas. O PVC é facilmente encontrado no lixo ou na demolição de antigas residências.

Figura 33 – Barraco em PVC



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

O alumínio é muito utilizado para os telhados dos barracos, devido à sua resistência e leveza (Figura 34). Apresenta um bom grau de proteção contra as chuvas. É um material de fácil acesso, podendo ser comprado a baixo preço em depósitos de ferro velho. Moradores com melhores condições financeiras, compram telhas de alumínio ou fibrocimento para os telhados.

Figura 34 – Barraco em alumínio e telhado de fibrocimento.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Alguns moradores utilizam plantas, principalmente trepadeiras, nas paredes externas dos barracos, que após o crescimento, proporcionam uma camada de proteção dos telhados contra a incidência direta do sol, dessa forma, diminuindo a temperatura interna da moradia.

Um dos aspectos mais críticos desse tipo de moradia é a sensação térmica no interior dos barracos. Durante as visitas de campo, o autor presenciou diversas situações em que adultos e crianças passaram mal em dias de altas temperaturas. Uma das estratégias que os moradores adotam para amenizar esse problema é a não permanência dentro dos barracos durante o dia. O desconforto térmico está relacionado com a capacidade térmica dos materiais utilizados na confecção dos barracos. A seguir apresentam-se os dados de uma medição simplificada realizada no dia 16 de setembro de 2020, no horário de 12:00PM, o céu estava nublado, e a temperatura no horário era de 27C°. Foi utilizado um termômetro digital infravermelho com mira laser, da marca BMAXX, do modelo GM300, para realizar as medições do piso, do teto e da superfície dos materiais mais utilizados nos diversos barracos da ocupação, foram feitas com incidência direta do sol e na sombra (Figura 35,36 e 37).

Figura 35 – Equipamento utilizado para realização das medições.



Fonte: rpcommerce, 2021.

Figura 36 – Análise térmica da lona fina, da lona grossa, do telhado em fibrocimento, em zinco ou em lona.

ANÁLISE TÉRMICA DOS MATERIAIS		
Condições Gerais: Temperatura (Benedito Bentes): 27C° Céu: Nublado Horário: 12:00 PM		
Lona Fina Incidência: Sol Direto Externo: 35,1C° Interno: 33,4C° Piso (Terra): 27,6C°	Lona Grossa Incidência: Sol Direto Externo: 43,8C° Interno: 34,9C° Piso (Terra):29,7C°	Telhado: Incidência: Sol Direto Fibrocimento 50,8C° Zinco:41,6C° Incidência: Sombra Fibrocimento: 39,8C° Lona: 36C°
Lona Fina Incidência: Sombra Externo: 33,9C° Interno: 32,4C° Piso (Terra): 25,7C°	Lona Grossa Incidência: Sombra Externo: 38,1C° Interno: 36,1C° Piso (Terra):28,1C°	

Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 37 – Análise térmica do PVC, do metal e da madeira.

ANÁLISE TÉRMICA DOS MATERIAIS		
Condições Gerais: Temperatura (Benedito Bentes): 27C° Céu: Nublado Horário: 12:00 PM		
PVC Incidência: Sol Direto Externo: 36,2C° Interno: 31,9C° Piso (Terra): 30,3C°	Metal Incidência: Sol Direto Externo: 39,9C° Interno: 33,4C° Piso (Terra):28,4C°	Madeira Incidência: Sol Direto Externo: 38C° Interno: 32,9C° Piso (Terra):28,4C°
PVC Incidência: Sombra Externo: 30,4C° Interno: 29,7C° Piso (Terra): 27,4C°	Metal Incidência: Sombra Externo: 32,1C° Interno: 32,5C° Piso (Terra):26,8C°	Madeira Incidência: Sombra Externo: 27C° Interno: 26,3C° Piso (Terra): 23,5C°

Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Foi realizado o levantamento da temperatura de superfície dos materiais utilizados na construção dos barracos, com incidência direta do sol e sombreamento, no horário de 12:00

PM, em um dia nublado, com temperatura média do ar em 27C°. Ao analisar as medições observa-se que alguns materiais têm pior desempenho térmico (Figura 36), e isso reflete na qualidade de vida das pessoas que moram nesse tipo de habitação temporária. A lona fina, foi um dos materiais com melhor desempenho térmico, se comparados a outros materiais, apresentando uma pequena variação térmica entre as temperaturas aferidas do material com exposição direta do sol e com sombreamento. Entretanto a lona grossa teve o pior resultando entre os materiais, em um dia com temperatura média de 27C°, o material quando exposto ao sol de um dia nublado, chegou à 43,8C°, uma alta temperatura levando em consideração as condições climáticas do dia. Este material, devido a sua alta resistência, é o mais utilizado na construção de barracos da ocupação. A telha de fibrocimento é o material mais utilizado nos telhados, durante a medição foi aferido que esse material chegou à 50,8C°, uma temperatura muito alta, que influencia diretamente na qualidade térmica do interior da habitação.

A Figura 37 apresenta a análise térmica de outros materiais. O PVC, mesmo apresentando temperaturas de superfície mais amenas, foi o material em que em todas medições, a temperatura do piso era a mais elevada. O metal apresentou altas temperaturas externas quando exposto ao sol, mas uma redução de até 6,5C°, no espaço interno. A madeira apresentou características semelhantes ao metal, mas com melhor desempenho térmico.

Mesmo em uma análise simplificada, considera-se que algumas medidas podem ser tomadas para melhorar o desempenho térmico dos barracos, afim de proporcionar conforto para as pessoas que, eventualmente, podem morar até 10 anos nesse tipo de habitação.

3.6.3 Acesso à água, rede de esgoto e energia elétrica

A Ocupação Dandara não possui acesso à água, rede de esgoto e energia elétrica provido pelas concessionárias. Esta infraestrutura chega parcialmente à comunidade através dos trabalhos coletivos dos moradores, que realizam ligações e adaptam os serviços de abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica da área urbana até o acampamento.

A água é proveniente de tubulações ligadas à rede de distribuição de água da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, de forma clandestina, uma vez que não há como utilizar os recursos hídricos da área pela impossibilidade orçamentária de perfurar poços artesianos, além das restrições ambientais de realizar alguma intervenção no terreno, sem a análise da viabilidade da ação em uma Área de Preservação Ambiental - APA. Dentro da Ocupação

Dandara, alguns moradores conseguiram fazer reservatórios de aproveitamento de água da chuva (Figura 38), para garantir o abastecimento para sua família, porém são exceções. Normalmente, a compra de tubos e conexões é feita através de rateamentos e arrecadações na própria comunidade, podendo assim, disponibilizar água em todas as ruas e em pontos de uso coletivo, como banheiros e lavatórios.

Figura 38 – Chuveiro em funcionamento e reservatório de água.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, os banheiros individuais (em cada barraco) e coletivos (cozinha comunitária e G Central) são ligados a fossas rústicas de produção artesanal, sem nenhum parâmetro ou rigor técnico, com profundidade aproximada de um a dois metros.

O fornecimento de energia elétrica é realizado de forma clandestina, por um eletricitista comunitário, que cobra um valor simbólico para realizar a ligação à fiação da concessionária local até os barracos da Ocupação Dandara (Figuras 39 e 40). Essa ligação é proveniente dos postes de energias da Av. Mestra Virgínia de Moraes, cerca de 400m da Ocupação Dandara, e todos os custos relacionados a instalação e iluminação (Figura 40), é rateado entre os moradores. A energia elétrica serve para o funcionamento de eletrodomésticos necessários para o cotidiano dos moradores da Ocupação Dandara: carregar celulares, ligar ventiladores e refrigeradores dos alimentos na cozinha coletiva. O alto valor cobrado pela empresa Equatorial, e os custos obrigam os moradores a procurar “serviços alternativos” que cobram valores possíveis de serem pagos pela população. Após três anos e sete meses de Ocupação Dandara,

felizmente, mesmo com a ausência de rigor técnico das ligações, não houve acidentes com a rede elétrica, a Coordenação é rigorosa com a fiscalização e intervenções na rede elétrica.

Figura 39 - Rede improvisada de energia elétrica e de iluminação pública da Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 40 - Rede improvisada de iluminação pública da Ocupação Dandara.



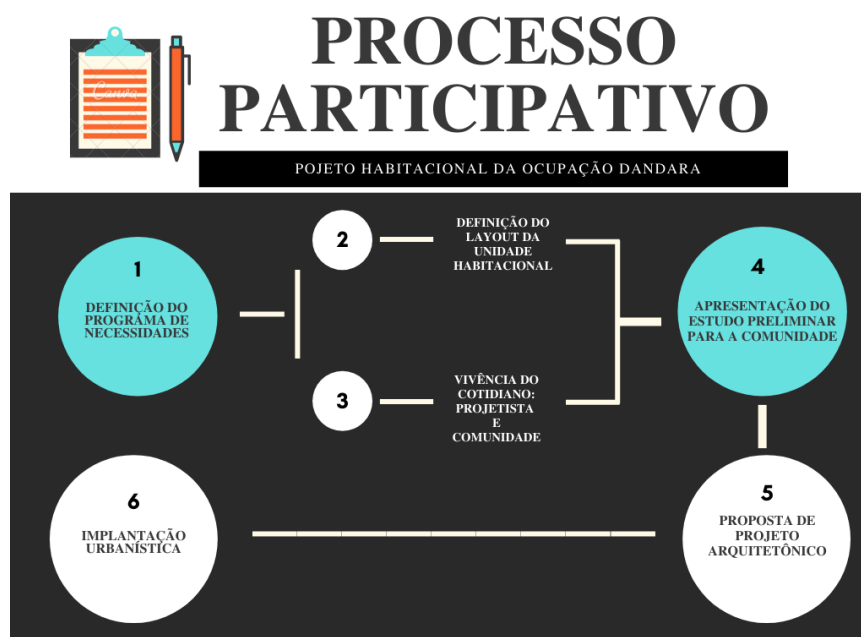
Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Por todos esses aspectos mencionados, observa-se que a Ocupação Dandara está localizada em uma região rica em recursos naturais, que utilizados de forma sustentável, possibilita o desenvolvimento coletivo, através de projetos como a cozinha coletiva, que depende das plantações. Muitos desafios envolvem a implantação de acampamentos de barracos em lona: devido à ausência de infraestrutura local, foram adotadas ações clandestinas para fornecimento de água e energia, entretanto, a valorização dos conhecimentos locais alinhado com a organização social, de forma resiliente, garante as condições básicas para a sobrevivência nestes territórios da pobreza.

4 PROCESSO PARTICIPATIVO DA PROPOSTA DE HABITAÇÃO PARA A OCUPAÇÃO DANDARA

Neste capítulo é apresentado o processo participativo para a elaboração da proposta de Habitação de Interesse Social (HIS) para a Ocupação Dandara. Destaca-se a metodologia adotada e o impacto da pandemia no decorrer do processo. Na sequência é detalhado o passo a passo da concepção arquitetônica e urbanística (Figura 41): i) definição do programa de necessidades; ii) definição do *layout* da Unidade Habitacional; iii) vivência do cotidiano: projetista e comunidade para dimensionamento participativo; iv) apresentação da proposta preliminar para a comunidade; v) elaboração de proposta de projeto arquitetônico e vi) elaboração de implantação urbanística. Serão também aqui discutidos os aspectos positivos e negativos do processo participativo.

Figura 41 - Esquemática do processo participativo.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Para a realização dos processos participativos que requerem mobilização social durante a pandemia de Covid-19, tornou-se necessário adotar uma postura didática no combate a este agravo enquanto universidade e agente transformador, com a obrigatoriedade do uso de máscaras (Figura 42). Entretanto, a banalização de ações de controle sanitário, ausência de

recursos e insumos de higiene pessoal e proteção contra o vírus tenderam a dificultar a adesão das recomendações propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Tais comportamentos são reflexos da política de controle da pandemia no Brasil, que leva a não utilização de máscaras e recusa ao distanciamento social, tornando as ações coletivas ambientes de risco para a propagação da doença. Portanto, é fundamental se fazer um trabalho de organização, articulação comunitária e informação para o controle da pandemia. O combate à pandemia não se resume à ideia de prevenção, mas também é reflexo da desigualdade social, da falta de acesso à informação e a insumos básicos para a proteção sanitária.

Figura 42 – Obrigatoriedade do uso de máscaras nas atividades e na cozinha comunitária.



Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

A infraestrutura precária das habitações dificulta o isolamento social, pois ao serem construídas com materiais inadequados (lona, madeira prensada, entre outros), dificultam a estadia dentro do ambiente, fazendo com que os indivíduos prefiram estar no exterior, eventualmente em situações de aglomeração.

Durante a pandemia, o processo participativo sofreu ajustes. Foi preciso informar a população sobre o vírus, alertando sobre as normas de distanciamento social, sendo necessário improvisar com os recursos disponíveis. Mesmo em pandemia, o processo de luta urbana pela moradia não parou, ou melhor, ficou mais evidente a necessidade de moradia para todos e todas. A ausência de direitos humanos básicos (como a alimentação e moradia) antecede à pandemia. Com tantas outras dificuldades, as lideranças não dão conta de também combater a pandemia, cabendo a outros agentes sociais, entre eles a universidade, propor metodologias adequadas às recomendações da OMS para combate da pandemia de Covid-19 nos bairros periféricos.

Felizmente, não houve registros de casos de contaminação e falecimentos entre os moradores da Ocupação Dandara.

4.1 Definição do Programa de Necessidades

O processo participativo de discussão do Programa de Necessidades deu-se a partir da confrontação entre dinâmicas participativas já realizadas com os moradores da Ocupação Dandara através das atividades do projeto de extensão Laboratório de Intervenção em Bairros e Ocupações de Alagoas - LABiboca, e os desejos dos moradores da Ocupação Dandara verbalmente manifestos em relação à habitação. Tais dinâmicas tiveram como objetivo compreender as diversas concepções do que é a moradia, para poder confrontá-las com os problemas apontados na produção pública de HIS, e discutir soluções projetuais com a população, a fim de construir propostas mais condizentes com a realidade das famílias, garantindo o direito à moradia adequada. O Programa de Necessidades também deveria estar de acordo com o objetivo de promoção do desenvolvimento local sustentável, alinhado com as atividades já exercidas na Ocupação Dandara, como os mutirões comunitários, a cozinha coletiva, a horta comunitária e a trilha de segurança.

Neste contexto, no final do ano de 2019, estiveram reunidas aproximadamente 150 pessoas, para definir o Programa de Necessidades. (Figura 43). A maioria dos presentes foram cativados pela discussão sobre a moradia de qualidade, entretanto, para outros, tratava-se de um processo desnecessário, pela crença de que a necessidade não os confere a possibilidade de opinar no processo, postura de subalternidade, de acordo com a política de negação de direitos. Este tipo de postura já era esperada, sendo contraposta por um debate sobre os efeitos da participação na garantia do direito à moradia. As pessoas, chegaram à conclusão de que esse pensamento de descrença na possibilidade de participação e controle da sua história, é destoante dos princípios de luta da Ocupação Dandara, sendo o reflexo do pensamento de pessoas que estavam interessadas apenas em “ganhar a casa”, e não em “conquistar”, em um processo emancipatório.

Figura 43 - Processo de construção do Programa de Necessidades.



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Foram estabelecidos junto à população parâmetros projetuais com base no Plano de Desenvolvimento Resiliente Participativo (Apêndice D), é um instrumento de planejamento que estabelece diretrizes, projetos e ações para orientar o desenvolvimento urbano, buscando reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população. Foi elaborado anteriormente no projeto LABiboca e validado na ocasião. Em relação à habitação, mesmo com resistência de alguns, foi definido que a tipologia habitacional seria verticalizada, acomodando mais famílias, para atender todas as demandas do MTST-AL. Foi definido que a configuração da habitação seria de dois quartos, sala, cozinha, área de serviço, banheiro e varanda. Logo após esse encontro, iniciou-se o período de pandemia, e todas as atividades foram suspensas e retomadas em 2021.

4.2 Definição do *layout* da unidade habitacional

O encontro para a definição do *layout* da Unidade Habitacional (UH) ocorreu em 28 de janeiro de 2021. A metodologia utilizada foi inspirada no processo participativo de HIS desenvolvido por Neto e Fonseca (2015), apresentado em um TFG do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário CESMAC em Maceió.

Durante a primeira etapa, os presentes foram divididos em 15 grupos de 5 pessoas (Figura 44), totalizando 75 participantes. Cada grupo recebeu quadrados em papéis coloridos,

5cm x 5cm, com símbolos referentes aos cômodos da casa. Foram entregues 2 quartos (cor azul), 1 banheiro (cinza), 1 cozinha (amarelo), 1 sala (vermelho), 1 área de serviço (laranja) e 1 varanda (verde) para cada grupo. O intuito desta atividade foi captar os desejos e assim construir em grupo propostas de *layout* para as unidades habitacionais que servissem de inspiração para o projeto arquitetônico.

Figura 44 - Grupos de discussão.



Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

A separação das pessoas em grupos teve o intuito de instigar o debate sobre a casa dos sonhos, confrontando as perspectivas pessoais. A quantidade de membros foi definida para garantir a ampla participação na atividade e apesar de ter sido estipulado um tempo de 50 minutos para a atividade, foi concluída em aproximadamente 30 minutos, seguindo para a apresentação dos *layouts* construídos coletivamente, para todos os presentes na sessão, na Ocupação Dandara (Figura 45).

Figura 45 – Processo participativo de definição do *layout* da Unidade Habitacional.



Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

Nesta atividade houve um grande engajamento dos presentes, que seguiram todas as recomendações, se divertiram durante a atividade, e finalmente fortaleceu o interesse da comunidade pela conquista da casa. Entretanto, como ocorreu em atividades anteriores do LABiboca, cerca de oito pessoas, todos homens, não estavam interessados em debater a moradia. Estavam presentes por acreditarem na iminência de alguma informação sobre surgimento de cadastro em algum programa da Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento (SMHPS) de Maceió. Aproveitou-se para reforçar os ideais do MTST que tem uma posição contrária a este tipo de política implantada pela Prefeitura que dispensa a participação popular, baseando no atendimento individual via cadastro. Neste sentido, a discussão coletiva e os princípios do MTST, garantem o caminho para o desenvolvimento social da ocupação, deixando claro que o processo não se limita ao “ganho” da casa, mas na conquista e garantia de direitos, além da construção de boas relações sociais.

A participação enquanto norteadora de projetos de HIS é um instrumento que pode evitar rupturas danosas e esclarece eventuais dúvidas e questionamentos dentro do próprio processo participativo, evitando que informações deturpadas e especulações possam enfraquecer as relações de confiança do coletivo. Dessa forma durante o processo participativo de definição do *layout* da UH, todas as questões que envolviam aquele momento foram esclarecidas, tais como a finalidade do encontro e a necessidade de uma assembleia com todos

os grupos para confronto dos resultados. O cumprimento das etapas e prazos foi imprescindível para garantir o engajamento popular nos processos participativos.

Após a conclusão da primeira etapa da definição do *layout*, foi designado um representante de cada grupo para apresentar as propostas e seu processo de desenvolvimento (Figura 46 e 47). O objetivo da assembleia era escolher através de uma votação 3 propostas de *layout*. É importante ponderar que as mulheres foram mais ativas dentro de todas as etapas desse processo participativo, não apenas por se tratar de uma ocupação majoritariamente feminina, mas sobretudo, pela relação das mulheres com a habitação. A valorização da voz ativa feminina é uma estratégia que deve ser adotada na produção de Habitação de Interesse Social, porque, dessa forma é possível ter como referência na tomada de decisões, quem realmente usa a moradia enquanto espaço de reprodução e de produção.

Figura 46 - Apresentação 1 das propostas de *layout* na Ocupação Dandara.



Fonte: elaboração pessoal, 2021.

Figura 47 - Apresentação 2 das propostas de *layout* na Ocupação Dandara.



Fonte: acervo pessoal, 2021.

Dentre os 15 *layouts* apresentados, 13 eram bastante semelhantes (Figura 48 e 49), com a sala como elemento chave, conectada com a varanda, os dois quartos geralmente juntos, e em proximidade com o banheiro, e a cozinha sempre conectada com a área de serviço. As variações neste *layout* foram relacionadas com o posicionamento do banheiro, que mesmo em proximidade com os quartos, foi posicionado ao lado da área de serviço. Durante à apresentação deste *layout*, a equipe afirmou que baseou sua decisão na falta de privacidade que ocorre em projetos que posicionam o banheiro com vista para a porta de entrada da casa e nos banheiros afastados da casa, comuns nas moradias da zona rural.

Figura 48 – Layouts das UHs desenvolvidas na Ocupação Dandara 01.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

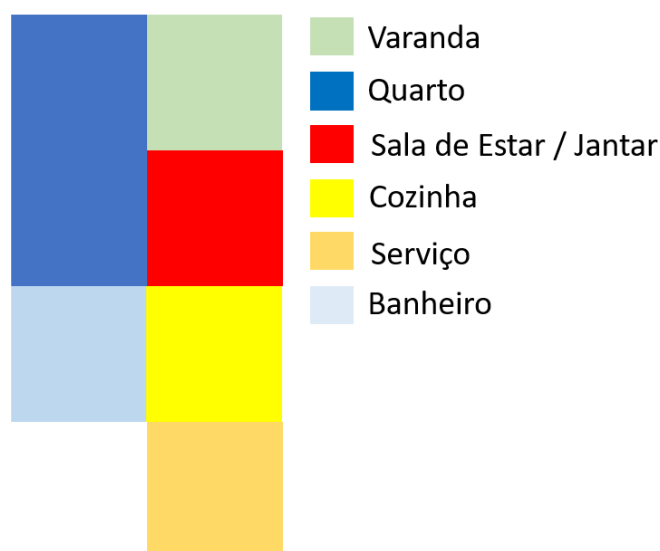
Figura 49 – Layouts das UHs desenvolvidas na Ocupação Dandara 02.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

O autor propôs sintetizar as propostas, convertendo-as em uma única proposta de referência (Figura 50), para a produção de uma UH que se aproximasse aos desejos dos participantes. Dada essa situação, não houve necessidade de votação.

Figura 50 – Proposta Final.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Ao analisar esta etapa do processo participativo, pode-se afirmar que a similaridade das propostas não foi uma coincidência, mas o resultado da vivência e do conhecimento de *layouts* padrão de uma produção habitacional massificada, que não leva em consideração os modos de viver no planejamento urbano e habitacional, e que produz aglomerados de pessoas, segregadas e sem acesso de fato à cidade.

4.3 Vivência do cotidiano: projetista e comunidade para dimensionamento participativo

Após analisar os resultados da etapa anterior, o autor começou-se a indagar sobre a impossibilidade de alcançar uma ampla participação na definição do projeto discutindo apenas o *layout* dos ambientes. Deduziu que seria necessário compreender como as pessoas moram, e para isso deveria realizar uma imersão na rotina da ocupação. O autor decidiu entranhar-se no cotidiano não só da ocupação, mas do movimento social que lhe deu origem, em uma espécie de pesquisa-ação que o constitui como liderança social advinda da extensão universitária. Desta forma o dimensionamento participativo do projeto arquitetônico desenvolve-se a partir de um

processo intimista, onde através de várias atividades, despidas de formalidade, o autor se aproxima da rotina dos moradores.

Após alguns dias de observação, compreende-se que analisar a disposição interna dos barracos era a forma mais eficaz de compreender como as pessoas querem morar, e no decorrer da análise, foi constatado que a cozinha é o cômodo mais estruturado nos barracos existentes. Após conversar com vários moradores, constatou-se que o cômodo referência da habitação é a cozinha, em antagonismo aos resultados da primeira atividade participativa, que apontou a sala. Contudo, isso não significava que devia ser o maior cômodo da casa, mas um espaço integrado que permitisse que as pessoas pudessem realizar suas atividades e observar as crianças, assistir televisão e conversar com pessoas que estavam em outros cômodos. Muitos barracos apresentam integração entre sala e cozinha, e em outros não havia barreiras entre os cômodos com diferentes usos.

Durante o processo de observação, foi constatado também que alguns barracos tinham varanda e uma área comum para secar as roupas. Ao confrontar este *layout* do barraco com o que ocorre no projeto do Conjunto Morada do Planalto e no Residencial Parque dos Caetés (Figura 51 e 52), onde não há varanda, nem lugar para estender roupas e pendurar uma rede, entende-se por que ambos conjuntos são duramente criticados, e apontados como favela pelos moradores da Ocupação Dandara. Em uma visita de campo ao Residencial Parque do Caetés e ao Conjunto Morada do Planalto verificou-se que os espaços de convivência estão sendo invadidos, as UHs térreas estão construindo anexos bloqueando passagens e são estendidos varais nas vias, montando comércios e até ferro velho (Figura 52), fazendo com que o conjunto rapidamente se deteriore.

Figura 51 - Residencial Parque dos Caetés, Maceió, Alagoas.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 52 - Conjunto Morada do Planalto, Maceió, Alagoas.



Fonte: Google Earth, 2021.

Diante desta situação, a atividade de dimensionamento participativo envolveu a discussão dos problemas de outros conjuntos habitacionais, a fim de solucioná-los no projeto da Ocupação Dandara (Figuras 53 e 54). As principais ponderações foram a falta de privacidade, o superdimensionamento dos banheiros, a insuficiência da área de cozinha e quartos, a ausência de uma varanda e a pouca integração entre a cozinha e o restante da casa.

Figura 53 – Dimensionamento participativo 01.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 54 – Dimensionamento participativo 02.



Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

Nos conjuntos habitacionais analisados coletivamente, os quartos não levam em consideração as famílias numerosas, porque o espaço no quarto maior é suficiente para

acomodar apenas uma cama de casal encostada na parede e uma pequena cômoda. O guarda-roupa da família precisa ser acomodado no outro quarto, deixando espaço apenas para uma cama de solteiro.

Foi ponderado que as cozinhas dos conjuntos são muito pequenas ao ponto de não caber duas pessoas ao mesmo tempo, e não dispõe de espaço para instalar um armário com bancada, além da área perdida quando há uma meia parede dividindo a cozinha da área de serviço. É importante levar em consideração, que no caso da Ocupação Dandara, as mulheres trabalham com serviços domésticos e cuidam da gestão do lar, sendo a cozinha um dos espaços mais importantes da UH, fundamental nas atividades diárias. A cozinha é o espaço que não serve apenas para preparar a comida, mas também onde as pessoas fazem as refeições e recebem visitas para tomar um café. É o principal espaço de encontro da UH, junto com a sala de estar. Por este motivo, durante o processo participativo, a discussão sobre como deveria ser a cozinha foi unânime, prevendo a possibilidade de integrar os ambientes, através de uma abertura entre a cozinha e a sala de estar. A sala foi o ambiente dos conjuntos habitacionais em que não houve críticas em relação ao seu dimensionamento, a única observação foi a não previsão de varanda nos projetos de HIS. A varanda foi prevista no Programa de Necessidades das UHs da Ocupação Dandara.

O dimensionamento participativo envolvendo os futuros moradores é uma maneira contundente de projetar uma HIS de melhor qualidade. Acredita-se que o debate com a comunidade foi indispensável para construção de outras possibilidades sobre a forma de morar em projetos de HIS, analisando o construído pelo poder público e construtoras contratadas. A imersão do autor na rotina da Ocupação Dandara, observando a forma como as pessoas se relacionam entre si durante as atividades coletivas, como constroem e moram nos seus barracos, levantou questionamentos sobre a influência da produção social do habitat com participação sobre a preservação das relações e atividades comunitárias após o recebimento da UH, bem como a permanência na luta apesar do desgaste com o tempo que demanda a construção até a conquista efetiva da moradia.

4.4 Apresentação da proposta preliminar para a comunidade

No dia 12 de março de 2021, foi apresentada à população uma proposta preliminar resultante dos encontros participativos, composto pela planta baixa em formato A1 e

volumetrias. Tendo em vista as recomendações da OMS relativas à COVID-19, solicitou-se que os moradores se organizassem em grupos de quatro para a explanação da proposta, apontando as conformidades com as necessidades e aspirações relatadas durante o encontro de discussão sobre o Programa de Necessidades (Figura 55 e 56).

Figura 55 – Apresentação da Proposta Preliminar 01.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Figura 56 – Apresentação da Proposta Preliminar 02.



Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

Após a apresentação da proposta preliminar, foi realizada, com a participação ativa dos moradores a demarcação das paredes da UH no terreno da Ocupação Dandara, para que estes pudessem visualizar e avaliar as dimensões dos ambientes em escala. Esta etapa foi percebida pelo autor como a mais importante, pois além de reforçar o sentido perceptivo do planejamento e permitir a visualização coletiva, esclareceu as dúvidas surgidas durante a apresentação da proposta (Figura 57).

Figura 57 – Exercício de demarcação das paredes da Proposta Preliminar na Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

Foi uma etapa lúdica do processo, em que as pessoas se divertiram. Mesmo com o sol intenso, as pessoas fizeram questão de participar. Pessoas com experiência na construção civil conseguiram ler a planta baixa (Figura 58). Esse momento foi produtivo, e as pessoas verbalizavam: *“que quarto grande, é meu sonho ter um quarto assim”*, *“nessa cozinha cabe uma mesa pequena”*, *“que sala grande, cabe um sofá grande, uma mesa e uma televisão”*, *“nessa varanda dá para pôr roupas para secar”*. Esta etapa permitiu que os participantes avaliassem alguns aspectos do projeto em uma espécie de protótipo, mais próximo da realidade.

Figura 58 – Leitura da planta baixa na Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

Em suma, esta etapa permitiu verificar a conformidade do proposta preliminar com as demandas do processo participativo. Para os moradores, os quartos e banheiro apresentaram tamanhos adequados. A cozinha foi organizada de forma que permitisse um bom tamanho de sala, que por sua vez teve seu espaço privilegiado pela importância do espaço para as relações sociais. A partir desta atividade, percebeu-se a importância de tornar os ambientes flexíveis possibilitando a disposição dos móveis dentro da UH adaptada a cada composição e necessidades familiares.

4.5 Proposta de Projeto Arquitetônico

A proposta projetual da UH, foi resultado das dinâmicas participativas, é composta por dois quartos, cozinha com área de serviço, sala de estar, banheiro e varanda, somando uma área total construída de 55m² (Figura 59). As UHs serão dispostas em edifícios multifamiliares com 4 UHs por pavimento, de 4 andares, totalizando 16 UHs por edifício (Figura 59).

Figura 59 - Planta baixa do pavimento tipo da Ocupação Dandara.

PLANTA BAIXA DE PAVIMENTO TIPO



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

No projeto, optou-se por adotar a cozinha integrada ao espaço da sala de estar seguindo o conceito de espaço aberto, atendendo o desejo das pessoas (Figuras 60 e 61). Os quartos foram priorizados no dimensionamento, para suprir a necessidade das famílias com um maior número de componentes (Figuras 62 e 63). O sistema de sala, quarto e banheiro foi pensado para garantir a privacidade das pessoas.

Figura 60 - Planta baixa humanizada da UH da Ocupação Dandara.

01



02



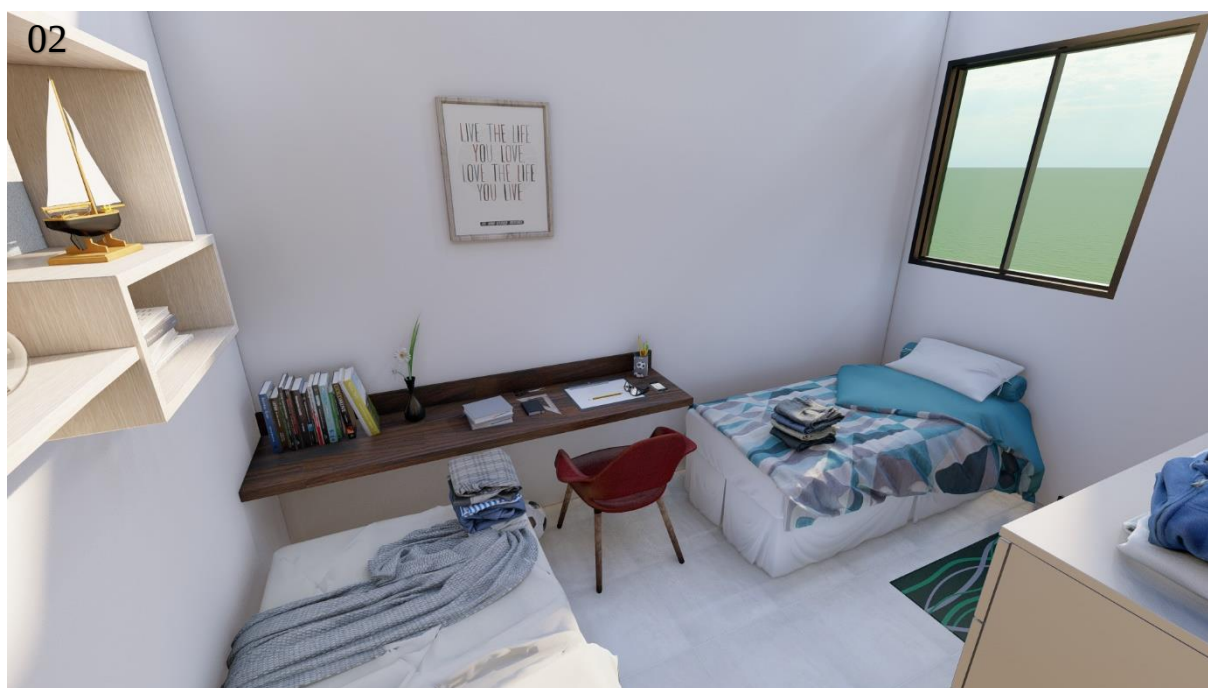
Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 61 - Perspectivas internas da sala de estar e cozinha integrada.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 62 - Perspectivas internas do quarto 01.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 63 - Perspectiva interna do quarto 02.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Um outro aspecto considerado neste projeto foi a proposição de uma varanda, atendendo o desejo de instalar uma rede e ter espaço para estender roupas (Figura 62; Apêndice B).

Apesar das limitações projetuais de HIS, relacionadas com seus custos, foi proposto um projeto de acordo com o desejo e as necessidades das pessoas, permitindo a acomodação de *layouts* distintos. A adoção de um projeto com dimensões suficientes, a curto prazo talvez represente maiores custos em termos de materiais e de execução, no entanto a longo prazo, evita-se o seu abandono, a ampliação não planejada que eventualmente incida no pouco espaço público geralmente existente nos conjuntos de HIS. O acesso às UHs se dá através de um *hall* de circulação interna com poço de ventilação que garanta iluminação e ventilação cruzada no projeto (Apêndice B).

A verticalização adotada visa promover o adensamento (Figuras 64 a 67) e a ampliação de áreas de lazer e a implantação de hortas coletivas entre os prédios, para proporcionar uma boa taxa de permeabilidade (Apêndice B).

Figura 64 - Fachada principal do edifício multifamiliar da Ocupação Dandara.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 65 – Perspectiva do edifício multifamiliar da Ocupação Dandara.



Figura 65 – (Continuação).



Figura 66 - Perspectivas gerais da integração entre os recuos horta.



Fonte: Elaboração autoral, 2021

Figura 67 - Perspectiva frontal do edifício multifamiliar da Ocupação Dandara.

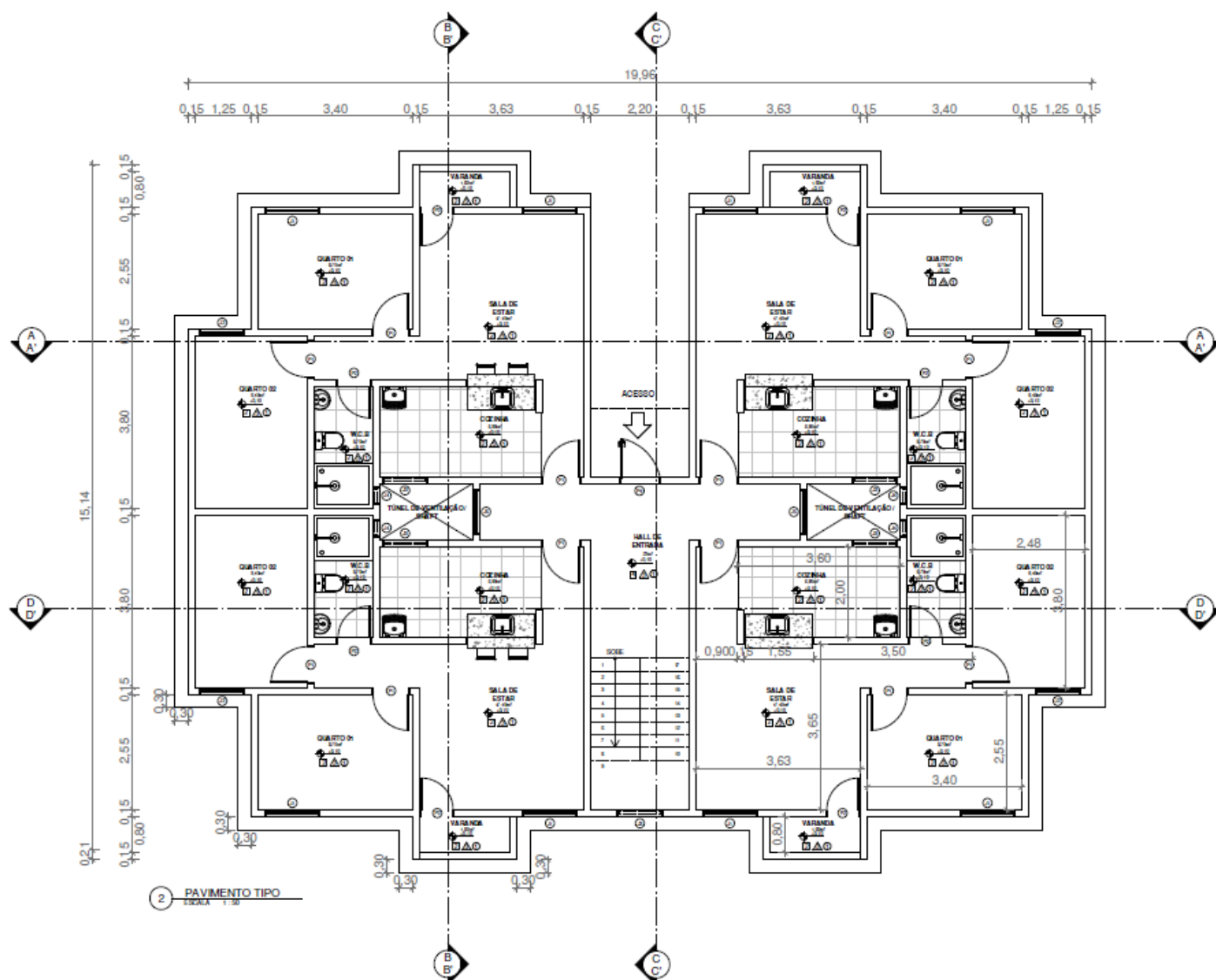


Fonte: Elaboração autoral, 2021.

4.5.1 Anteprojeto

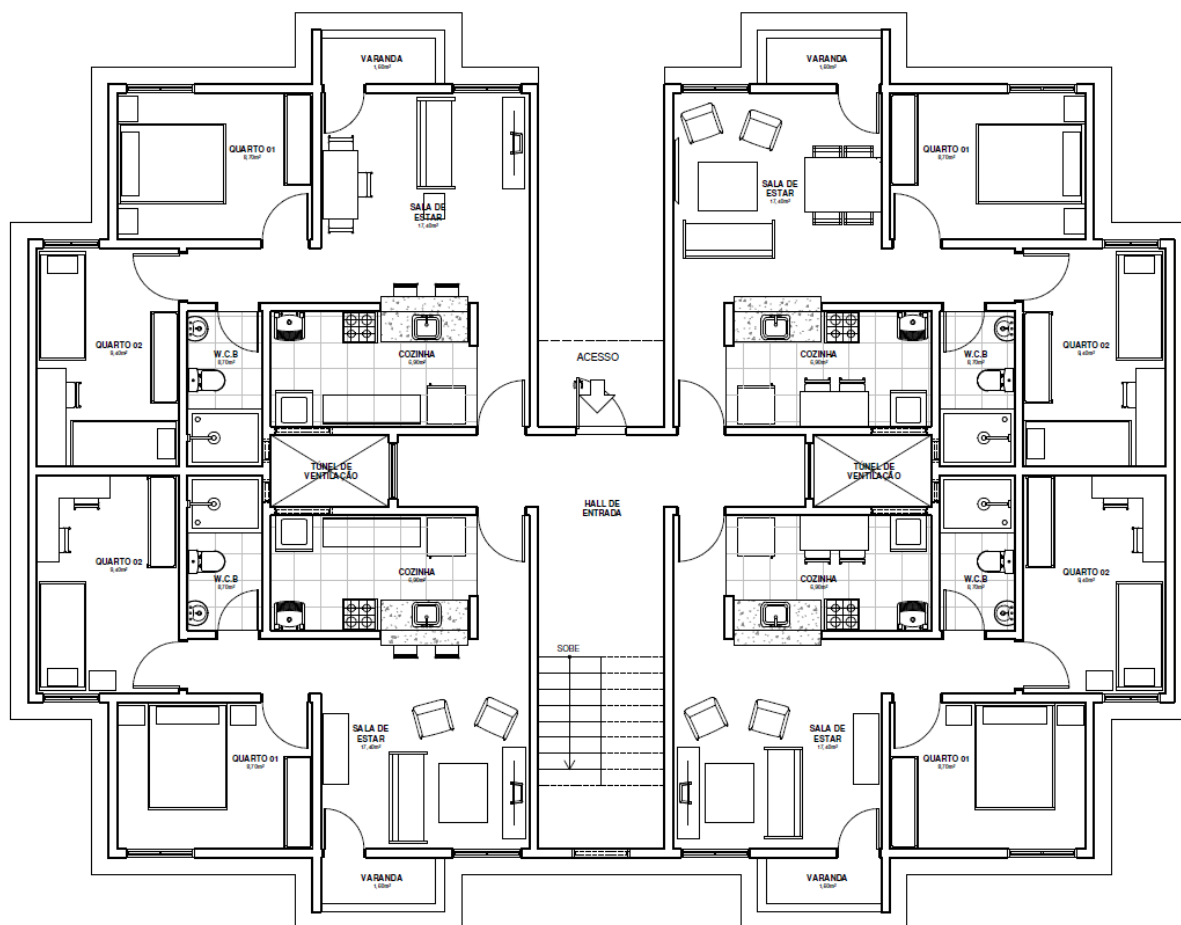
O anteprojeto apresentado contém quatro folhas no formato A0 (Apêndices A, B, C e D), com as respectivas Plantas Baixa do Pavimento tipo Térreo (Figura 68), cotada, com indicação dos cortes, esquadrias e materiais, além do *layout* da planta baixa (Figura 69), coberta (Figura 70), detalhamento da impermeabilização (Figura 71), fachadas (Figura 72), cortes (Figura 73) e renderizações. É importante destacar que esse projeto de HIS, foi desenvolvido e apresentado para a população da Ocupação Dandara, no formato de prédio geminado. Por não ter ainda o terreno de implantação definido, não haverá a planta de locação, de situação, e um norte real.

Figura 68 – Planta baixa do pavimento tipo térreo com especificações.



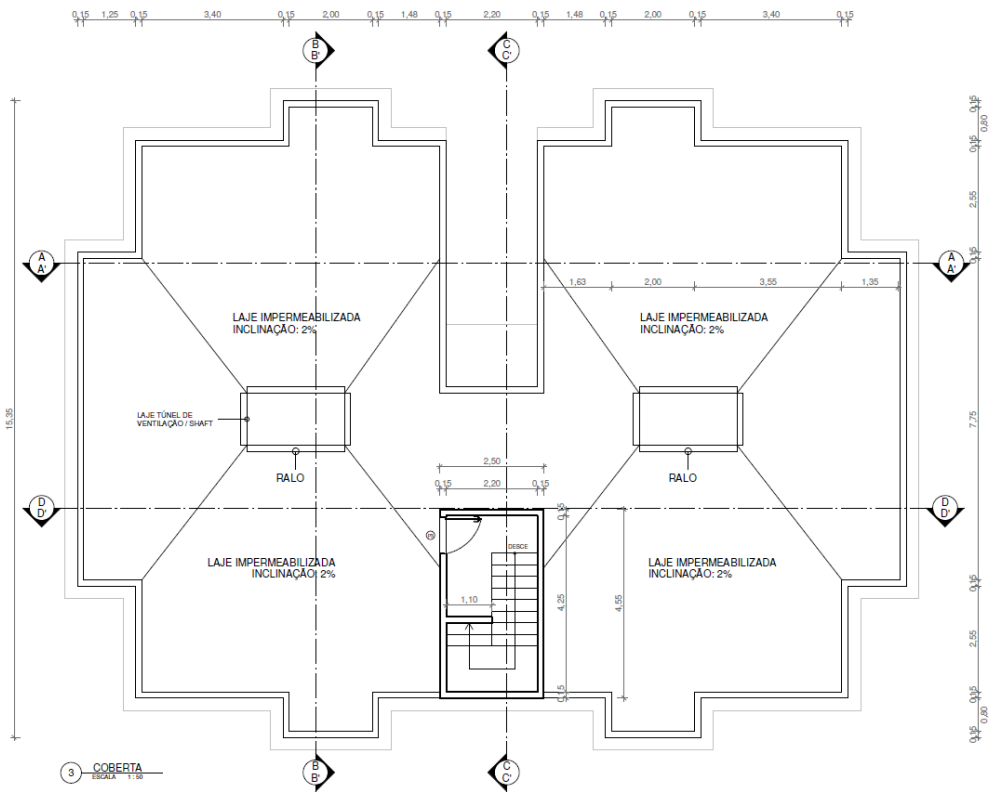
Fonte: Elaboração autoral, 2021

Figura 69 – *Layout da planta baixa do pavimento tipo.*



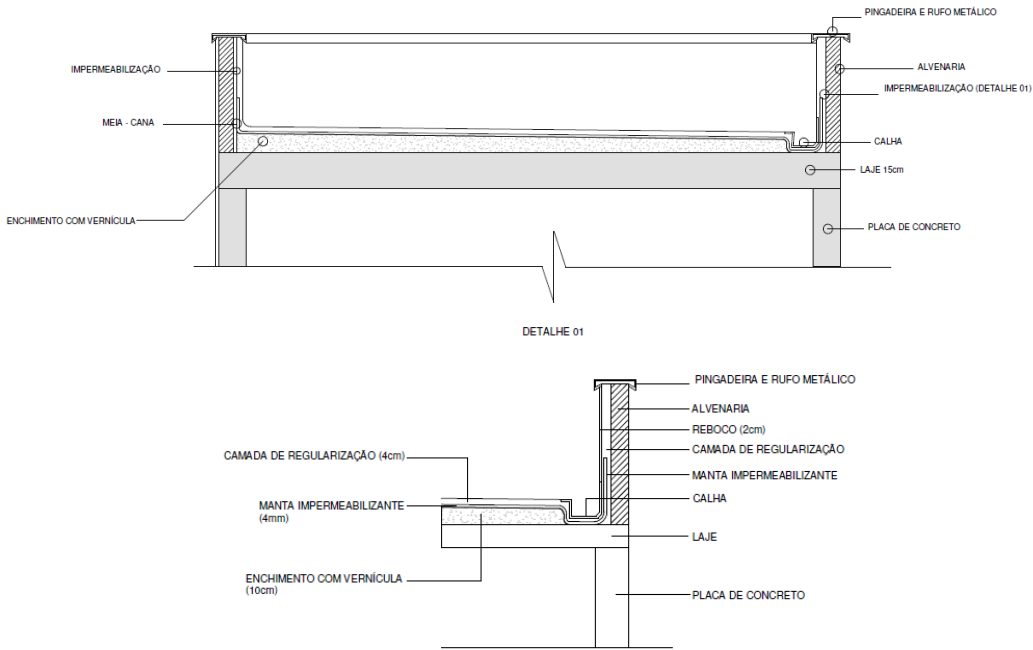
Fonte: Elaboração autoral, 2021

Figura 70 – Planta de Coberta.



Fonte: Elaboração autoral, 2021

Figura 71 – Detalhamento da impermeabilização.



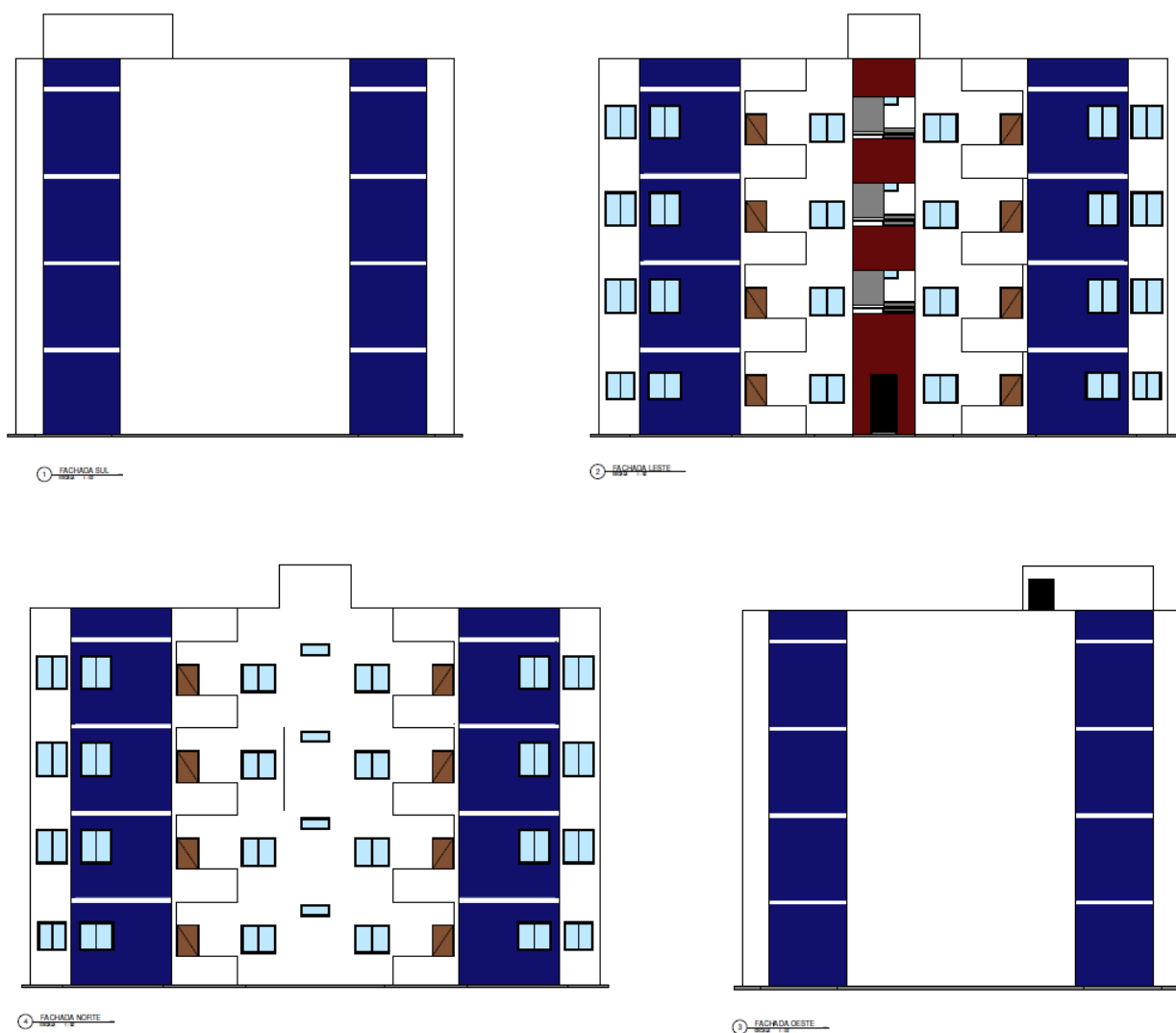
Fonte: Elaboração autoral, 2021

O layout da planta baixa do pavimento tipo (Figura 69) apresenta diversas possibilidades de disposição da mobília, respeitando as decisões tomadas nos processos participativos, onde a cozinha comporta uma pequena mesa, além de quartos e sala amplos.

Na coberta (Figura 70), foi adotada como estratégia, a adoção da laje impermeabilizada com inclinação de 2%, além da adoção de dois túneis de ventilação (*shafts*), que por estar diretamente conectado ao banheiro e cozinha, possibilitam a ventilação cruzada nos cômodos e poderá acomodar a rede de água, ligado à uma rede de reservatórios de abastecimento condominial externa, além do esgotamento sanitário.

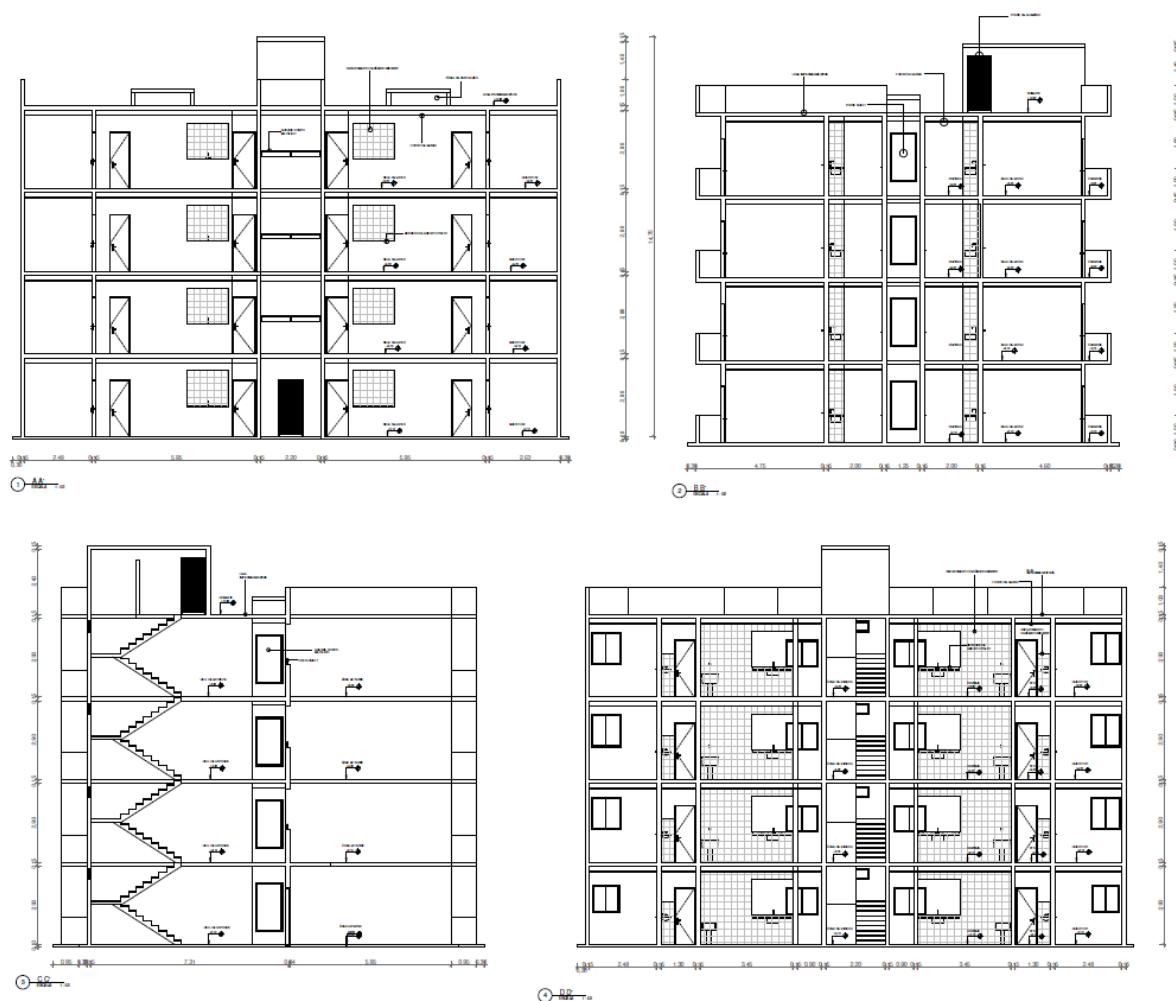
As cores da fachada foram escolhidas com referência às cores da bandeira do Estado de Alagoas, que segundo o Mapa Político-Administrativo do Estado de Alagoas (REFERENCIA), fazem referência à bandeira da França e representam os ideais revolucionários “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, que também são defendidos em todas as pautas políticas do MTST-AL. Foi decidido nos processos participativos a previsão de revestimento nas fachadas, pensando na durabilidade e estética do conjunto (Figura 72).

Figura 72 – Fachada Norte, Sul, Leste e Oeste.



Fonte: Elaboração autoral, 2021

Figura 73 – Cortes AA', BB', CC' e DD'.



Fonte: Elaboração autoral, 2021

Foi adotado como sistema construtivo, concreto moldado *in loco*, devido sua ampla adoção em conjuntos habitacionais, por conta da agilidade na construção, da qualidade construtiva, e da sua recomendação para empreendimentos com alta repetitividade. O sistema é uma possibilidade rentável, além de impedir intervenções na UH, que poderiam trazer insegurança para a estabilidade da construção ou invasões de áreas comuns ou públicas.

4.5.2 Implantação urbanística

A implantação foi realizada em um terreno fictício, a partir do Programa de Necessidades e Diretrizes Urbanas discutido durante o processo participativo. Previu-se uma praça composta por área para *playground*, quadra poliesportiva, áreas verdes, ciclovias e via local, além da implantação de espaço destinado à horta comunitária nas laterais entre os prédios. As hortas foram pensadas considerando atividades já realizadas na Ocupação Dandara, para possibilitar o cultivo para consumo próprio, abastecimento das cozinhas comunitárias e fonte de renda das famílias. O modelo hipotético de implantação urbanística está apresentado nas Figuras 74 e 75 e detalhada no Apêndice B.

Figura 74 – Perspectiva aérea da Implantação Urbanística da proposta.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 75 – Perspectivas Gerais da Implantação Urbanística.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

A partir do Programa de Necessidades e da imersão na rotina da Ocupação Dandara, previu-se um conjunto de 12 diretrizes para a futura implantação de um projeto de Habitação de Interesse Social. As diretrizes propõem soluções para problemas apontados pelos moradores e observados pelo autor nas periferias de Maceió.

1.Integração entre Habitação e Áreas de Lazer

Justificativa: Em regiões que eventualmente tenha presença da criminalidade, o incômodo barulho de “morar na praça” se torna segurança.

2.Limitação das áreas residuais

Justificativa: É importante que as eventuais áreas residuais do projeto estejam bem delimitadas, para evitar invasões no espaço público para acrescentar os chamados “puxadinhos”.

3.Delimitação das áreas coletivas

Justificativa: É necessário que as áreas coletivas estejam bem delimitadas no projeto, com marcos de obstrução para impedir entrada de carro e motocicleta, protegendo a vida dos transeuntes.

4.Implantação de Ciclovias Protegidas

Justificativa: Devido ao uso constante de bicicletas como meio de transporte, é necessário garantir um espaço seguro ao ciclista e delimitar esse espaço com canteiros/marco de obstrução, para evitar acidentes.

5. Acessibilidade

Justificativa: As vias públicas devem estar adequadas para a locomoção de deficientes físicos e idosos. Durante a entrega das UHs, no sorteio das quadras, dar preferência da UH térrea a idosos.

6. Adoção do Calçadão

Justificativa: Garantir espaço para caminhar e sociabilizar, além de evitar que se formem becos e vielas entre as UHs, dificultando a instalação de pontos de distribuição de drogas e rotas de fuga em operações policiais.

7. Estacionamento Rotativo

Justificativa: Nas periferias, o acesso a meios de transporte motorizados é reduzido, então a previsão de uma vaga de garagem descoberta para cada UH poderia incentivar a ocupação do espaço para construção de barracos e depósitos.

8. Hortas Coletivas

Justificativa: Projeto adotado pelo MTST para promover o trabalho colaborativo e sustentável que supre necessidades das cozinhas coletivas.

9. Sede da associação com cozinha coletiva

Justificativa: Projeto piloto nas ocupações do MTST, como espaço organizativo e de combate à insegurança alimentar.

10. Infraestrutura de recreação

Justificativa: A previsão de equipamentos urbanos de uso coletivo que, ao serem geridos pela associação do conjunto, podem gerar uma rede colaborativa de apoio e cuidado, tais como a creche comunitária, a lavanderia comunitária, a brinquedoteca, a biblioteca, a quadra de esportes, a academia ao ar livre, o parque de areia. É importante ponderar que devem ser espaços abertos e de ampla visualização, para não ficar vulnerável ao controle da criminalidade.

11. Sistema construtivo que não permita maiores modificações na UH

Justificativa: Um dos maiores problemas dos conjuntos habitacionais é a invasão das vias públicas, dessa forma, é imprescindível pensar em paliativos que dificultem “reformas” que invadam as calçadas, como abrir uma porta para a rua e construir um terceiro quarto.

12. Incentivo aos usos mistos

Justificativa: Uma das modificações mais comuns nos conjuntos habitacionais é a transição da sala de estar para um ponto comercial. Dessa forma, implantar um conjunto que contenha unidades comerciais, que possam ser cedidas/alugados, é uma opção geradora de renda para a associação de moradores para manter seus projetos e um obstáculo à desfiguração das fachadas.

Soluções projetuais de macrodrenagem urbana são necessárias para reduzir parte do volume do escoamento superficial e inundações, que comumente acometem os projetos de HIS de Maceió durante o período de chuvas recorrentes na cidade. Estas estratégias devem ser combinadas com projetos de micro drenagem. Uma vez adotados estes mecanismos projetuais, o combate à alagamentos pode se associar às hortas comunitárias como forma de promoção do desenvolvimento sustentável.

A adoção de hortas e arborização possibilitam espaços de lazer no seguindo o conceito de “zona de transição” através de áreas gramadas, que possibilitam a conexão do privado ao público e ao lazer, não favorecendo a apropriação ilegal das vias (Figuras 76, 77 e 78). As hortas comunitárias implantadas nos conjuntos habitacionais fazem parte do projeto “Comida Sem Veneno na Periferia”, que defende a alimentação orgânica na dieta popular.

Figura 76 – Perspectiva das Hortas e Pergolado.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 77 – Praças 01.



Fonte: Elaboração autoral, 2021.

Figura 78 – Praças 02.

Fonte: Elaboração autoral, 2021.

O desenho urbano foi pensado de forma a priorizar o pedestre, com espaços seguros nas quadras, livres de tráfego entre os edifícios, buscando a integração com o espaço público, no intuito de estender as atividades de convívio desenvolvidas nos recuos gramados (zonas de transição) às praças e às vias de pedestres.

O desenvolvimento das metodologias participativas foi positivo graças à adaptabilidade dos princípios do DRP e da Observação Participativa, que permitiu uma visualização ampla das necessidades sociais e do sonho pela habitação. Dessa forma, os processos que visavam atender um programa de necessidades definido na etapa inicial, se adaptou a um conjunto de diretrizes, que não se atém apenas ao layout da habitação, mas em soluções para problemas sociais, que visam retardar o processo de desfiguração das UHs, e do meio urbano. As soluções pensadas visam atender de forma ampla as indagações das pessoas, aliadas à análise do autor ao realizar imersão no processo de habitar nas periferias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre as formas de produção da habitação de interesse social que envolvam participação popular, foi um desafio na trajetória deste TFG. Desde a compreensão da problemática da Habitação Social através do entendimento do direito à cidade, das condições estruturais dos conjuntos habitacionais já edificadas, a compreensão da participação popular surge como alternativa à problemática da segregação urbana e como forma de legitimar a garantia dos direitos sociais. Desde a idealização da proposta de TFG, até a elaboração dos processos participativos, surgiram incertezas sobre o alcance do processo participativo, no que diz respeito às características imprescindíveis para o desenvolvimento social por intermédio da moradia. Dessa forma, repensar as abordagens participativas, adotando uma postura intimista foi necessário para aproximar as famílias da Ocupação Dandara do processo de produção de Habitação de Interesse Social.

Acredita-se na imersão na rotina das ocupações, como uma forma de compreender a relação da produção da habitação popular com a vida das pessoas e com as mazelas sociais que acometem as periferias, tornando necessária uma adaptação que é diretamente refletida na moradia, sem que dependam da técnica, mas sim, de fatores internos como a organização comunitária e a socialização. As diretrizes dos movimentos de moradia, quando bem organizadas, podem propor um modelo de mobilização e de formação política, para o desenvolvimento de um ambiente mais propício à ampla participação, mitigando os problemas urbanos e sociais.

Mesmo com uma ocupação organizada, verificou-se algumas dificuldades no processo de mobilização e participação, que mesmo não invalidando o processo, são desafios a serem debatidos, através da promoção de discussões e reflexões entre as famílias acampadas, a fim de alcançar a participação como uma ferramenta imprescindível no alcance ao amplo direito à moradia. As experiências e confrontos durante todos os processos participativos fortalecem a discussão acerca de um modelo habitacional que alinhe a moradia com o desenvolvimento social, econômico e coletivo, que é um modelo oposto ao que é implantado na cidade de Maceió, e na maioria das cidades brasileiras.

A metodologia adotada neste trabalho não esgota a discussão do problema, pelo contrário, instiga a troca de ideias e promove uma discussão sobre as abordagens participativas, e como construir uma percepção investigativa sobre um conceito chave na arquitetura, que é o

valor social da moradia, que não é apenas feita de alvenaria, mas em circunstâncias de desigualdade e pobreza urbana, pode ser concebida de infinitas formas, todas adaptadas ao ambiente e à situação.

Acredita-se que o processo participativo para a produção de HIS, deva ser amplo e integrado, através de metodologias de aproximação com as famílias e observação dos costumes. É fulcral que as famílias estejam imersas em todas as etapas do processo participativo, para que possam visualizar as plantas técnicas e perspectivas, opinar e aprovar a proposta.

Desde o primeiro contato com as 476 famílias da Ocupação Dandara, percebeu-se um desejo muito grande pela conquista da casa própria, que para se tornar realidade, muitos desafios seriam enfrentados por um longo período, e durante essa caminhada, muitas pessoas iriam desistir, e outras, pela necessidade, aderir a esse processo de luta. Dessa forma, o autor acredita que a proposta apresentada à Ocupação Dandara, deva servir como um instrumento de luta no processo de discussão acerca da construção de moradia.

No que diz respeito aos processos participativos acerca da moradia e a produção habitacional, questionamentos e críticas construtivas são sempre bem-vindas, a fim de contribuir para a formação de um debate sobre o material apresentado neste TFG, que possa contribuir na produção de Habitação de Interesse Social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C. M. **A participação social a partir do Programa Federal Territórios da Cidadania: o caso do território do Cariri/CE**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, 2013.
- ARNSTEIN, S. La escalera de la participación ciudadana. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.
- AUYERO, J.; BERTI, M. F. **In Harm's Way: The Dynamics of Urban Violence**. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- BASTER, R. **O silenciamento das mulheres camponesas em situação de conflitos no campo e as sementes que anunciam suas resistências**. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: CPT, 2019.
- BASTOS, C. M. V. **A participação do usuário no processo de projeto de habitação de interesse social em sistemas autogestionários**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.
- CAVALCANTI, Débora de Barros. **Fighting for a Place in the City: Social Practices and State Action in Maceió, Brazil**. 2009. 296 p. Dissertação (Doutorado em Planejamento Urbano) – Department of Geography and Environment, London School of Economics and Political Science, Londres, 2009.
- COLTEN, Craig E.; HAY, Jenny; GIANCARLO, Alexandra. Community resilience and oil spills in coastal Louisiana. **Ecology and Society**, v. 17, n. 3, 2012.
- COSTA, Rogério. Por um novo conceito de comunidade: Redes sociais, comunidades, pessoas, inteligência coletiva. In: Antoun, Henrique (org.). **Participação e vigilância da era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2008.

CUNHA, Elenice Machado. **Regra e realidade na constituição do SUS municipal: implementação da NOB 96 em Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos – Janeiro de 2021 – Nota à imprensa**. São Paulo: DIEESE, 2021. 4 p.

DICIONÁRIO AMBIENTAL, O Eco. In: **O que é uma Área de Proteção Ambiental**. [S. l.], 29 jul. 2015. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/29203-o-que-e-uma-area-de-protecao-ambiental/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

DOYAL, L.; GOUGH, I. **A Theory of Human Need**. Hampshire: Macmillan Press, 1991.

ESTADO DE ALAGOAS. Prefeitura de Maceió. **Código de Urbanismo e Edificações de Maceió**. Maceió: AL, 2006. 172 p.

FAGNANI, Eduardo. Política Habitacional. In: DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M.A.(Org.). **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: FUNDAP, 2013.

FELIX, Alessandra Martins; COUTO, Delvanice da Silva; MACHADO, Maria Cristina. **Participação popular e democracia representativa**. São Paulo: UNICAMP, 2015.

FONTENELE-MOURÃO, T. M. **Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência**. Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2006.

GAVRONSKI, Alexandre Amaral. **A Participação da Comunidade como Diretriz do SUS**. 2003. Monografia (Especialização em Direito Sanitário) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Participação Popular. **Dicionário de Direitos Humanos**, [S. l.], p. 1 - 3, 6 jun. 2006. Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-export_pdf.php. Acesso em: 30 jul. 2021.

GONÇALVES, C. Regiões cidades e comunidades resilientes: novos princípios de desenvolvimento. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, n. 2, p. 371-385, 2017.

GONZÁLEZ-MUZZIO, Claudia. El rol del lugar y el capital social en la resiliencia comunitaria posdesastre: Aproximaciones mediante un estudio de caso después del terremoto del 27/F. **Eure (Santiago)**, v. 39, n. 117, p. 25-48, 2013.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. New Left Review, 2008.

IMRIE, Rob. Universalism, universal design and equitable access to the built environment. **Disability and rehabilitation**, v. 34, n. 10, p. 873-882, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 152 p.

KLINTOWITZ, D. C.; RUFINO, M. B. C. A produção do programa minha casa minha vida na região metropolitana da baixada santista: reafirmação da configuração metropolitana e exclusão socioterritorial. **Pensamento & Realidade**, v. 29, n. 3, p. 116-134, 2014.

LANA, Sibeles M. **O arquiteto e o processo de projeto participativo**: o caso do RSV. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro editora, 2008.

LEMOS, Carlos A. C. **História da casa brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996. 83p

LÉVY, P. **Cyberdemocratie**. Paris: Odile Jacob, 2002.

MALARD, Maria Lucia; SANTOS, Ana Paula Baltazar; PONTES, Mateus Moreira. Autogestão habitacional e gestão de projetos: conflitos e compatibilidades. In: **XI Encontro nacional de tecnologia do ambiente construído-ENTAC**, 2006.

MARTÍN-BARÓ, I. Desafios e perspectivas da psicologia latinoamericana. In: Guzzo, R. Lacerda Jr, F. (eds). **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

MARTINS, F. **“Vivendo e aprendendo a jogar”**: dimensões formativas de experiências participativas de ação coletiva e militância de jovens em uma ocupação urbana em Belo Horizonte. 2016. Dissertação (Doutorado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MEEROW, S.; NEWELL, J.; STULTS, M. Defining urban resilience: A review. **Landscape and urban planning**, v. 147, p. 38-49, 2016.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP-Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Vigitel Brasil 2018**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2018. Brasília: MS, 2019. 131 p.

MONTANER, J. M; MUXI, Z. **Arquitectura y política**: Ensayos para mundos alternativos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2013.

NASCIMENTO, Denise; TOSTES, Simone. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Arquitextos, São Paulo**, v. 12, 2011.

NETO, Benedito Soares; FONSECA, Débora de B. C. Proposta de habitação de interesse social para comunidade Alto da Alegria, Chã Preta-AL. **Revista nacional de gerenciamento de cidades**, v.3, n.18, p.17-27, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova Iorque: ONU, 2015. 41 p.

PALERMO, C. *et al.* Habitação Social: uma visão projetual. In: COLÓQUIO DE PESQUISAS EM HABITAÇÃO, 4., Belo Horizonte: EAUFGM, 2007.

PEREIRA, P. A. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2006.

RIOS, J. A. Participação. In: SILVA, B. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987.

ROLNIK, Raquel. É preciso entender a moradia como direito. [Entrevista a Fábio Prikladnick]. **Jornal Zero Hora-Caderno ProA**, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Plano Diretor Participativo**: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: CONFEA, 2004.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. Moradia Popular: As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique Brasil**, n. 20, Mar. 2009.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Avaliação de projetos comunitários: uma abordagem prática**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.), BERTHO, Helena, DE CARVALHO, Helenice Feijó. **Elaboração de projetos comunitários: uma abordagem prática**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TILLY, C. **Popular Contention in Great Britain**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 87, p. 139-165, 2012.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se Uma Casa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, p. 562-581, 2015.

WILSON, Geoff A. Community resilience, social memory and the post-2010 Christchurch (New Zealand) earthquakes. **Area**, v. 45, n. 2, p. 207-215, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Strengthening Preparedness for COVID-19 in Cities and Urban Settings**. Geneva: WHO, 2020.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário de perfil socioeconômico e familiar



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
Laboratório de Intervenção em Bairros e Ocupações de Alagoas

QUESTIONÁRIO DE PERFIL SOCIO ECONÔMICO E FAMILIAR

A veracidade das respostas e a devolução desse questionário é necessária e indispensável para sua participação na entidade.

DADOS PESSOAIS

Nome: _____

NIS: _____ Idade: _____ Sexo: Fem. () Masc. ()

Contato : (82) _____ Endereço: Ocupação Teresa de Benguela

Raça: Preto () Pardo () Amarelo () Branco () Indígena () Outros: _____

Estado Civil: () Solteiro () Casado (a) () Separado(a) () Viúvo () União Estável

Profissão: _____ Grupo Familiar () G1 () G2 () G3 () G4 () G5

Grau Escolar: () E. Médio () E. Fundamental () E. Superior () E. Técnico () Nenhum

Interesse para à capacitação de novas lideranças: () SIM () NÃO

QUEM MORA COM VOCÊ

() Sozinho (a) () Colegas ou Amigos () Outros _____

() Irmãos () Pai e Mãe

() Esposa / Marido / Companheiro () Filhos

QUANTAS PESSOAS MORAM EM SUA CASA

() Duas () Quatro () Seis () Sozinho (a) () Três () Cinco () Mais de 6

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO

() A pé / Bicicleta () Transporte Coletivo () Transporte Escolar () Próprio () Outros: _____

RENDA FAMILIAR

() Nenhuma () Menos de 1 SM () 1 SM () 1 a 3 SM

Benefício Social Governamental: () Não () Sim, qual? _____ valor atual: _____

Trabalho: () Formal () Informal () Desempregado



MTST
Movimento Trabalhador Sem Teto



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
Laboratório de Intervenção em Bairros e Ocupações de Alagoas

VOCÊ SABE O QUE É COVID-19

() Não () Sim

ALGUM FAMILIAR CONTRAIU COVID-19

() Não () Sim, quem: _____

AUXÍLIO EMERGENCIAL

() Não () Sim

VOCÊ CONTRAIU COVID-19

() Não () Sim

ÓBITOS POR COVID-19

() Não () Sim, quem: _____

COMO FEZ O CADASTRO:

() Sozinho () Terceiros () Pagou pelo Serviço

INFORMAÇÕES FAMILIARES

Pai ou Mãe Falecidos: () Pai () Mãe () Nenhum

Filhos: () Não () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6

PAGA pensão alimentícia p/ filhos e/ou ex-cônjuge? () Não () Sim. Valor: _____

RECEBE pensão alimentícia para seus filhos? () Não () Sim. Valor: _____

MAIOR CONTRIBUINTE NA FAMÍLIA

() Você mesmo () Cônjuge/Companheiro(a) () Pai () Mãe () Outros. Qual? _____

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU MENTAL.

() Não () SIM, Parentesco: _____ Qual Doença: _____

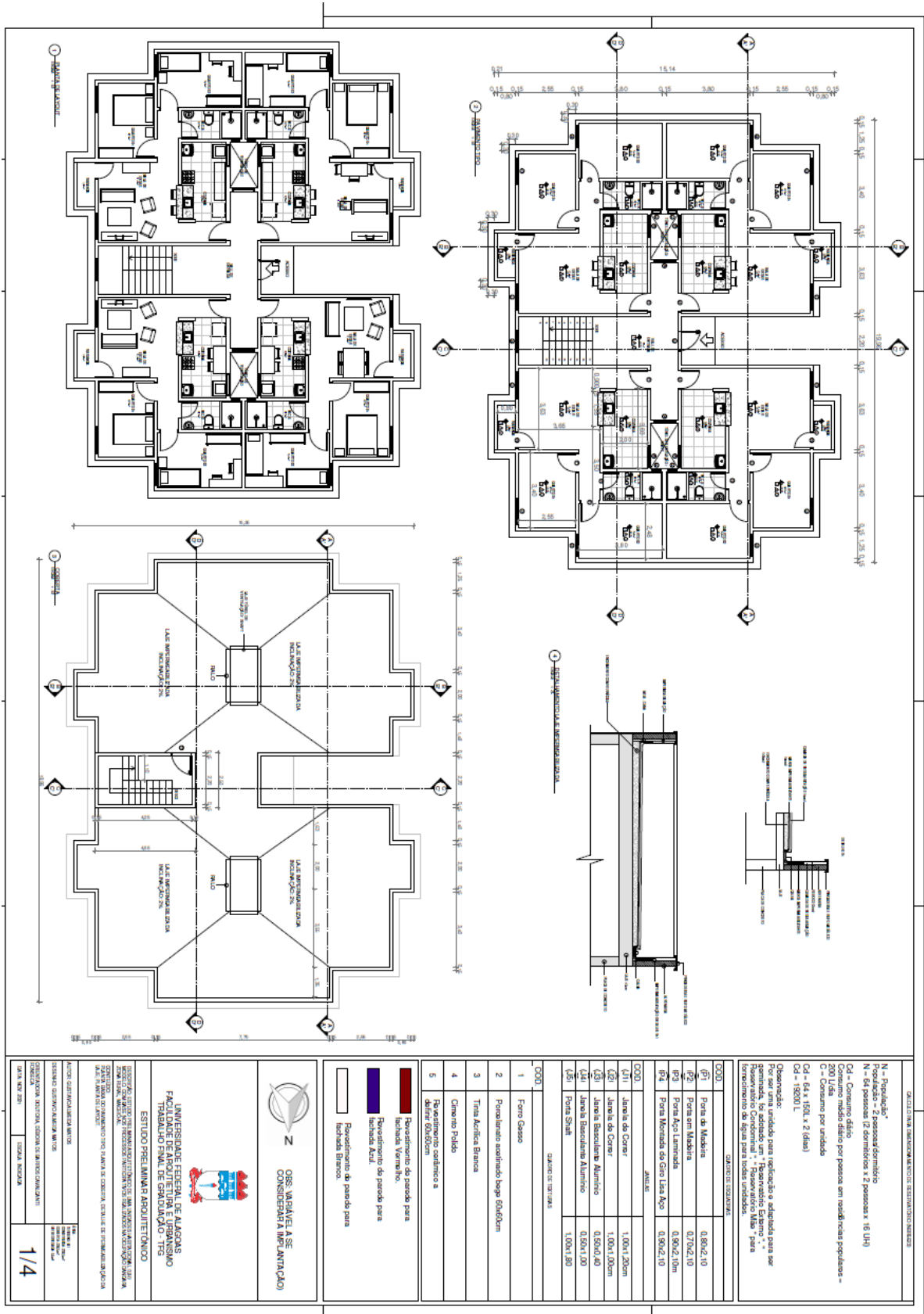
COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nome	Parentesco	Idade	Grau Escolar	Profissão

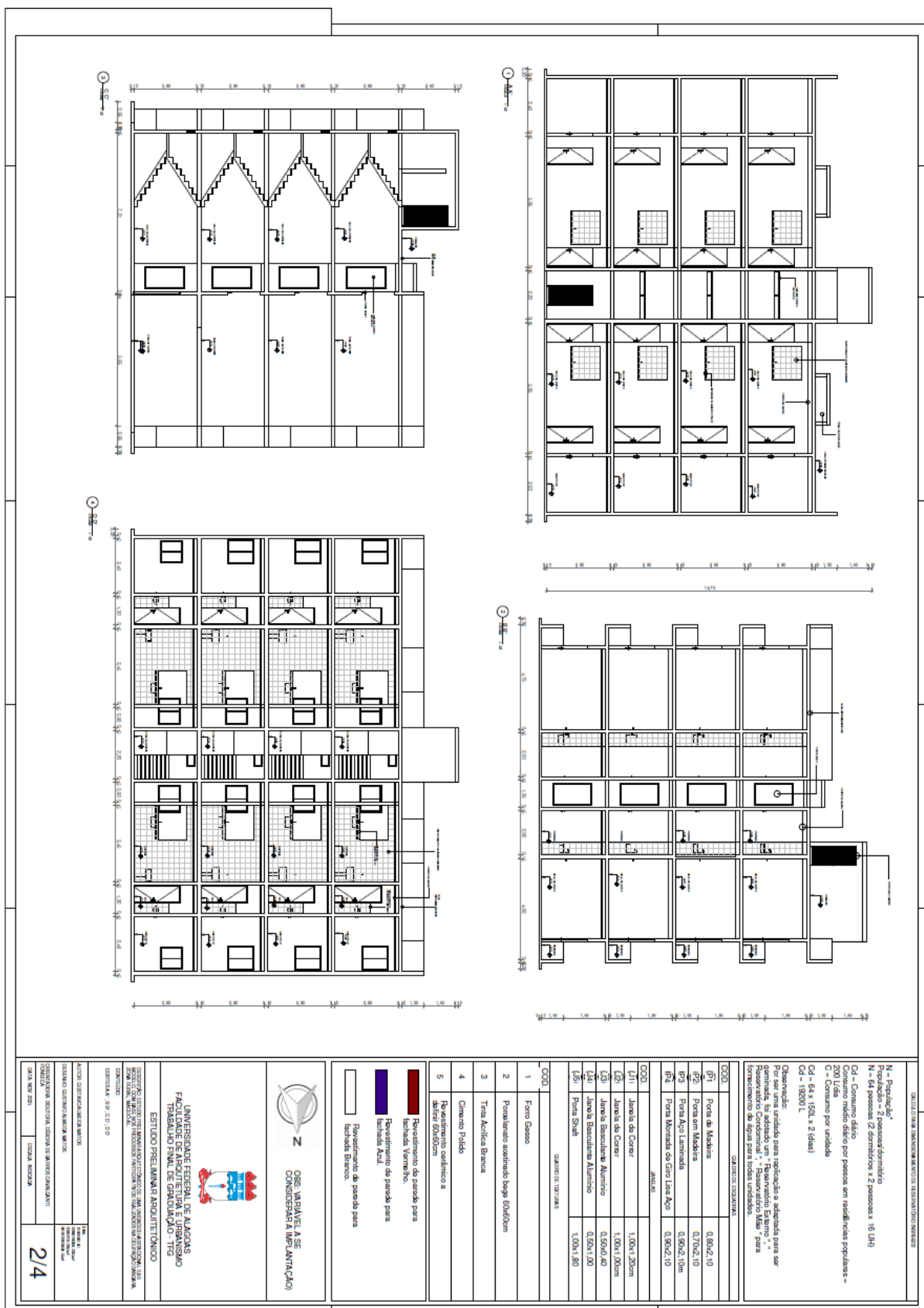


MTST
Movimento Trabalhador Sem Teto

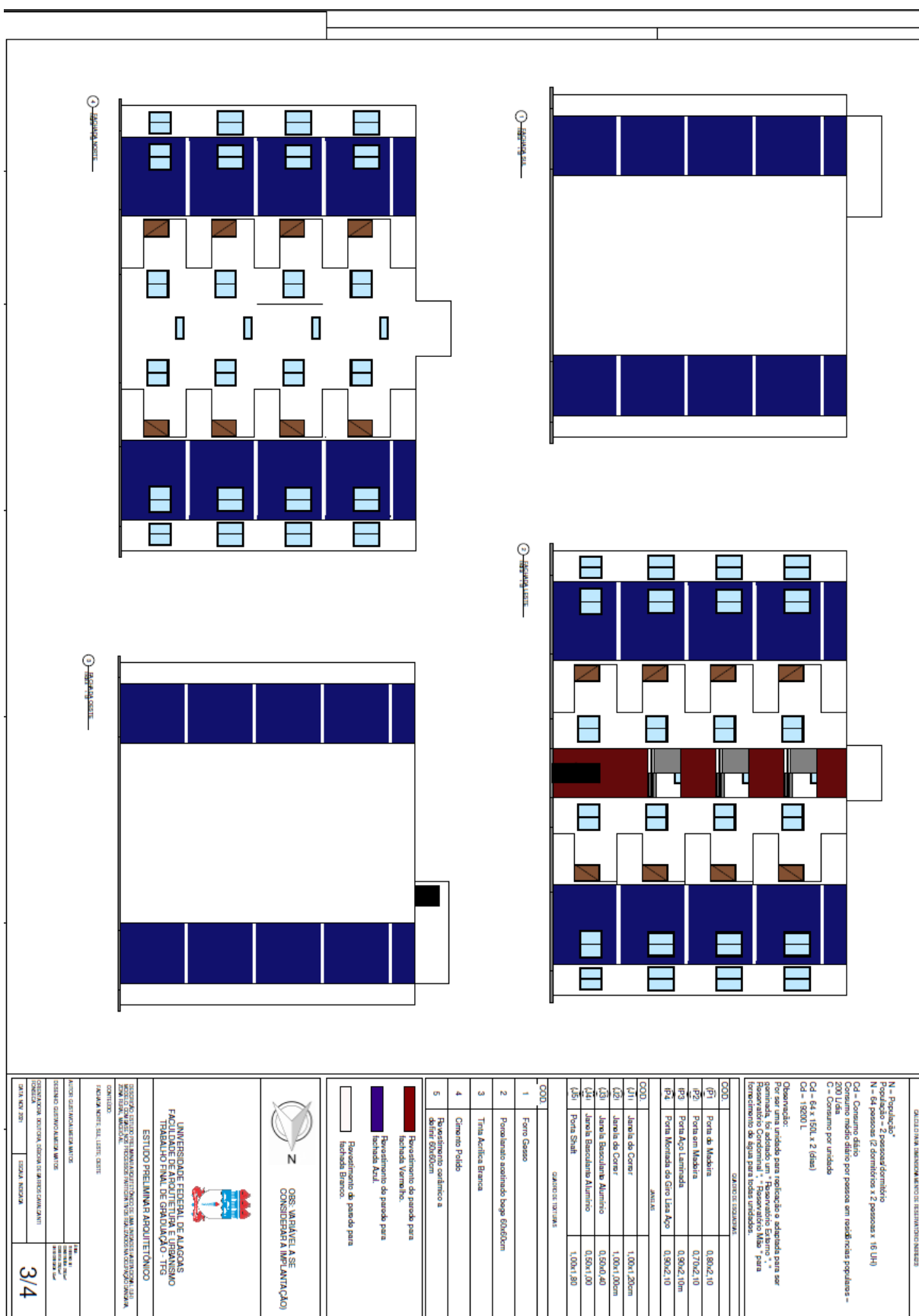
**Apêndice B – PLANTA BAIXA DO PAVIMENTO TIPO; PLANTA DE COBERTA;
DETALHE DA IMPERMEABILIZAÇÃO DA LAJE; PLANTA DE LAYOUT.**



Apêndice C – CORTES AA'; BB'; CC'; DD'



Apêndice D – FACHADA NORTE, SUL, LESTE, OESTE

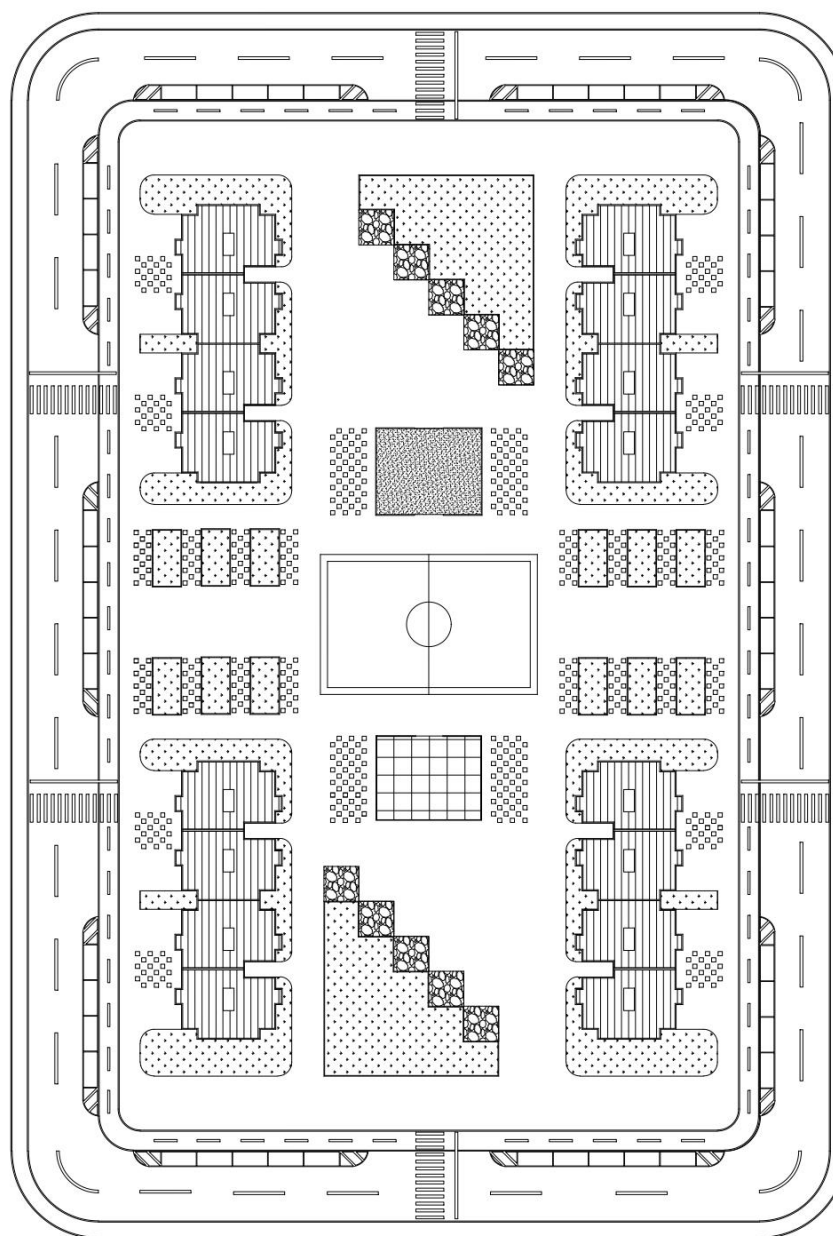


Apêndice E – RENDERIZAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS

[illegible]

Apêndice F – MODELO DE IMPLANTAÇÃO

MODELO DE IMPLANTAÇÃO
URBANO



PLANTA BAIXA
ESC 1/750

Apêndice G – PLANO DE DESENVOLVIMENTO RESILIENTE 2019